

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

APRENDER COM O BURITI:

**TEMPOS E ESPAÇOS NA FORMAÇÃO DE AGENTES DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO NORTE DE MINAS GERAIS**

LUCIMAR MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
UBERLÂNDIA/ MG
2007

LUCIMAR MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE

APRENDER COM O BURITI:

**TEMPOS E ESPAÇOS NA FORMAÇÃO DE AGENTES DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

**Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2007**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- A345a Albuquerque, Lucimar Magalhães de, 1965-
Aprender com o buriti : tempos e espaços na formação de agentes da economia solidária no norte de Minas Gerais / Lucimar Magalhães de Albuquerque. -2007.
135 f. : il.
- Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
1. Geografia humana - Teses. 2. Economia solidária - Teses. 3. Desenvolvimento sustentável - Teses. 4. Minas Gerais, Norte - Teses. 5. Cooperação - Teses. I. Brandão, Carlos Rodrigues. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia . III. Título.

CDU: 911.3

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LUCIMAR MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE

APRENDER COM O BURITI:

**TEMPOS E ESPAÇOS NA FORMAÇÃO DE AGENTES DA ECONOMIA
SOLIDÁRIA NO NORTE DE MINAS GERAIS**

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão (Orientador)

Prof. Dr. Leopoldo Thiesen

Prof. Dr. João Cleps Jr.

Data: ____/____/____

Resultado: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos mistérios da vida e a cada gesto solidário que me concederam a oportunidade de encontrar este caminho tão longe de casa. Agradeço a todos, que direta ou indiretamente, contribuíram e acompanharam-me neste caminhar. Especialmente, agradeço:

ao prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, pela orientação e afetuosa acolhida;

ao prof. Dr. Leopoldo, pela generosa atenção, às leituras com olhos examinador;

ao prof. Dr. João Cleps, atencioso amigo e examinador;

à coordenação, professores(as) e funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pelo apoio prestado;

aos colegas com quem compartilhei aprendizados e aos grupos de estudo do curso, à Andréa com sua especial atenção com os amigos da Base;

ao Graal, aos Agentes Solidários do Chico Fulô entrevistados, pela disponibilidade em compartilhar suas experiências e seus saberes, e à Arlete, pela sua presteza;

aos companheiros e companheiras da PUC Minas, Lindeia e Cabana;

a todos amigos da Rede, à Graziela pelo fraterno apoio de revisora, e a amiga Silvia Eulálio pelos créditos de confiança;

aos meus familiares, mãe e irmãos pelo apoio, estímulo, carinho e cuidado;

à Marinalva, pela preciosa ajuda nas tarefas de todo dia e principalmente, pelo tempo extra para cuidar do Ian e da Elisa;

a todos aqueles da rede *Rara Rosa* que em um novo tempo cantado freqüentam meus sentimentos;

ao maestro Dércio Marques e ao Hércio, por sempre habitarem meu coração.

RESUMO

Este estudo realizado no intervalo entre a Geografia e a Antropologia tem como questão central a Economia Solidária (ES), também conhecida como Socioeconomia Solidária, e a formação de seus agentes. Ele se inicia com uma reflexão teórica com base no pensamento mais atual de Milton Santos, pensador de “um outro mundo possível”, abrindo um dos horizontes deste estudo. Os temas da pesquisa da presente dissertação envolvem o saber-fazer e o fazer-saber cooperativos, em busca de alternativas populares e viáveis frente às políticas e práticas econômicas vigentes da economia de mercado. A experiência escolhida envolve um grupo e quatro de seus subgrupos praticantes em pequena escala de ES, com uma forte marca de sustentabilidade do ecossistema do Cerrado, denominado “Chico Fulô”. Ele está localizado no município de Buritizeiro, no Noroeste de Minas Gerais, e em comunidades situadas nas proximidades das margens do rio São Francisco. São experiências populares apoiadas e assessoradas por uma organização não-governamental, o Graal, atuante em diferentes áreas de Minas e de outros Estados da Federação. Chegaremos às experiências de ES escolhidas através de uma apresentação de caráter geo-histórico a respeito da origem, dos pressupostos e da atualidade da Economia Solidária. Ele será sucedido por uma apresentação de tendências atuais da educação dirigida à formação de pessoas, uma vez que esta questão é o foco mais essencial de nosso estudo. Entre a teoria, a história e a descrição qualitativa e quantitativa de práticas locais de ES, trabalhamos com elementos que fundamentem propostas de gestão e construção coletiva de projetos com os seguintes eixos e horizontes: a *solidariedade*, em direção a uma “outra economia” e associada à nova estrutura de relação de poder e de sociabilidade; a *sustentabilidade*, em direção a novas formas de relacionamentos sociedade/ambiente, em processos de socialização da natureza através do trabalho; a *criatividade social*, em direção de processos participativos de criação de novas e mais humanas formas de gestão da vida e da própria sociedade, a partir da criação de redes e teias de práticas sociais emancipatórias solidárias e sustentáveis, a partir de experiências concretas de âmbito local.

Palavras-chave: Economia Solidária, agentes solidários, formação e saber/prática popular.

RESUMEN

Por el estudio elaborado en el intervalo de interacción entre la Geografía y la Antropología, nuestra investigación se ha sostenido en una cuestión central: La Economía Solidaria (ES); efectivamente, un análisis de la Socioeconomía Solidaria y la formación de sus agentes. Bajo corolario de horizontes interdisciplinarios, juntando conocimientos científicos sumados a conocimientos empíricos de la práctica popular, nuestra disertación se ha empezado tras una reflexión teórica fundamentada en la dimensión del pensamiento conceptual del autor Milton Santos, pensador de “un otro mundo posible” a servicio de una reordenación humanitaria en las premisas de la Globalización. La temática de nuestra prospección reboza un “saberhacer” y un “hacersaber” como enfrentamiento a las políticas hegemónicas y prácticas económicas vigentes de la Economía de Mercado. La experiencia elegida, ha envuelto un agrupamiento solidario -“Chico Fulô” y cuatro de sus subgrupos practicantes en pequeña escala de la ES, con un fuerte indicador de sostenibilidad por extrativismo de la naturaleza dentro del gran ecosistema *Cerrado* – Allí localizase los 4 sitios ciudadanos, en el distrito Buritizeiro - Noroeste del Estado (Provincia) de Minas Geraes, en comunidades emplazadas en las cercanías del gran Río São Francisco. Constituyen prácticas experimentales de agrupamiento popular con apoyo y asesoramiento del Graal - Organización-No-Gubernamental integrada en distintas regiones de Brasil direccionando apoyo a mujeres de condiciones humildes. Reemplazamos pues, experiencias de ES, escogidas bajo una presentación de carácter geohistórico respecto a el origen, a las premisas y a la actualidad de la Economía Solidaria. Proseguimos entonces, por una presentación de las tendencias actuales en Educación direccionadas a la formación de las personas, enfoque esencial (principal) de nuestro estudio. Entre teoría, historia y la descripción cualitativa y cuantitativa de prácticas peculiares de la ES, emprendemos la busca de elementos destinados al respaldo de las propuestas de gestión e construcción colectiva de esos proyectos con tres principios o pilares siguientes: La *solidariedade*, en dirección a una “otra economía”; asociada a nueva estructura de relación del poder y de sociabilidad; La *sustentabilidade*, en dirección a nuevas formas de relacionamientos sociedad/médioambiente, en procesos de socialización de la naturaleza a través del trabajo; La *criatividade social*, en dirección a los procesos participativos de la inventiva de nuevas y humanitarias formas de gestión de la vida y de la propia sociedad, a partir de la expansión de redes de prácticas sociales emancipatorias, solidarias y sostenibles, desde la labor y experimentación concretas en el ámbito local).

Palavras-chave: Economía Solidaria, agentes solidarios, formación e saber/práctica popular.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEF	Entidade de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CRIC	Centro Regionale d'Intervento per la Cooperazione
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
GRAAL	Movimento Internacional de Mulheres
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não-Governamental
RBSES	Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNIMONTES	Universidade de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
 CAPÍTULO I	
 ESPAÇOS, TEMPOS E TÉCNICAS ENTRE CAMINHOS E DILEMAS DA GLOBALIZAÇÃO	18
1.1. A Questão do Espaço.....	19
1.2. Coexistência: a Geografia, o Espaço, o Tempo e a Técnica.....	22
1.3. Tempos de Globalização e Solidariedade.....	27
 CAPÍTULO II	
 A ARTE DE CUIDAR DA CASA: a concepção de uma outra economia	31
2.1. Uma Outra Economia: fundamentos e princípios.....	32
2.2. Breve Histórico da Economia Solidária.....	38
2.3. A Reinserção das Práticas Solidárias no Brasil.....	44
2.4. Processos de Dimensionamento da Economia Solidária no Brasil.....	49
 CAPÍTULO III	
 FAZER O SABER E O SABER FAZER: a integração de aspectos epistemológicos e da prática educativa e social na formação do agente solidário	62
3.1. Concepções Teóricas Referentes à Formação Humana e Processo Educacional Formador de Sujeitos de Cidadania.....	64
3.2. A Educação para Setores Populares: novas e antigas histórias.....	75

CAPÍTULO IV

APRENDER COM O BURITI: rever a lição do fruto do Cerrado	81
4.1. O Sudeste do Brasil e o Norte de Minas.....	81
4.2. O Território e uma Experiência de Ação Solidária em Buritizeiro.....	84
4.2.1. Espaço, Tempo e Técnica em Buritizeiro: um imenso município mineiro.....	84
4.2.2. O Graal.....	90
4.2.3. Caminhos e vistas de aproximação da experiência de socioeconomia solidária de Buritizeiro.....	93
4.2.4. Aprender com o buriti: o saber dos agentes – aprender como são, aprender como fazem, aprender como convivem e aprender como aprendem.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICE.....	123
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

Pergunto coisas ao buriti; e o que ele responde é a coragem minha. Buriti quer todo o azul, e não se aparta de sua água - carece de espelho. Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende. João Guimarães Rosa / Grande Sertão: Veredas (1986, p.199)

Os temas centrais que estudamos nesta dissertação envolvem o saber-fazer e o fazer-saber cooperativos em busca de alternativas de práticas econômicas regidas por princípios e valores de solidariedade, sustentabilidade e criatividade social. Interessa ao nosso estudo a região do cerrado no entorno do Rio São Francisco, onde relacionamos quatro grupos de Economia Solidária. Tais grupos são acompanhados por uma Organização não-Governamental denominada GRAAL, que atua na periferia ou em áreas rurais do Município de Buritizeiro, região Norte do Estado de Minas Gerais.

Durante a pesquisa ali realizada, buscamos descrever como se realiza a experiência e, sobretudo, como se realiza a formação do agente solidário¹. Ao mesmo tempo, procuramos compreender a relação entre a sua prática e a sua trajetória profissional. Procuramos não perder de vista o contexto sócio-político do movimento denominado Economia Solidária², e o espaço em que se realizou a pesquisa. Assim, tendo um pé em uma Geografia dos espaços de vida e trabalho numa estreita relação entre espaço-tempo e técnica, nosso estudo tem o seu outro pé em uma pedagogia de formação do sujeito solidário e sustentável. Para explicitar o interesse que nos faz pesquisar tal tema, retornamos a nossa trajetória acadêmica ao período

¹ O termo agente solidário tomado neste estudo delinea a questão do sujeito da economia em Arruda (2006, p.64): como aquele que tem “o desafio de tornar-se sujeito – individual e coletivo ao mesmo tempo – do seu próprio desenvolvimento; e de ser solidário com a subjetividade de cada outro na construção do desenvolvimento familiar, comunitário e planetário.” E de outra maneira Singer (2002, p.116) diz de uma concepção que *um novo ser humano* surge: “[...] de um meio social em que a cooperação e a solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os membros mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros.”

² Utilizaremos o termo Economia Solidária em letras maiúsculas em nosso trabalho como opção de destaque e de acordo com o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES.

em que iniciamos nosso trabalho em periferias da “Grande Belo Horizonte”. Ali nos foi possível perceber, junto aos grupos populares, que a inclusão social implica necessariamente o processo da formação de cidadãos autônomos. E, bem sabemos, esse longo e sinuoso processo vincula-se a um contínuo desvelamento da realidade. Segundo Pereira (2001), a autonomia demanda uma reflexão crítica mais abrangente dos espaços e contextos nos quais os grupos sociais “em movimento” estão inseridos.

Em meados do ano de 1993 trabalhávamos como monitora do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mais especificamente no projeto: “O trabalho do Psicólogo em comunidade”, que ainda hoje atende diretrizes das comunidades acadêmica e popular. Tem como proposta o constante repensar a prática do psicólogo no trabalho da educação popular e no trabalho comunitário, bem como o apoio aos grupos da comunidade visando o desenvolvimento das políticas sociais no que diz respeito à Educação, Cultura, Saúde, Trabalho, Habitação.

No artigo “Psicologia Comunitária: a psicologia cria pernas” (CAMARGOS & ALBUQUERQUE, 1993) descrevemos a época em que, ao visitar as casas dos moradores da favela Cabana do Pai Tomás, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), seus grupos de mulheres, suas creches e escolas, os encontrávamos passando, literal e metaforicamente, por becos estreitos, através da miséria e da angústia, ligadas a outros problemas sociais ali encontrados.

Através desse texto, fizemos uma espécie de denúncia, com um teor de uma reflexão a respeito da necessidade de desenvolvimento de novas práticas sociais. Seguimos atuando como supervisora de estágio em Psicologia Comunitária e coordenadora do projeto de extensão Cabana Cultural da PUC Minas, ao longo de uma década de envolvimento com grupos comunitários da região.

Confluindo profissionalmente para experiências no campo social, no período de 1994 a 2000 passamos a atuar na Administração Municipal da Frente Betim Popular, trabalhando junto aos grupos populares e, posteriormente, atuando na coordenação da área de capacitação de Servidores Públicos.

Percorremos estes caminhos fazendo interagirem a ação social e o estudo, junto aos Educadores Sociais de Betim. Assim, ampliamos nossa análise do aprender-fazer-social em nossa dissertação de mestrado em Ciências e Valores Humanos “A Formação Prática e Educativa de Educadores Sociais, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.”³ Justamente em nossos estudos sobre os Valores Humanos nos aproximamos ainda mais das problemáticas que perpassaram as questões sócio-ambientais.

Essa aproximação ganhou volume nos últimos quatro anos, quando participamos do corpo docente no Curso de Geografia e Análise Ambiental do Centro Universitário (UNI-BH), entre práticas de ensino, extensão e pesquisa. Pudemos então ampliar nosso interesse pelo conhecimento geográfico, especialmente no que tange aos seus estudos sobre o ensino-aprendizagem da geografia e sobre projetos extensionistas sócio-ambientais.

Dentre as atividades acadêmicas de que participamos neste período, nossa participação na coordenação do Projeto Rondon Minas no Norte e Noroeste do Estado e os dois primeiros Encontros dos Povos do Cerrado em Pirapora-MG, foram fundamentais para nossa inserção na região e a base concreta de nossa atual pesquisa. Pois ali foi sendo formado um grupo de pessoas interessadas em pesquisar e desenvolver um projeto de pós-graduação denominado “Redes Solidárias de Educação e Ação Social: novos modelos de alternativas na construção do conhecimento e de educação”.

Até agosto de 2006 este Curso de Especialização *Lato Sensu* foi integralmente realizado em parceria com a Universidade de Montes Claros (UNIMONTES) no município de

³ Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de mestre de Ciências e Valores Humanos da Universidade de Uberaba, em dezembro de 2000.

Pirapora. Assim, avaliamos que nossa participação, como colaboradores de sua elaboração e como docentes, integra uma meta comum de buscas-e-ações rumo a possíveis soluções para os problemas sócio-ambientais dos povos das regiões periféricas rurais e de urbes mais penalizadas economicamente.

A região de Pirapora e Buritizeiro foi particularmente atingida por políticas de desenvolvimento e projetos industriais, agropecuários e florestais que alteraram fortemente a sua estrutura sócio-espacial nos últimos 40 anos (PAULA, 2003).

Tais políticas públicas vêm incentivando, através da redução de impostos e incentivos fiscais e financeiros, a implantação de empresas industriais e agroindustriais no Norte de Minas. Empresas essas que aportam poucas soluções para o pequeno agricultor em seu universo geopolítico, e para a sobrevivência da maioria populacional. Ao contrário, o empobrecimento, o endividamento e o deslocamento de inúmeras famílias de pequenos agricultores para áreas de alta concentração urbana, aventura desestruturante não escolhida por nossa gente, contribuíram para aumentar a concentração fundiária, a pobreza generalizada e a exclusão.

Portanto, o que se vê é a redução relativa do emprego de mão-de-obra e uma intensificação da migração rural-urbana. Há também o agravamento do quadro social nas periferias dos núcleos urbanos, marcado por uma discrepância entre uma enorme concentração da riqueza e uma pobreza de alarmante crescimento aritmético.

A partir de 1970, e de forma ainda mais efetiva, a partir dos últimos 30 anos, começam a surgir e a se multiplicar por todo o Brasil e no Norte de Minas Gerais inúmeras iniciativas que buscam soluções socialmente responsáveis e ecologicamente sustentáveis no campo e na cidade. Quase todas elas originam-se da sociedade civil, e algumas são associadas ao poder público. São anos em que ocorrem as estruturações das organizações não-governamentais e surgem vários novos movimentos sociais. Eles fazem variar bastante as “frentes de luta”,

propondo novas lógicas para as ações dos grupos ou comunidades, enquanto um dispositivo social que aporta suporte à enunciação coletiva dos direitos e dos deveres da cidadania (PEREIRA, 2001).

No limite, esses novos organismos sociais almejam fazer algo funcionar. Eles aspiram serem vistos simbolicamente como “máquinas de guerra”, como dispositivos sociais de mudanças. Antes e depois do poder de estado, sonham desarranjar cristalizações de práticas sociais e se colocam, no seu todo e no seu horizonte, como elementos de passagem para virtualidades ainda não atualizadas.

Enfim, além de nosso interesse mais teórico e centrado em nossa trajetória acadêmica, a presente investigação justifica-se no buscar elementos que fundamentem propostas de gestão e construção coletiva de projetos centrados nos seguintes eixos: a *solidariedade*, nas relações entre pessoas e grupos humanos em direção a uma “outra economia” associadas a novas estruturas de relações de poder e sociabilidade; a *sustentabilidade* nas relações entre a cultura e a natureza ou, em termos quase-equivalentes, entre a sociedade e o ambiente; a *criatividade*, pensada aqui não como uma mera estratégia pedagógica, mas como o re-despertar da vocação humana de responder crítica e criativamente, a partir dos desafios da vida cotidiana, por sua própria vida, pelo seu próprio destino e pela partilha na criação de formas mais livres, solidárias, igualitárias, diferenciadas e harmoniosas de sociabilidade. Acreditamos também que “um outro mundo é possível”.

Na continuidade da maneira como até aqui temos procurado viver em nosso cotidiano os nossos estudos e pesquisas, dentro e fora do âmbito universitário, o nosso trabalho docente e a presença junto a movimentos sociais, queremos tornar a presente pesquisa um instrumento que se some a outras no contribuir para o aprofundamento dos quadros das organizações sociais de vocação solidária, na busca da equanimidade das relações sociais e na modificação da trajetória injusta, excludente e violenta de nosso sistema sócio-econômico.

Assim, consideramos uma das nossas questões mais desafiadoras o verificar se a percepção das ações solidárias de vocação sustentável, juntamente com as ações propiciadoras do sentimento de pertencer a um espaço cotidiano de vida e de trabalho, pode se tornar uma estratégia oportuna e confiável para pensarmos a formação de agentes solidários capazes de contribuir com a criação de formas de produção de bens e de circulação de produtos que redefinem as relações entre o trabalho humano e a preservação do meio ambiente.

Para pesquisarmos esta temática na região escolhida no Norte de Minas Gerais, optamos por focar uma ONG que vem desenvolvendo projetos sociais no Brasil desde a década de 40: o GRAAL. Este é um movimento internacional, presente em vários municípios do Brasil, foi fundado na Holanda em 1921, com enfoque sobre as questões relacionadas aos direitos sociais das mulheres. Sendo um movimento social de origem e tradição católicas, possui “um cunho ecumênico, espiritual, cultural e social” (ANJOS, 2002).

O GRAAL tem desenvolvido em Minas Gerais as suas ações através de programas direcionados de preferência a mulheres, habilitando-as a enfrentarem os desafios dos desencontros e desarranjos da sociedade globalizada, superando a pobreza, a desapropriação de seus saberes-tradições e o analfabetismo escolar e cultural.

Validando conhecimento e as tradições da população no que toca ao uso de recursos naturais do Cerrado, na região de Buritizeiro, às margens do rio São Francisco, o Movimento do GRAAL propôs uma alternativa de trabalho cooperativo a um conjunto de comunidades e entidades, através do Projeto Vila Maria. O referido projeto tem como propósito a construção de uma “Soberania Alimentar” e da “Economia Popular Solidária”, e configura-se pelo intercâmbio de experiências e pela solidariedade diante das dificuldades cotidianas dos grupos de mulheres de baixa renda.

Para dimensionarmos conquistas e desafios de grupos produtivos pautados na Economia Solidária, e por meio da reflexão desta experiência, buscamos responder à seguinte questão:

Como as antigas e novas formas de trabalho cooperativo e solidário, localizadas em um tempo e em um território, podem apontar para maneiras viáveis e adequadas de formação que atendam às necessidades de grupos produtivos pautados na Economia Solidária?

Esta pergunta inicial desdobra-se em outras:

Existem conceitos claros, métodos estabelecidos e testados, e um conjunto de princípios coerentes para a formação e para o direcionamento de futuros membros dessa prática produtiva cooperativa e solidária?

Em termos mais concretos, quais são seus pressupostos teóricos, metodológicos e práticos?

Quais princípios atravessam seu conjunto de práticas e de conhecimentos em nível ideológico e ético?

Quais são os processos fundantes das iniciativas de formação de seus praticantes?

Qual o perfil de seus atores sociais?

Por fim, como conceitos geográficos de *território* e *ambiente* podem enlaçar uma análise entre a Economia Solidária, a formação do sujeito solidário e produção sustentável?

De modo algum pretendemos responder aqui a todas estas perguntas. Limitaremos nossas reflexões e nossa pesquisa empírica a apenas algumas, visando alcançar respostas que possam conter em si, naturalmente, a semente de novas perguntas.

Nesta dissertação centramos nossos estudos em algumas questões associadas à formação humana e ao sustento da vida cotidiana de populações rurais e urbanas de baixa renda, com foco sobre as suas relações de apropriação social do território e de socialização na natureza, transformando-a em um ambiente ao mesmo tempo natural e cultural.

Nesta abordagem, interessa ao nosso estudo a experiência de produção local, circulação e venda de produtos de consumo basicamente alimentar, através do que estaremos chamando aqui de Economia Solidária ou Socioeconomia Solidária, um conceito novo cujo significado será objeto de estudo mais adiante. Dentro dela, nosso foco recairá de preferência sobre a gestão de micro iniciativas, através dos processos de formação humana de agentes solidários.

A dissertação divide-se em quatro capítulos antecidos por essa introdução e seguidos pelas considerações finais. No primeiro capítulo abordaremos questões relacionadas à revalorização da relação tempo-espço, na reconstrução de uma teoria geográfica crítica, visando ressaltar a significativa importância desta questão básica na compreensão dos rumos da Geografia, tendo como principal informante neste capítulo a pesquisa do geógrafo Milton Santos.

No segundo capítulo, será analisada a concepção de “uma outra economia”. As origens, os fundamentos e as propostas da Economia Solidária, como uma forma alternativa de gestão das relações entre seres humanos e a natureza, através do trabalho cooperativo, da produção, circulação, intercâmbios e consumos solidários de/entre bens, mercadorias, com foco, ainda, no manejo sustentável do meio ambiente.

No terceiro capítulo, enfocamos as sustentações epistemológicas básicas do processo de formação educacional, e as suas influências na prática solidária no interior das ações dos grupos de Economia Solidária. Trataremos da formação do agente solidário, considerando não apenas os cursos formais de que participa, mas os conhecimentos e valores adquiridos ao longo de suas experiências para seu sustento.

No quarto capítulo, procuramos através de um panorama das estatísticas desta prática no Brasil e dos dados coletados no trabalho de campo, descrever, analisar (apoiados nas ciências geográfica e antropológica) as propostas concretas de experiências de Economia

Solidária, com o exemplo direto da experiência de Buritizeiro. É o resultado do nosso trabalho de campo, com as nuances que o agente solidário descreve sua formação, pré-noções que temos, mas também como toda a criticidade de nossa experiência acadêmica e profissional, bem como o acompanhamento teórico dos autores e das análises possibilitadas no decorrer desse estudo.

E, em nossas considerações finais retornaremos o todo de nossas reflexões e pesquisas em uma breve síntese.

CAPÍTULO I

ESPAÇOS, TEMPOS E TÉCNICAS ENTRE CAMINHOS E DILEMAS DA GLOBALIZAÇÃO

A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetivos regidos por essa lei única que os constitui em um sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetivos, reunidos pelo território e como território, regidos pela interação. No primeiro caso, a solidariedade é produto da organização. No segundo caso, a organização que é produto da solidariedade (SANTOS, 2006, p 338).

Em algumas passagens de seus inúmeros livros e artigos, Milton Santos pretendeu pensar bases para a construção de um mundo humano em todas as suas dimensões – da mais local a mais planetária – diferente daquele em que vivemos. A partir de seus estudos, ele analisou questões relacionadas à revalorização da relação tempo-espaço na reconstrução de uma teoria geográfica crítica, visando ressaltar a importância desta questão basilar na compreensão dos rumos da Geografia em termos amplos.

No trabalho aqui proposto a partir do livro de Milton Santos publicado em 1996, “A Natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção” buscaremos compreender a sua proposta de uma ontologia do espaço. Através das noções fundadoras deste conceito, o autor a desenvolve na primeira parte de seu livro, e percorre uma Geografia do momento presente ao lado do conceito de globalização, relacionado a questões locais. E ele adiante prossegue com uma análise da força do lugar, na terceira e na quarta parte do livro.

Nossa discussão sobre a formação de agentes para a prática de uma economia com uma outra forma e conteúdo, no dizer de Milton Santos, perpassa a compreensão em que os territórios e suas utilizações, demarcações e delimitações seriam o mero resultado dos processos entre sociedade e natureza.

O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade sem seu movimento atual. De fato, cada momento da ação social inclui a Terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza. E essa ação seria outra se outros fossem o território e o seu uso (SANTOS, 2000, p.26).

As formas de mudança do espaço, e do território utilizado em Santos fazem interagir os dois conceitos fundamentais vindos, um da História e, outro, da Geografia. Tempo e espaço. Tempo-espaço fundem-se, onde a emergência da unicidade técnica e da unicidade do motor da vida econômica e social na dimensão planetária acaba por constituir um “sistema-mundo”, uma totalidade complexa.

Milton Santos antecipa um pressuposto relevante para a discussão que se segue: o entendimento do Espaço como um processo construído, ou seja, “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p.21). Na edificação da obra aqui tratada nosso autor pretendeu desenvolver “uma contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica” (SANTOS, 2006, p.23) e constituir uma oportunidade de esclarecimento das questões que envolvem noções como uma espécie de dueto forma-conteúdo, através de uma história do espaço a partir do presente tempo de globalização, e a possibilidade do surgimento de um novo espaço para além da lógica do espaço globalitário sustentado por uma hegemonia do poder econômico que revela tensão entre lugar e globalização.

1.1. A Questão do Espaço

Visando o desenvolvimento deste tema, propomo-nos iniciá-lo por uma sumária abordagem que ressalte alguns argumentos esclarecedores de posicionamentos de Milton Santos sobre a questão do espaço, em seus indicativos fundamentais para o nosso estudo, e as convergências espaço-tempo e técnica.

A partir destas premissas, como poderíamos definir o espaço? Qualquer resposta baseada em Santos toma um grau de caráter investigativo que não pode se restringir a responder apenas ao que seria chão, suporte ou um receptáculo de ações humanas. Pois a definição de espaço não está subentendida apenas ao sentido convencional do termo ou da palavra, mas necessita de um resgate, para o qual propõe "um sistema de idéias que seja, ao mesmo tempo, um ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo da Geografia" (SANTOS, 2006, p. 18).

Para ele, a noção de espaço – enquanto um conjunto de sistemas indissociáveis, contendo objetos naturais ou objetos fabricados integrados aos sistemas de ações (intencionais ou não) – é ponto de partida para podermos reconhecer suas categorias analíticas internas (SANTOS, 2006).

Esta conceituação dialógica do espaço em Santos torna-se bastante elucidadora, quando ele diz que: “o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e do físico, um misto, um híbrido” (SANTOS, 2006, p. 86).

As questões teóricas que envolvem o termo espaço são abordadas em diversas ciências e com muitos significados. Aqui em nossa pesquisa, quando usarmos a palavra *espaço* estaremos nos referindo a este conceito em consonância direta com o que tem sido considerado como objeto da ciência geográfica, de acordo com Milton Santos (2006). Não estendemos nossos objetivos a uma discussão sobre os diversos conceitos de espaço na Geografia e em outras ciências afins. Queremos, essencialmente, acompanhar como uma referência às reflexões de Milton Santos a respeito do espaço geográfico:

O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não como coleções: sua utilidade atual, passada ou futura, vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. [...] Seu papel pode ser apenas simbólico, mas geralmente, é também funcional (SANTOS, 2006, p.73).

A dimensão social e a dimensão do tempo conjugam-se enquanto uma unicidade presente, tanto na natureza quanto na sociedade e, na verdade, indissociável em/entre uma e a

outra. A partir do momento presente, estuda-se o passado e o futuro de forma integrada. Em outras palavras, sugere Santos (2006, p.104) que: "O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É, portanto, presente; porque passado é futuro".

Sua definição de espaço nunca foi algo simples. E, mais atualmente, com as novas formas e as novas interações temporo-espaciais, sua definição torna-se ainda mais técnica e mais complexa. Em sua visão, o homem vai alterando o espaço, tornando-o mais materializado, mais "construído" artificial e, de maneira irreversível, mais e mais algo definido pelo complexo das ciências e, sobretudo, das tecnologias delas derivadas. As técnicas produzem as diferenciações espaciais e humanas. E a inserção delas impõe mudanças e reformulações do espaço social.

Santos (2006) afirma que não é possível entender uma determinada formação econômica sem se compreender suas relações com o espaço que, mais do que dado e habitado, é construído tecnicamente e é socialmente habitado. Sendo o espaço o palco onde o homem planeja e realiza suas ações, é através de uma permanente relação tempo-espaço que ele se situa em seu mundo, na mesma medida em que o cria e transforma para habitá-lo. Assim, as diferentes formas de coexistir representam materializações diversas da relação entre um mundo dado e o mundo dos tempos-espacos criados e transformados pelos seres humanos. Todo o espaço geográfico é um espaço social geograficamente significado e culturalmente referenciado.

Podemos perceber que Santos (2006, p.103) desenvolve a idéia de sistemas de conceitos quando procura diferenciar o conceito de espaço do de paisagem: "A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima".

Milton Santos (2006) vai se referir à paisagem como a decodificação de nossas relações sociedade-ambiente e dependente do conceito de espaço-tempo como categorias indissociáveis, permitindo-nos uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes, resultando daí inserções diferentes do lugar no sistema ou na rede mundial, bem como resultando diferentes ritmos e coexistências nos lugares.

1.2 Coexistência: a Geografia, o Espaço, o Tempo e a Técnica

A aceleração (promovida e radicalizada na atualidade) das transformações sociais, culturais e econômicas, denota uma etapa técnica que a cada dia se afirma mais irreversível. Vivemos um tempo em que nos vemos introduzidos – querendo-o ou não – em um complexo e vertiginoso processo de transformações em todos os domínios de nossas vidas e em todos os planos da objetiva realidade social. Até mesmo isto a que genericamente se dá o nome de “globalização” é, também, a intercomunicação de coisas, seres, tempos e espaços através da aceleração de suas interações, a começar com o que se passa com o próprio conhecimento. E a prosseguir com o que vemos acontecer com as notícias, as informações, o dinheiro e a interação entre tudo isto e tudo o mais.

Mais do que nunca antes, o conhecimento e o domínio dos sistemas técnicos sucessivos são vitais para nosso entendimento das formas de estruturação e funcionamento do tempo-espaço. A convergência dos momentos é possibilitada pela unificação técnica e pela capacidade de comunicação em tempo real. Porém, em um mundo globalizado, mais do que unificado e regido por um crescendo das próprias desigualdades entre pessoas, classes e

povos, em muitas sociedades os objetos técnicos alojam-se de forma igualmente diferenciada, notando-se a gradativa exclusão-seletividade espacial proporcionada pelas técnicas.

Em qualquer parte do mundo a técnica, enquanto unicidade, é absorvida como a forma ou instrumento técnico produtivo. Milton Santos defende que a atual produção do espaço geográfico deve ser compreendida juntamente com a evolução das técnicas. E, em boa medida, é o controle (o poder) sobre as técnicas o que gera as próprias desigualdades. Assim, ele explica como se configuram as características da sociedade e do meio geográfico, em cada momento de sua evolução, em sua relação com um determinado “estado das técnicas”: “Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica” (SANTOS, 2006, p.171).

Devemos estar atentos ao aspecto simbólico que envolve a técnica. Lembremos que nosso autor utiliza o termo ‘promessas’, que pode também evidenciar as leituras, as “premissas” da técnica. Premissas pressupõem normalização e controle enfáticos do uso das técnicas e da caracterização de cada período histórico a que se aplica.

Aqui estamos diante de dois conceitos muito interessantes e importantes para trabalhar com processos psicológicos/sociais/espaciais: o par tecnosfera/psicosfera. Tecnosfera é “o meio técnico-científico-informacional que requalifica os espaços para atender aos interesses hegemônicos” (SANTOS, 2006, p.256). A psicofera é, por sua vez, “o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de sentido que também faz parte desse meio ambiente” (SANTOS, 2006, p.256). Ela fornece regras às racionalidades que sustentam a tecnosfera. Temos então a idéia de um par dialético: a tecnosfera produz os insumos materiais para que a psicofera os transforme em conteúdos da mente, e a sustente como realidade e virtualidade social.

Para Santos, a história do meio geográfico pode se dividir em três etapas: o meio natural (ou pré-técnico), o meio técnico e meio técnico-científico-informacional. O sistema

técnico atual mais se identifica com a terceira etapa. Para melhor identificá-las, podemos diferenciar cada uma delas de acordo com o grau de materialização do espaço diretamente resultante de um processo técnico (SANTOS, 2006).

1 - No meio natural, a materialização propriamente dita não existia, sendo limitada pelo espaço onde o homem vivia apenas em relação direta com a natureza, sem provocar grandes alterações sobre ela (técnica do corpo / extrativismo).

2 - No meio técnico, as transformações e materializações aumentam progressivamente. A partir do uso das máquinas o homem começa a distanciar-se das áreas naturais (técnica das máquinas / mecanicismo).

3 - No meio técnico-científico-informacional é quando se processa a evolução técnica atual, no momento em que novos sistemas técnicos se integram à ciência e vão substituindo as formas de relação dos homens entre si, ao mesmo tempo em que refazem a noção dinâmica do espaço (técnica dos signos / cibernética).

Hoje em dia, com a sucessiva reestruturação do espaço, as atividades humanas e culturalmente sociais sofrem grandes alterações causadas pela artificialidade constante. Uma inevitável e nem sempre sustentável artificialidade impõe-se imperativa e que, por sua vez, pressupõe uma solicitação sempre maior das técnicas. O que torna inevitável que o complexo tecnológico só possa ser substituído por outra rede mais complexa. Por sistemas de ciências-técnica cada vez mais complexos, mais impositivos, mais invasivos e mais irreversíveis, sendo em igual proporção mais excludentes.

Hoje, o processo criativo de novos objetos, novas engrenagens, novos materiais, novas apropriações das virtualidades da natureza é poderosamente multiplicado, graças, também, às associações cada vez mais íntimas entre ciência e técnica (SANTOS, 2006, p.177).

Associações que aportam para mudanças que demonstram que a produção do espaço geográfico deverá ser mais e mais compreendida através da própria evolução das técnicas. A idéia de meio geográfico, seja o meio pré-técnico ou natural, meio técnico e meio técnico-

científico-informacional, torna-se inseparável da noção conceitual de técnica. Pois, transformações temporo-espaciais são cada vez mais promovidas por meio dos crescentes processos técnicos. Relembramos aqui que o espaço para Milton Santos (2006) é, também, a acumulação desigual de tempos. Tal afirmação nos permite conceber o espaço como heranças desigualmente compartilhadas.

Os impactos que nos interessam aqui envolvem duas dimensões interligadas. Numa ocorre o desencantamento da natureza e, na outra, o movimento concomitante de consolidação do capitalismo nos valores psicossociais.

Não há como retroagirmos na história da relação entre as técnicas, os seres humanos e os seus espaços. Mas é possível analisarmos as causas de nossas exclusões e propormos soluções viáveis e adequadas, a partir do entendimento de como esta relação se manifesta através dos processos técnicos. Compreendendo (e assimilando), principalmente, qual o nosso papel propriamente técnico para amenizá-la. Em nome da consolidação da lógica do capitalismo, descobrimos que a dinâmica do meio técnico, na atualidade, proporciona mais exclusão que integração.

Em sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs a serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos Estados, nem a dos recursos, nem os dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo. (SANTOS, 2006, p.181).

A apreensão do meio técnico-científico-informacional solidifica o enlace desses três termos, na medida em que há uma união entre técnica e ciência para a produção e ampliação do consumo, que, por sua vez, obedece à lógica e ao primado do capital e do lucro, promovendo mecanismos de interação entre os espaços, regidos por uma sempre crescente lógica do mercado. De fato, se lembrarmos os três lugares sociais que configuram uma formação social: o lugar da sociedade civil representada por ações do Terceiro Setor (ONGs), o Segundo Setor, lugar do sistema empresarial, o “mundo financeiro”, e o Primeiro Setor, como o lugar do poder de estado, verificaremos sem dificuldades que é o Segundo Setor que

a cada dia mais e mais se apresenta como o ordenador econômico, político, e até mesmo cultural e existencial de todos os outros.

Vivemos um tempo em que o consumo material e imaterial de todas as coisas (tudo pode ser convertido em mercadoria) alimentado pelo fluxo constante de informações (a própria mídia erigida como uma forma suprema de mercadoria e de ordenadora do fluxo de mercadorias) ordena o próprio transitar de pessoas, pensamentos, poderes e paisagens sociais pelo espaço. A compra-e-venda de mercadorias é acompanhada pela rápida circulação de informações e idéias que se orientam cada vez mais pelo saber advindo da ciência e da tecnologia. E tais movimentos acelerados e globalizados dos novos processos técnicos subordinados aos interesses do capital (ele próprio flexível, fluido, invisível e, por isso mesmo, impessoalmente todo-poderoso) atingem regiões distantes, unindo-as em suas cadeias – mais do que as unificando em suas liberdades – através do fluxo das informações.

E, assim, este complexo de técnicas do produzir e transformar, associado aos poderes do gerir e do informar provoca uma nova visão de tempo que passa a ser dirigido por seus processos. Mas a expansão da técnica não é homogênea sobre o espaço geográfico. Ao contrário, em um mundo onde tudo parece tender a uma inevitável uniformização, ela apresenta-se através de diferentes funções e interferências. Diferenças que coexistem, tal como lembra Milton Santos:

Cada sociedade é caracterizada pela convivência de diversos modos de existência técnica, que coexistem e se afrontam, cada qual com suas próprias armas: para deles, o confisco institucional; para o outro a curiosidade e a necessidade (SANTOS, 2006, p.180).

Sem dúvida, as novas tecnologias trouxeram um notável incremento de segurança, de conforto e de inovações. Mas sempre para um número pequeno da população de praticamente todas as nações, e entre as nações da Terra. Pois, bem sabemos que uma enorme proporção das sociedades, sobretudo no Terceiro Mundo, não se apropria dessas transformações em seu proveito. Deste modo, ela sofre as conseqüências nefastas de uma reestruturação espacial,

econômica, social e cultural, constituindo o crescente “exército” (sem armas e sem bagagens) dos excluídos pelo progresso técnico subordinado ao processo mercadológico.

Aqui chamamos a atenção para o fato de que para se avaliar a exclusão social técnica, é importante compreendermos os crescentes problemas enfrentados hoje pela sociedade dita pós-moderna. Estamos mergulhados nela, nos iludimos com as promessas do “livre mundo dos negócios”, fazemos seguidamente a sua crítica, porém não sabemos como agir perante as transformações impostas. Isto porque, se de um lado almejamos a modernização e os seus benefícios, de outro lado sucumbimos frente aos seus efeitos da mercantilização, do controle sobre domínios crescentes de nossas vidas e nossos destinos, e do incremento das desigualdades sociais.

Sendo desigual a apreensão dos recursos e proveitos do meio técnico-científico-informacional, vemos que ele fomenta a junção entre técnica e ciência em nome da produção e ampliação da concentração do capital. As transformações sociais obedecem à lógica financeira, promovendo, como vimos, cada vez mais mecanismos de interação entre os espaços em que germina, implanta-se e se expande uma nova ordem de um mundo impessoalmente globalizado.

1.3. Tempos de Globalização e Solidariedade

João Guimarães Rosa (1986) lembra que “o sertão está em toda parte”. Quase meio século depois, Milton Santos (2006, p.314) nos recorda que “o mundo está em toda parte”. Esta seja talvez uma boa pista sobre a questão da mercantilização crescente dos espaços da vida e do trabalho, da verticalização dos tempos das interações humanas, da robotização das identidades pessoais e sociais, do primado de um utilitarismo pragmático na gestão de

recursos, poderes e idéias que gerem relações que passam pela formação profissional, pela educação, pela saúde, pelas comunicações, pela segurança social, pelo exercício do lazer e pela própria geração e gestão das identidades pessoais, étnicas e mais ampla e difusamente sociais. Em boa medida, tudo o que se configura no processo de *globalização*, hoje se concentra em nosso pensamento, dentro e fora do universo acadêmico e científico.

Há duas décadas o termo “globalização” difundiu-se por meio da imprensa internacional. No início, a globalização apareceu-nos como sinônimo de processos e jogos de um cada vez mais “sem fronteiras” mercado financeiro “mundializado”. Entre a “direita e a esquerda”, inúmeros pensadores dedicaram-se ao tema, associando-a, de início, à difusão de novas tecnologias na área de comunicação, como satélites artificiais, redes de fibra ótica que interligam pessoas conectadas por computadores, permitindo acelerar a circulação de informações e de fluxos financeiros.

Em direção oposta, vários estudiosos de nossos tempos acreditam no estabelecimento imposto de uma homogeneização da cultura. Determinando, como vimos, sistemas de idéias, de ideologia e de identidades, sobrepondo-se a sistemas antecedentes e consagrados de valores, como os das próprias grandes religiões. Ora, a partir da globalização, Milton Santos concebe que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2006, p.339).

Ao fazer sua crítica, lembrando as relações de tensão entre o local e o global, Milton Santos sugere que a formação social nacional funciona como uma mediação entre o Mundo e a Região, o Lugar. E prossegue com a sua análise afirmando que:

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem [...], sobretudo porque essa ordem não é portadora de um sentido [...] sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido, a globalização em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da humanidade. (SANTOS, 2006, p.334).

Em suas palavras pode-se identificar, também, uma inquietação ambientalista no seu posicionamento claro contra a acumulação do capital associada a um crescente desperdício de matérias primas e processadas pelas diversas técnicas. Encontramos em suas idéias uma crítica do consumismo que representa todo o fortalecimento do modelo vigente de reprodução do capital.

O padrão produtivo em que nos vemos mergulhados reforça as desigualdades geográficas e a manutenção de lucros imensos por parte das empresas multi e transnacionais, tal como vem ocorrendo desde o “segundo pós-guerra”. As promessas e premissas do modo de vida globalizado e pautado no capitalismo em um regime de acumulação, não estão garantido acesso à uma cidadania livre, digna e fecunda para todos, gerando uma permanente tensão.

Essa é uma realidade tensa, um dinamismo que está se recriando a todo o momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. (SANTOS, 2006, p.314).

E aqui chegamos ao momento em que Milton Santos lembra – nostalgicamente – uma outra globalização. Uma reordenação de espaços, tempos, técnicas, valores e ações baseada na solidariedade. Isto depois de reconhecer o quanto a globalização de vocação neoliberal afetou culturas e sistemas culturais de significação do mundo em todos os planos. “A caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais” (SANTOS, 2006, p.285).

Construir relações humanas baseadas na solidariedade constitui-se como mais do que um desejo em Milton Santos. Ele almejava uma completa reformulação do processo inevitável da globalização. Ela deveria ser “mais humana”, sem descartar a base técnica que a sustenta econômica e financeiramente. Estamos, com ele, cientes de que a esmagadora maioria das propostas com este fim é sistematicamente desespecializada. Buscamos um espaço para a presença das “rugosidades”, que perpassam o que podemos adiantar aqui como fundamentos de redes e sistemas de uma Economia Solidária.

Compartilhamos o mesmo sonho de nosso autor: globalizar o conhecimento e o seu uso. Redefinir a inserção dos lugares geosociais em uma rede de relações humanas, de modo a valorizar a singularidade em meio à totalidade. Criar, através de um novo complexo de ações

sociais-solidárias de base, ainda técnico-científicas, mas subordinando o complexo de seus saberes e poderes à realização da vocação humana à felicidade. Enfim, aprender a criarmos e a vivermos um/em um mundo mais solidário.

Lembramos que os movimentos sociais preservam ainda as suas potencialidades implícitas na busca de uma nova organização dos territórios e dos lugares, da justiça social, das diferenças culturais e de identidades.

Reconhecemos que suas alternativas no inovar, no pensar e representar, e no propor novas possibilidades de relações entre pessoas, entre grupos humanos, entre povos e nações, caminham na contramão das forças hegemônicas da história do presente. Mas, por isto mesmo elas nos desafiam a acreditar na importância dos atos de resistir e re-inventar.

Quando tudo parece frágil diante do poder de um sistema de relações sociais, econômicas e ecológicas tão pragmaticamente hegemônico, torna-se mais urgente do que nunca o trabalharmos em busca do desenvolvimento de um paradigma de novos sistemas de idéias e de ação (logo, de criação de novos tempos-espacos), que proporcionem o desenvolvimento de teorias-e-práticas sensíveis também ao que se passa na dimensão dos micro-espacos e façam análises mais humanistas de questões como a relação urbano-rural e do espaco geográfico em si.

No próximo capítulo seguiremos com a apresentação de *uma outra economia*, que se propõe trabalhar nas ações e na formação de quadros humanos capazes de promover a criação de novos tempos-espacos solidários e técnicas sustentáveis.

CAPÍTULO II

A ARTE DE CUIDAR DA CASA: a concepção de uma outra economia

Duas questões emergem desta concepção de economia. Uma, a questão ética: que regras são necessárias para orquestrarem as relações entre os membros da casa, e entre estes e o seu ecossistema; a outra, a questão política: quem devem ser os sujeitos gestores da casa, portanto, os sujeitos da economia (ARRUDA, 2006, p.53-54).

Nos últimos 20 anos germina no Brasil uma concepção de economia que se fundamenta na construção de um conjunto de novas relações econômicas solidárias baseadas na autogestão e cooperação, a Economia Solidária. O interstício que abre almeja chegar a relações econômicas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis.

O nosso objetivo nesse capítulo é o de apresentarmos uma breve, mas consistente descrição das origens, dos fundamentos e das propostas da Economia Solidária (ES). Acompanharemos os passos desta forma alternativa de gestão das relações entre seres humanos e a natureza, e de pessoas, grupos de pessoas e povos, que visa o trabalho cooperativo, da produção, circulação, intercâmbios e consumos solidários de/entre bens, mercadorias, com foco, ainda, em manejo sustentável do meio ambiente.

2.1 Uma Outra Economia: fundamentos e princípios

Talvez nós tenhamos nos acostumado nos últimos anos a pensar a economia de uma família, um grupo, de uma comunidade, de uma região, de uma nação, ou de toda a humanidade, enfim, como estando hoje em dia calcada em um único modelo hegemônico e, por isso mesmo, tendente a tornar-se absoluto e universal. Tanto baseada na ciência quanto em meios de comunicação de massa (a mídia em suas várias representações), nós encontramos esta economia globalizada⁴ sob nomes como: “economia capitalista”, “economia neocapitalista”, “economia liberal”, “economia neoliberal”, “economia de mercado” (SINGER, 2002, p. 8).

Mesmo quando reconhecemos a existência de outras modalidades de idéias, propostas e sistemas econômicos, como a de povos e nações que preservam formas de governo político e de organização da vida social (economia incluída) dentro dos marcos do socialismo, mesmo após o colapso da União Soviética e o desencanto com o comunismo em vários países, é freqüente a afirmação de que todas as formas atuais, viáveis e vigentes de relações de produção, circulação e mercantilização de bens, produtos, serviços e capitais que não se enquadrem em algum dos parâmetros de uma economia neoliberal, são fragmentos de economias a-históricas, residuais, ou, de um modo ou de outro, subordinadas ao poder de domínio globalizado da economia de mercado.

Formas arcaicas, mas ainda presentes na vida, na história e na cultura de inúmeros grupos humanos tradicionais – ou mesmo tribais – em todo o mundo (de que são exemplos os povos indígenas do Brasil) são igualmente consideradas como expressões residuais de intercâmbios com a natureza e entre as pessoas e instituições, através da circulação e troca de bens. Economias arcaicas, primitivas ou pré-capitalistas que apenas valem como

⁴ Este próprio termo, como vimos no capítulo anterior, já traduz em boa medida o poder deste modelo econômico.

reminiscências de enclaves culturais, destinadas a serem, elas também, subordinadas ao modelo econômico hegemônico, quando não, o único socialmente viável e politicamente possível.

No entanto, ao longo destes últimos anos temos ouvido falar com uma frequência crescente de outras propostas de economias. Ainda que seus nomes e desígnios sejam pouco divulgados, conhecemos uma economia cooperativa, uma economia do dom, uma Economia Solidária, também conhecida como socioeconomia solidária. Trazemos aqui a definição básica que Paul Singer dá para a Economia Solidária, ressaltando nela os seus dois aspectos fundamentais:

Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere às organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos menos favorecidos (SINGER, 2003, p. 116).

Por sua vez, Marcos Arruda (2004) define a Economia Solidária como uma nova proposta de organização e gestão de toda a vida social na busca de “outra socioeconomia global”. Tal busca aspira a criação e a consolidação de novas relações interpessoais, intergrupais, inter-institucionais, políticas e éticas, em direção a um “novo ser humano”, através da superação da alienação nas relações sociais, por meio de auto-desenvolvimento integral, individual e coletivo.

A este respeito, Mance (2002) compartilha com outros pensadores a idéia de que uma Economia Solidária deve ser considerada como uma consistente base para uma nova forma de organização de toda a vida social, tanto em escala local quanto em escalas mais amplas, regionais, nacionais ou mesmo planetárias. Eis o que ele propõe:

uma reflexão ética, estética e gnosiológica sobre o bem viver, que deseja a valiosa singularidade de cada pessoa, sobre a consciência humana, sobre o sentido de nossas vidas, sobre a afetividade e a ternura, e sobre a economia e a cultura integradas nas práticas de colaboração solidária (MANCE, 2002, p. 20).

Assim, podemos tomar a Economia Solidária como um retorno, mas um “retorno” voltado para o presente e o futuro. Arruda (2006) fala da economia como uma arte do “cuidado da casa”, remetendo-nos à etimologia da palavra “casa” em seu original grego: “*oicos*”, donde “*oicosnomia*”, economia = gestão, cuidado da casa. Um conceito que ultrapassa a idéia e o valor funcionalista e utilitário da economia como gestão do lucro, e valoriza o primado das relações humanas, superando o primado das relações de mercado e da mercantilização da vida, como um sistema social, político e propriamente econômico absoluto. Uma “antiga-e-nova” proposta calcada em princípios, valores e propostas que retomam a idéia de troca, de partilha e de reciprocidade entre pessoas através das coisas, e não das coisas (como um valor em si) através das pessoas, como o coração das relações sociais de teor econômico.

De fato, sabemos hoje que em toda a “primeira filosofia”, até pelo menos Aristóteles, a economia envolvia a gestão das relações humanas destinadas a produzirem produtos e serviços para o bem da comunidade. A idéia de uma economia dirigida à competição, ao lucro e à acumulação, é tardia e não envolve, mesmo hoje em dia, todas as teorias e todas as alternativas de políticas econômicas às vezes concomitantes e complementares entre si. A própria Doutrina Social da Igreja Católica submete a produção de bens e de serviços através de qualquer prática econômica aos direitos universais da pessoa humana e ao bem comum.

Em suas propostas, por diferentes que possam ser as suas alternativas concretas de realização, a Economia Solidária em nada pretende apresentar-se como uma pura e simples saída de verve caritativa ou assistencial. Embora na definição de Paul Singer apareça como um dos seus princípios a ajuda solidária aos “menos favorecidos”, o propósito original e mais fundante desta “outra economia”, está na reorganização de relações básicas do trabalho humano. Está em trazer para o âmbito da sociedade civil e, não para o das empresas capitalistas, o poder de definir os termos das relações entre o trabalho e o capital. Está em

criar meios concretos e viáveis para que aqueles que trabalhem possam ser coletiva e solidariamente, os senhores de seus recursos, os senhores de seus trabalhos, os senhores de seus produtos. Num limite mais amplo, o fator **solidariedade** envolve o projeto de um retorno (mas nunca uma volta saudosista ou inviável) a sociedades em que a posse individual, empresarial ou corporada, volte a ser o bem social (o bem comum). Em que a acumulação seja substituída pela justa e fraterna redistribuição. Em que a prática da troca e do dom, associados a um mundo onde o ser-da-pessoa volte a predominar sobre o ter-do-indivíduo (ARRUDA, 2003, p.237).

A Economia Solidária começa em iniciativas pequenas de pequenas empresas autogestionárias. Estende-se à formação de redes de sujeitos produtores e consumidores e bens e serviços sob uma outra lógica e em direção a um outro horizonte de vida, de labor e de trabalho. E ela aspira, pelo menos no ideário de seus defensores mais arrojados, desaguar na criação de históricas sociedades, de um outro “mundo possível”, de uma outra humanidade. Uma humanidade que, ao descobrir novas formas possíveis de realização da reprodução da vida através do trabalho solidário, venha a redescobrir também antigas e novas formas de relacionamento entre as pessoas, através de uma afetividade que reincorpore o carinho, o zelo pelo outro e o próprio “cuidar do ser da Terra” em seu cotidiano. É o que nos propõe Armando de Melo Lisboa, no verbete Solidariedade, do livro “A Outra Economia”:

Como hoje produzir significa, cada vez mais, construir comunalidades de cooperação e comunicação, participamos de uma comunalidade mais radical e profunda, que aponta para um modo social e solidário de produção. Com a multiplicação de redes e a descoberta da ação coletiva, “a fraternidade se imporá”, prevê Attali. O trabalho cooperativo e imaterial envolve um forte componente de afetividade, de contato e interação humanos, de cuidados mútuos. Num mundo de fartura, onde a escassez é socialmente produzida, o verdadeiro fator humano é o carinho e a atenção humana. Refaz-se o laço entre trabalho e cuidado rompido com o domínio patriarcal e que abriu espaço para o desenvolvimento do capitalismo (Boff). Diante dessa nova realidade, a “engenharia do laço social” (como Levy denomina “a arte de suscitar coletivos inteligentes e cooperativos e desenvolver a economia das qualidades humanas”) é decisiva. (LISBOA, 2003, p. 244)

Segundo Pontes Júnior & Osterne (2004), os princípios e preceitos que orientam a Economia Solidária, apesar da diversidade de origens sociais e culturais de suas iniciativas e

de seus empreendimentos, observam os seguintes pontos:

- A valorização social do trabalho humano;
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica;
- A atividade econômica;
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, bem como de todos os demais gêneros da sociedade;
- A busca de uma relação respeitosa com a natureza;
- Os valores da cooperação, da autogestão e da solidariedade.

Além dos princípios expostos, são comuns e partilhados como valores e diretrizes centrais nos empreendimentos solidários:

- O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana, e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas;
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica;
- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios;
- A Economia Solidária almeja uma outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os povos.

Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas primar pela eficiência social. Podemos dizer que a *práxis* de um empreendimento solidário obedece, principalmente, às seguintes condições sintetizadas no quadro 1.

Quadro 1: Aspectos do Trabalho/Solidariedade na Perspectiva da Economia Solidária

<i>ASPECTOS DO TRABALHO</i>	<i>ASPECTOS DA SOLIDARIEDADE</i>
Possibilidade de organização autônoma dos trabalhadores.	Gestão das políticas para a qualidade de vida de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.
Possibilidade de organização produtiva não-hierarquizada.	Igualdade como condição do exercício da liberdade enquanto instrumento de combate à exclusão social e a diversidade de saberes e atividades.
Possibilidade de organização de formas de produção que não sejam subsidiárias do modo de produção hegemônico.	Organização da produção e a reprodução da sociedade de modo a diminuir as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Fonte: ALBUQUERQUE, L. M./2007; adaptado de Arruda (2006).

Portanto, tais condições amparam um novo modo de viver, pensar, interagir e produzir baseado em relações dos homens e das mulheres com o mundo do trabalho como forma digna de “condição humana”.

Em síntese, vem se realizando através dos movimentos sociais, de fóruns sociais mundiais, de práticas e trocas solidárias em redes que unem local/global, de alternativas de manejo sustentável dos recursos naturais e da preocupação constante com o resgate de saberes das populações tradicionais.

Veremos agora como constituíram algumas experiências na construção histórica e nos cenários sociais do modo de vida e trabalho solidário.

2.2 Breve Histórico da Economia Solidária

Começamos a pensar a história da Economia Solidária com recurso a uma observação de Milton Santos⁵ já visitado por nós no capítulo anterior. Ele nos apresenta cenários sociais e históricos do acontecer solidário, onde o novo surge como resultados das relações humanas.

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, nas outras esferas surge contra-racionalidades e racionalidades paralelas, corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que, na realidade, constituem outras formas de racionalidade, produzidas e mantidas pelos que estão "em baixo", sobretudo os pobres, que, desse modo, conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante. (SANTOS, 1999, p.3).

Nessas esferas da sociedade que saltam de uma situação anterior de conformidade associada ao conformismo, a uma mais aberta, um movimento social de produção da consciência, sem o conformismo. Gera-se aí então a redescoberta, pelos homens da razão, nos e através dos espaços sociais, econômicos e geográficos também "não conformes" à racionalidade dominante.

Com este mesmo espírito, lembramos outra vez que mesmo quando alguns estudiosos não citem de maneira explícita propostas e fatos que escapam à cultura ocidental hegemônica, os primeiros seres humanos a praticar uma troca econômica sustentável, solidária e equilibrada no Brasil foram os povos indígenas.

O estudo detalhado de diversas comunidades indígenas habitantes do cerrado demonstra que essas populações aprenderam sabiamente a desenvolver mecanismos adaptativos e planejamento ambiental e social que fosse capaz de lhe permitir uma vida em abundância (BARBOSA, 2000).

Essas relações de trocas econômicas simples começam a desaparecer quando um poder centralizado se separa da vida social e aparece a acumulação de bens e a divisão de uma comunidade igualitária (ou quase) em uma sociedade progressivamente dividida entre classes e/ou castas sociais e culturais. São exemplos desta passagem das sociedades arcaicas conhecidas em nossos estudos de história, como as do Egito antigo e povos mais

⁵ Discurso proferido na ocasião do recebimento do título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Brasília, em 11 de novembro de 1999.

economicamente desenvolvidos das Américas, como os astecas, os maias e os incas. Em seu livro *“Pelos caminhos do cooperativismo”*, Thenório Filho (2002), afirma que pesquisadores franceses identificaram que no Império dos Faraós, os trabalhadores se organizavam em grêmios, cujo regime cooperativo era muito desenvolvido para a época. Na civilização dos Incas, o trabalho era realizado em comum, sobre a forma de cooperativa integral, onde a produção agrícola e pastoril era dividida segundo o trabalho prestado e de acordo com a necessidade demonstrado no trabalho realizado para construir abrigos.

Assim sendo, podemos afirmar que, com maior ou menor grau de realização, formas originais de reciprocidade e de cooperação⁶ sempre existiram, com diferentes ênfases e versões, entre as diferentes sociedades e culturas humanas do passado e do presente. Até hoje persiste a polêmica essencial sobre se nós – seres humanos – somos “propriamente mais cooperativos ou mais competitivos”. Pesquisas que vão da mais remota paleontologia à história recente de povos de toda a Terra, estão longe de um consenso, e não são poucos os cientistas sociais que contradizem o suposto de que nós somos originalmente solidários e cooperativos e que as formas sociais regidas pelo individualismo e a competição são desvios de relações políticas e econômicas (MATURANA, 2002).

Tendo como eixo a bibliografia *“Introdução à Economia Solidária”* de Paul Singer (2002), contaremos uma etapa da história da ES a partir das experiências de cooperativas. Articuladas a estas experiências encontram-se distintas denominações tais como: “associacionismos”, “comunalismos”, “conselhos operários”, “anarco-sindicalismo”, “soviets”, “autogestão socialista” e “cooperativismo”. Estes projetos utópicos foram importantes manifestações de solidariedade operária antes mesmo do seu desenvolvimento como organização, como classe social.

⁶ Trabalhamos com o conceito de reciprocidade, como as trocas de bens materiais e simbólicos, e a cooperação a partir das relações estabelecidas entre as pessoas e com objetivos comuns.

Após séries de experiências ao longo da história da Europa, a cooperação econômica tomou novos rumos e fortaleceu-se no século XVII, a partir de propostas e iniciativas do inglês Peter Cornelius Plockboy que idealizava a cooperação integral entre as classes de trabalhadores, e de John Bellers que procurou organizar "Colônias Cooperativas" para facilitar a comercialização de seus produtos, na tentativa de eliminar o lucro que era apropriado pelos intermediários. Práticas de trocas, ajuda mútua e autogestão, que se ampliaram no interior do processo de desenvolvimento capitalista na Europa do século XIX, se incorporavam às lutas sociais.

Com uma crescente industrialização, ocorreram processos migratórios de artesãos e populações rurais para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas em busca de melhores condições de vida. Tal fenômeno gerou um crescente excedente de mão-de-obra, resultando na exploração do trabalhador de forma abusiva e desumana, tal como descrito em trabalhos de Karl Marx e de outros cientistas sociais do início da Revolução Industrial. Os salários não supriam as necessidades básicas dos trabalhadores – homens adultos, velhos, crianças, jovens, mulheres – enquanto trabalhadores foram penalizados por doenças graves. O processo industrial de apropriação da força de trabalho não poupou sequer as mulheres e as crianças, que eram obrigadas a ingressar no mercado de trabalho em condições extremamente precárias e desumanas.

Paul Singer (2002) historia brevemente como as primeiras idéias e experiências de cooperativismo na Europa foram se construindo passo a passo. Os principais referenciais do cooperativismo moderno surgiram na esteira da Revolução Industrial, construindo configurações sociais, destinadas inicialmente a amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe trabalhadora integralmente submetida ao poder e à hegemonia dos interesses dos empresários capitalistas.

Singer associa vários movimentos do cooperativismo enquanto estratégia de

enfrentamento, aos efeitos sócio-desastrosos que a Revolução Industrial impôs à sociedade européia ao longo do século XIX. Surgem então as experiências britânicas de Robert Owens, em relação à formação do movimento socialista, e as francesas, como a de Charles Fourier (1772-1837), na formação do movimento de comunas entre os agricultores.

Em 1844 foi fundada uma das mais conhecidas cooperativas de consumo, a Cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos da cidade de Rochedale. Em 21 de dezembro deste ano, em *Toad-Lane* (Beco do Sapo) um grupo de 28 tecelões de Rochedale, na região de Manchester, na Inglaterra, lançou uma das primeiras sementes do sistema econômico do cooperativismo. A partir de uma experiência de derrota grevista de tecelões, foi elaborada uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação em nível mundial no século XIX. Suas principais características são: cooperativa autogestionária, igualdade política, livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa, e prioridade à educação cooperativa.

As práticas de autogestão como princípios organizadores surgem e ressurgem na história da vida econômica e social, envolvendo parcelas ativas e motivadas, mas sempre em parcelas limitadas da sociedade. Singer lembra que o cooperativismo não é propriamente uma idéia nova, e em suas formas originais ele foi a base para o socialismo utópico no século XIX.

Desde então a autogestão operária e o coletivismo agrário assentaram os fundamentos e os valores e diretrizes do atual cooperativismo. Sabemos que as experiências de relativo sucesso e impacto social ao redor do mundo, mesmo quando em pequena escala, promovem algumas relevantes transformações no universo da produção e do trabalho, mas em plano mais amplo, dificilmente elas alcançam mudanças abrangentes e duradouras que de fato alterem e até mesmo transformem historicamente o quadro das relações “patrão-empregado” de produção e trabalho na economia capitalista e promovam uma verdadeira mudança das relações sociais do trabalho.

Movimentos pendulares de cooperativismo de produção na Grã-Bretanha, quase sempre associados a lutas sindicais e aos movimentos em favor do sufrágio universal na Inglaterra e nos Estados Unidos, criaram várias comunidades ou aldeias cooperativas. No entanto, quase todas elas não conseguiram manter-se por muitos anos. Numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos foram extintas pela violenta reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do poder de estado (SINGER, 2002).

Por vezes, o cooperativismo tornou-se uma modalidade empresarial sem participação dos membros e o assalariamento transformou-se no sonho da grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras que perdem o entusiasmo pela autogestão. Mas é fato que as cooperativas de produção e consumo têm protagonizado algumas reais alternativas às formas hegemônicas e capitalistas de produção de bens e de apropriação da força de trabalho.

A construção de um outro cooperativismo através das cooperativas de produção diferente do chamado cooperativismo empresarial troca as estruturas centralizadas, com forma de pirâmide e grandes unidades, pela opção de estruturas descentralizadas, com forma de rede e unidades pequenas, mas articuladas entre si e com a comunidade local. Promovendo não apenas um instrumento financeiro, mas, sobretudo um instrumento de desenvolvimento local.

Lembremos a experiência do padre José Maria Arizmendiarreta, com início em 1956, em Mondragón, País Basco na Espanha, quando, ao formar uma cooperativa montadora de fogões e geladeiras com sucesso, transformou-a em um marco de reinvenção do trabalho sobre bases de autogestão. Várias cooperativas são hoje constituídas a partir do “complexo cooperativo de Mondragón” (SINGER, 2003). Existem hoje em dia mais de 100 cooperativas, e o sistema continua crescendo, através da inserção de novas unidades e a re-incorporação de unidades já existentes. Essa experiência de Euskadi – País Basco anexado à Espanha, junto

com os clubes de troca e as cooperativas de crédito⁷ para populações carentes são demonstrações fundamentais da “revivência da Economia Solidária” (SINGER, 2003, p.124).

Hoje, vivemos um momento de expansão de experiências solidárias e cooperativas em todos os quadrantes do mundo, com ou sem o apoio de instituições governamentais e da sociedade civil. Assim, assistimos na França à criação do Ministério de Economia Solidária e, na Colômbia e no Equador, o reconhecimento na legislação do setor de Economia Solidária.

Na pesquisa Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, 2006) constatou-se que atividades solidárias no Brasil que podem ser consideradas um fenômeno da Economia Solidária são bastante recentes. A grande maioria dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) teve seu início na década de 90 com gradativa expansão no século atual. Quanto à forma de organização, percebe-se que os grupos informais apresentaram uma maior taxa de crescimento após a metade da década de 90, enquanto as associações apresentam uma redução da sua expansão e o número de novas cooperativas se mantém relativamente estável.

Nos últimos dez anos, no Brasil, os movimentos sociais e instituições governamentais têm promovido articulações de experiências e políticas públicas que provocam a efervescência de diferentes atividades solidárias. Ações em grupos, encontros entre grupos, mobilização e trocas de saberes e partilha e garantia solidária promovem a reinserção das práticas solidárias no Brasil.

⁷ Nos anos 70 o economista e professor Yunus, de Bangladesh, formou um banco para atender pessoas pobres: *Grameen Bank*, que atende uma maioria de mulheres aldeãs e com garantia solidária. (SINGER, 2003).

2.3 A Reinserção das Práticas Solidárias no Brasil

Intitulamos este item como “reinserção”, pelo suposto de que práticas solidárias tradicionais já existiam e eram vigentes no Brasil desde antes da chegada dos europeus aqui. Acreditamos que algumas delas eram, como vimos, atividades costumeiras entre indígenas e eram praticadas sob diversas formas em suas comunidades.

A partir dessas “práticas pioneiras”, enfatizaremos aqui o “tempo da retomada”. Do século XVI ao XVIII, multiplicaram-se pela América do Sul, em especial, nos limites entre o Uruguai e Brasil experiências autogestionárias nas comunidades indígenas, coordenadas pelos padres jesuítas de Portugal e da Espanha. Denominadas como “Missões” caracterizavam-se como unidades econômicas autônomas, em que predominava o trabalho agrícola, de base coletiva de produção. Tais experiências deram base para a difusão de uma utopia religiosa, porém percorreu trilhas contraditórias de um etnocentrismo europeu, que, ao mesmo tempo, implementavam a valorização de princípios cooperativos e associativos, mas impôs aos povos nativos suas perspectivas religiosas, culturais, políticas e sociais.

No século XIX, os movimentos sociais cooperativos com base europeia, inicialmente, instituíram-se com a chegada dos imigrantes italianos e alemães em nosso território dando a instauração e o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil.

Em meados do século passado, emergiram duas importantes correntes no que dizer respeito à história do cooperativismo no Brasil: o cooperativismo tradicional de bases empresariais e o cooperativismo popular autogestionário. E, segundo Pereira (2001), o fortalecimento da segunda corrente teve suas bases e valores difundidos por vários movimentos e ações sociais já atuantes no cenário nacional desde a década de 1970, especialmente com as iniciativas de “educação popular”, as propostas de “recuperação” de

empresas a partir de parâmetros autogestionários e os projetos comunitários de base (CEBs), organizados por setores progressistas da Igreja Católica.

Diante de uma crise institucional de desequilíbrio nas relações de trabalho, em tempos em que o desemprego aumentou muito a partir do início dos anos 90, com a abertura de mercado para os produtos importados, começaram a surgir experiências solidárias respaldadas pela Constituição de 1988. Como reação de enfrentamento das necessidades imediatas de sobrevivência, as famílias, os grupos, comunidades, apoiados pelos movimentos sociais começam então a exercerem práticas de gestões solidárias de produção. No cenário das décadas de 80 e 90, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), desenvolvidas através de algumas universidades, fortalecem as ações do cooperativismo no Brasil. Esta parceria do saber e do fazer diferenciado favorece a organização de grupos de trabalhadores em torno de cooperativas de trabalho ou de produção, solidarizando-os com as necessidades técnicas, administrativas e jurídicas.

Segundo Paul Singer (2002), os primeiros empreendimentos de Economia Solidária são resultados do apoio de ações sindicais a operários, quando em algumas cidades do país eles se apossaram dos patrimônios falidos de empresas em que trabalhavam. Grupos pioneiros de trabalhadores assumiram o controle administrativo de pequenas empresas e fábricas com o objetivo de mantê-las em funcionamento, garantindo assim os seus empregos e introduzindo uma variante mais livre e justa de gestão da produção de bens. Estas pequenas empresas autogestionárias uniram-se para formar a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG).

A vida nova da Economia Solidária no Brasil norteou-se pela organização e desenvolvimento particular de movimentos e ações sociais que também somou forças com iniciativas de educação popular, com ações pastorais e projetos desenvolvidos pela igreja Católica, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) através da Caritas e

adeptos da teologia da libertação junto a comunidades eclesiais de base, grupos informais de geração de renda popular, e especialmente a educação popular, pela “pedagogia libertadora” que sempre promoveu o debate e a conscientização de uma cultura dominadora e opressora x a uma cultura da autonomia e da libertação. Pois não é possível êxito no campo econômico solidário, sem o alicerce de um povo que se educa para civilizar-se.

A educação popular no Brasil nos evoca o destaque do pensador Paulo Freire, que a esse respeito destacamos:

Vocação negada, mas também afirmada. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada (FREIRE, 1978, p. 30).

A conquista popular de direitos humanos, de espaços, bens e valores de qualidade de vida (habitação, alimentação, saúde, educação, segurança, etc.), de meios sociais de produção cooperativada e, em termos bem concretos, da terra, com vistas a uma democratização efetiva da agricultura e da pecuária, incentivam hoje a criação e o desenvolvimento de experiências de trabalho pautado em preceitos de solidariedade (nas relações entre sujeitos sociais) de sustentabilidade (na relação entre o trabalho produtivo e o meio ambiente), de cooperação (como uma alternativa realista diante da ênfase competitiva da economia de mercado) e de responsabilidade social (com o deslocamento do valor “lucro” para o valor “partilha de bens”).

A partir deste século são recriadas estratégias de formação e informação, instrumentais de organização que preferencialmente adotam o formato de redes. É o caso da Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária (RBSES):

Por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-economia Solidária integrada por diversas entidades de fomento de economia solidária de todo o país. É uma rede eletrônica que enseja o intercâmbio de notícias e opiniões e está também se transformando em uma rede de intercâmbio comercial entre cooperativas, associações produtivas e de consumidores (SINGER, 2002, p. 124).

Assim, como um exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem participado na criação e na consolidação de redes de novas formas de sistemas cooperativados de produção, de circulação e de consumo de bens e de serviços no Brasil. Diferentes dimensões de uma Economia Solidária, produtiva e sustentável da terra, com a passagem de terra de negócios para a terra de trabalho, tendem a se constituir como uma das principais estratégias do Movimento, em suas experiências concretas em acampamentos e em assentamentos da Reforma Agrária, com vistas a favorecer o surgimento e a ampliação de áreas assentadas, economicamente viáveis, e socialmente criadoras de novas formas de relações sociais e ambientais.

De acordo com Marcos Arruda (2006), “tornar o real possível” é um título que exemplifica bem o ideário do “Movimento de Economia Solidária”, acrescenta que a atual conjuntura histórica possibilitou seu crescimento devido a inúmeros fatores, dentre os quais podemos destacar os seguintes:

1. Resistência à crescente exclusão, manifesta primeiramente como luta pela sobrevivência na conformação de um mercado informal crescente, constituído por camelôs, flanelinhas, mercadores ambulantes, trabalhadores informais e representantes pessoais e coletivos de tantos outros empreendimentos.
2. Desemprego urbano e desocupação rural resultantes da expansão agressiva de uma globalização que torna as pessoas em peças descartáveis para o funcionamento da máquina de produção e consumo; quando a mercadoria é apresentada como um ser quase pessoal, enquanto gente vale concretamente como mercadorias, em um mercado cada vez mais impessoal onde tudo se compra e tudo se vende e onde tudo e todos valem pelo que aportam como lucro e poder de acumulação.
3. Busca de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da

economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais baseado em lucro e acúmulo indiscriminado.

4. Formação de redes de Economia Solidária enquanto movimento – que aspira ultrapassar o âmbito espacial e social de iniciativas isoladas e fragmentadas.
5. Inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, cada vez mais se orientando rumo a articulações regionais e locais.
6. Edições do Fórum Social Mundial e Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), proporcionando uma crescente visibilidade social ao Movimento, e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).
7. A crescente interação e integração entre diferentes movimentos sociais com as mais diversas vocações e frentes de ação social e de trabalho produtivo, atuando nas diferentes lutas e processos de produção, mantendo e ampliando um mesmo horizonte de enfrentamento à hegemonia da economia de mercado.

Por fim, indicamos o reinventar teórico, com o envolvimento de professores e alunos universitários através de pesquisas, projetos de extensão e de estudos (dissertações e teses) vêm ampliando espaços de aprendizado mútuo, destacando-se na criação de incubadoras de economia solidária e cooperativas, sobretudo na ponderação crítica dessas práticas solidárias, “mas também de observação e reflexão sobre este modo de produção revivido e seu papel na sociedade contemporânea” (SINGER, 2003, p. 125).

2.4 Processos de Dimensionamento da Economia Solidária no Brasil

Diante do peso da mídia em torno dos avanços nacionais e globalizados da economia de mercado em sua atual vertiginosa fase de expansão, via de regra pouco se sabe a respeito da presença e da evolução de outras formas de economias em todo o mundo. Mas Paul Singer (2002) lembra, por exemplo, que em vários países do mundo, incluindo os próprios Estados Unidos da América, uma porcentagem considerável das iniciativas industriais e de comercialização de bens e serviços corre por conta de empresas regidas por princípios de cooperativas. Em todo o mundo elas assumem as mais diferentes vocações e feições, entre a produção e o consumo. E podemos dizer que a Socioeconomia Solidária não é mais do que uma múltipla experiência cooperativa de trabalho, produção, partilha e distribuição de bens e serviços.

Assim, Singer aponta que na Suíça, já em 1969, as cooperativas de consumo tinham 4,1 milhões de membros, ou seja, mais da metade da população (SINGER, 2000). Outros exemplos apresentados por Paul Singer evidenciam que tanto na Europa do pós-guerra quanto em vários outros países em todo o mundo, surgem, expandem-se e muitas vezes decaem e diminuem muito as diferentes experiências de ação cooperativa. Na verdade, o confronto com as empresas capitalistas e as dificuldades de sustentar agências cooperativadas, provoca uma instabilidade que compromete muito a continuidade e o fortalecimento de experiências e de todo o processo de expansão e consolidação das cooperativas em todo mundo. Mesmo assim, vejamos este depoimento:

Também na agricultura o cooperativismo de crédito desempenha um papel importante nos Estados Unidos. Em 1916, o Congresso estabeleceu um sistema de bancos e associações de crédito agrícola, um sistema nacional destinado a garantir que os agricultores obtenham o capital de que necessitam. Há seis bancos regionais de crédito agrícola, oferecendo fundos e serviços de apoio a 228 associações de crédito agrícola localmente possuídas. [...] Em 1995, as associações fizeram empréstimos no valor de 57 bilhões de dólares a mais de 400 mil agricultores. Elas não aceitam depósitos, mas levantam dinheiro mediante a venda de bônus de crédito agrícola. Elas são responsáveis pela metade da dívida de longo e de curto prazo das

cooperativas agrícolas e por cerca de um quarto das necessidades de crédito da agricultura nos Estados Unidos (SINGER, 2000, p. 73).

Em uma outra passagem de seu livro, “Introdução à economia solidária”, Paul Singer passa de dados de outros países para dados referentes ao caso do Brasil. Vejamos:

As cooperativas agrícolas também preponderam na América do Norte e têm forte presença na maioria dos países semidesenvolvidos da América Central e do Sul e da Ásia. No Brasil, o valor das vendas das 1.378 cooperativas agrícolas alcança 12 bilhões de dólares, o número de seus membros é de cerca de 1 milhão e de seus empregados é de 150 mil. Os membros produzem mais da metade do leite e 17% da produção vegetal vendida no atacado. As cooperativas agrícolas brasileiras possuem 900 fábricas processadoras: moinhos de trigo, destilarias, fábricas de óleo vegetal, arroz, café e sementes. As cooperativas de criadores de ovelhas respondem por 65% da lã produzida (SINGER, 2000, p. 86).

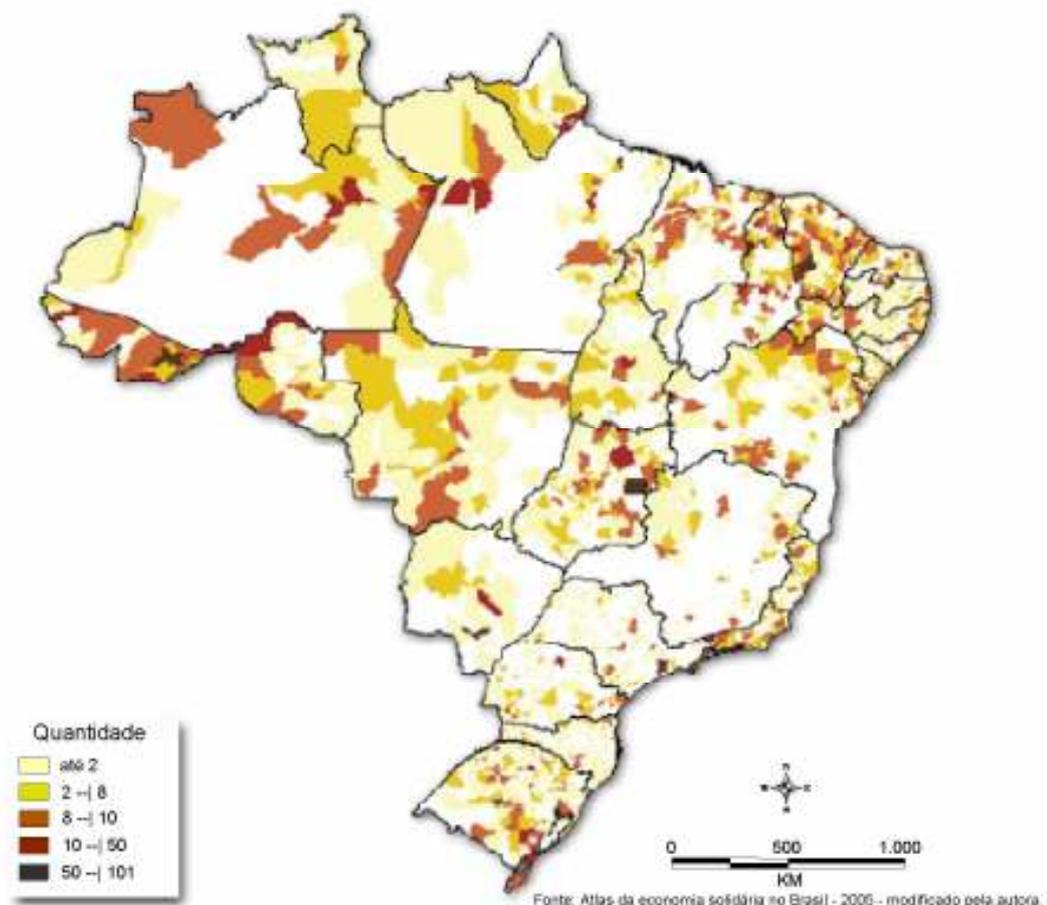
Assim, sabemos que as experiências de cooperativas são antigas no Brasil. Entre altos e baixos, como ocorre em todo o mundo, somos um país com inúmeras e variadas experiências de cooperativas de produção, de crédito e de consumo. No entanto, uma rede nacional, um fórum nacional e um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), foram estabelecidos apenas há alguns anos atrás; O SIES, por exemplo, apenas desde 2004. Ele foi criado pelo Governo Federal em 2003 no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que pertence ao Ministério do Trabalho e Emprego. A criação da SENAES originou-se como resultado de uma série de mobilizações e reivindicações integradas nas discussões em Porto Alegre, durante o primeiro Fórum Social Mundial (FSM) em 2001. Em 2003 também se constituiu a Secretaria não governamental do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Em 2005, a SENAES, em parceria com o FBES, realizou em todo Brasil um primeiro Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, publicando, como resultado, um “Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005”, publicado em 2006. Vale informar que em 2007 está em processo o mapeamento do segundo atlas, com a identificação de novos empreendimentos.

No primeiro mapeamento foram identificados 14.954 empreendimentos econômicos solidários com alguma modalidade de trabalho, serviços, crédito ou consumo cooperativados.

As experiências levantadas estão presentes em 2.274 municípios do Brasil, o que corresponde a 41% do total dos municípios do país que estão representados no mapa que segue. (Atlas da Economia Solidária no Brasil-2005, 2006).

ESS POR MUNICÍPIO - BRASIL

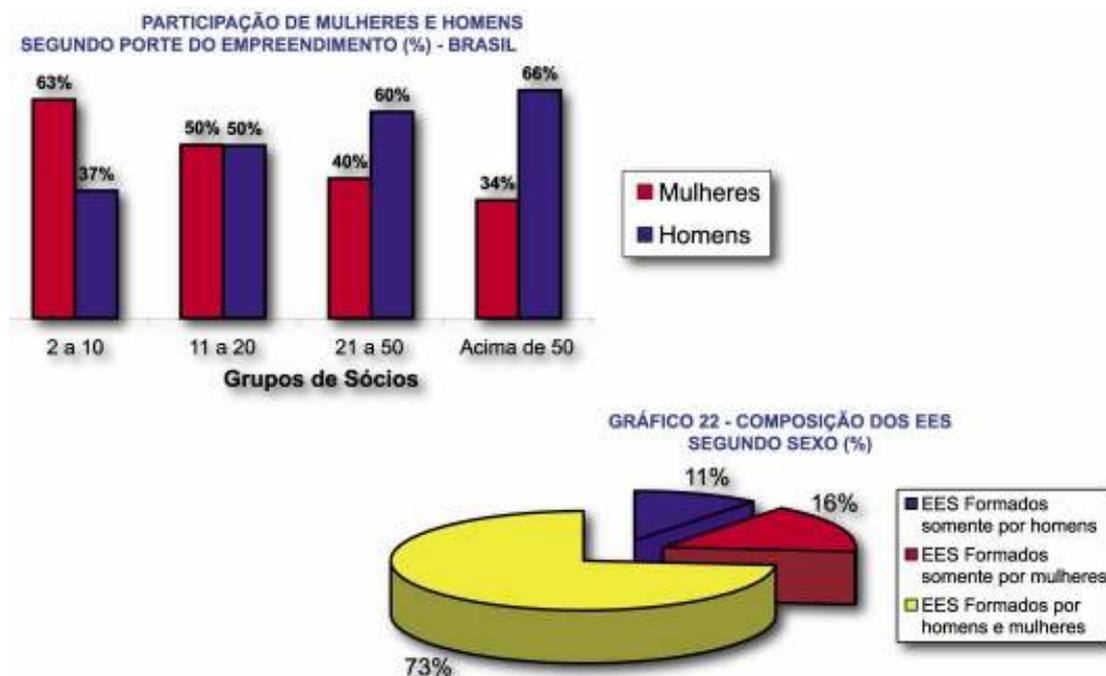


A trajetória dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) teve seu início a partir de 1990. Aproximadamente 65% deles foram criados entre 1990 e 2005, o que revela o seu caráter de novidade no Brasil. Segundo o documento em que estamos nos baseando agora, os dois principais motivos apresentados para a criação de EES são: uma alternativa ao desemprego, com 45% das indicações e um complemento à renda pessoal ou familiar dos participantes, com 44% das indicações. Um outro motivo apontado para a criação de unidades

solidárias, com 31% das indicações, é a possibilidade de trabalho e produção sob gestão coletiva.

Entre as regiões do país existem algumas diferenças. A “alternativa ao desemprego” é a alternativa mais citada nas regiões Sudeste, com 58% das escolhas, e na região Nordeste, com 47%. Por sua vez, na região Sul o motivo mais citado é a possibilidade de “obter maiores ganhos”, com 48% das indicações, e a “fonte complementar de renda”, em segundo lugar, com 45%. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, o principal motivo citado é o “complemento de renda”, com 46% e 53%, respectivamente.

No Atlas, o número de pessoas envolvidas soma 1.251.882 homens e mulheres. Predominam ainda os homens, com 64% dos integrantes, seguido das mulheres com 34%, envolvidos todos em atividades de produção de bens e prestação de serviços, consumo e crédito. Quanto à distribuição cidade-campo, temos 33% das experiências em meio urbano e 50% em meio rural. 17% aparecem presentes em meio urbano-e-rural. Como podemos notar nos gráficos a seguir:



Considerando as formas específicas de organização, vemos que do total de alternativas possíveis, predominam as associações, com uma porcentagem de 54% do total, seguida dos grupos ainda sem formalização estabelecida, com 33%. As cooperativas somam apenas 11% do total. Esta distribuição também é bastante diferenciada entre as regiões. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predominam o perfil nacional, diferentemente das regiões Sul e Sudeste onde há uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais.

Os dados demonstraram uma maior incidência de empreendimentos da Economia Solidária na região Nordeste, onde elas são 44% do total para o Brasil. As outras modalidades, representando 56%, estão assim distribuídas: 17% na região Sul, 14% na região Sudeste, 13% na região Norte, e 12% na região Centro-Oeste.

Entre os Estados, o Rio Grande do Sul destaca-se com maior número de empreendimentos, num total absoluto de 1.834. A seguir vem o Ceará, com 1.249; a Bahia, com 1.096; o Piauí, com 1.068, e Pernambuco, com 1.004. Minas Gerais aparece em 11º lugar com 521 iniciativas confirmadas até o momento. Vejamos os dados completos na tabela seguinte:

**Tabela 1: Empreendimentos de Economia Solidária por Estado/Região
(quantidade e percentual de EES por Unidade da Federação/Região)**

UF	EES	% EES	Municípios	% Municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%

MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
<u>NORDESTE</u>	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
<u>SUDESTE</u>	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
<u>SUL</u>	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
<u>CENTRO-OESTE</u>	1.785	12%	258	53%
<u>TOTAL</u>	14.954	100,0%	2274	41%

FONTE: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 (2006).

Nas atividades econômicas, dentre os diferentes EES, verificamos uma acentuada predominância das que se dedicam a atividades agropecuárias e extrativistas. Elas perfazem 46,2% do total. Em seguida vêm às dedicadas à produção e serviços de alimentos e bebidas com 20% do total. Deve-se considerar que vários empreendimentos cadastrados desenvolvem mais de uma alternativa de prática econômica, combinando, por exemplo, atividades agropecuárias com iniciativas de produção artesanal não-agrícolas. São movimentados por 69% dos empreendimentos declarantes um montante de R\$ 491.451.037,00. (Vide tabela 2)

Tabela 2: Valor mensal dos produtos da ES (ATLAS, 2006)⁸

Produtos Agrupados por Tipo de Atividade	Valor Mensal Total R\$*	% Valor Mensal
Produção Agropecuária, Extrativismo e Pesca	227.185.791,54	46,2%
Produção e Serviços de Alimentos e Bebidas	98.227.398,19	20,0%
Serviços Relativos a Crédito e Finanças	82.055.700,75	16,7%
Produção Industrial (Diversos)	29.404.555,00	6,0%
Prestação de Serviços (Diversos)	20.319.691,22	4,1%
Produção de Artefatos Artesanais	13.624.943,08	2,8%
Produção Têxtil e Confecções	9.307.797,12	1,9%
Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais	4.430.797,12	0,9%
Produção Mineral (Diversas)	1.977.436,33	0,4%
Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene	935.211,00	0,2%
Produção e Serviços Diversos	3.981.755,18	0,8%
TOTAL	491.451.037,00	100,0%

* Do total de EES, 31% não declarou o valor da Produção.

FONTE: Atlas (2006, p.36)

⁸ Devido aos limites e dificuldades encontradas não foi possível incluir no SIES todos os empreendimentos existentes, bem como sua abrangência territorial.

Podemos constatar com estes dados, além de inúmeros estudos e pesquisas, que o Brasil apresenta um cenário alternativo de experiências solidárias e de movimentos populares mais expressivos e diferenciados do que se imagina. Se somarmos os EESs aos diversos movimentos sociais, como MST, a CONTAG, as mais diversas ONGs, as associações de moradores, os grupos de mulheres, as iniciativas de ação social vinculados a instituições religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ou a conhecida Pastoral da Família e da Criança, teremos diante de nós uma verdadeira multiforme rede de inúmeras experiências populares, solidárias e autogestionárias espalhadas por praticamente todo o território nacional.

Em um primeiro momento, várias delas têm sido criadas em função de necessidades imediatas e prementes. Mas na maioria delas, a proposta é de que elas atinjam passo a passo patamares de autonomia e prosperidade solidária, constituindo-se como unidades estáveis e como elos de uma rede de iniciativas promissoras de crescimento da Economia Solidária. Experiências em redes intimamente associadas a propostas de desenvolvimento local sustentável. As alternativas novas e renovadoras de produção de bens e de serviços através de uma outra forma de lidar com o meio-ambiente, resultando, de um lado, em produtos mais naturais e mais saudáveis e, de outro, em produções sustentáveis bastante menos agressivas ao ambiente. Alternativas de sustentabilidade, de solidariedade e de sanidade física e mental de pessoas e de famílias que possam fazer frente à expansão de uma economia de mercado predatória, “insustentável” excludente, injusta e que se apresenta (apoiada em uma crescente propaganda da mídia) como a “única alternativa econômica viável”.

Podemos retornar por um momento ao livro de Paul Singer, quando ele lembra o seguinte:

No Brasil a reinvenção da economia solidária é recente, mas apresenta grande vigor e notável criatividade institucional. São invenções brasileiras a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG), que já orientou a conversão de centenas de empresas em crise em cooperativas, e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) inseridas em universidades, das quais 13 formam uma rede e outras tantas desenvolvem atividades análogas ligadas à Fundação Unitrabalho, integradas por mais de 80 universidades de todo o país. As incubadoras organizam comunidades

periféricas em cooperativas mediante a incubação, um complexo processo de formação, pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação (Singer, 2000, p. 121-122).

Devemos prestar uma atenção especial ao final de sua citação, pois a transformação de experiências sertanejas tradicionais em práticas emancipatórias, não apenas a partir de uma autonomia econômica, mas através da formação crítica e participativa de suas/seus agentes, é justamente o objetivo central da experiência que estaremos adiante descrevendo, em Buritizeiro.

As atividades desenvolvidas pelos EES resultam numa extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Sua distribuição geográfica pelos municípios e regiões é bastante diversa, sendo que algumas atividades têm maior concentração territorial e outras são mais dispersas. Assim tomando como base ainda o Atlas, verificamos que os produtos e serviços dos EES destinam-se predominantemente aos espaços locais. Ou seja, são ofertas de produtos e serviços em âmbito comunitário e local. 56% dos integrantes de ESS afirmaram que vendem ou trocam seus produtos e serviços em espaços de comércio local comunitário. De outra parte, cerca de 50% das iniciativas solidárias estendem seu âmbito a espaços de venda e troca municipais. Verificamos que apenas 7% dos que responderam à pesquisa do Atlas afirmaram que o destino de seus produtos estende-se a um âmbito nacional. Finalmente, apenas 2% realizam transações com outros países.

Vejamos outros dados. A maioria dos EES consegue obter algum tipo de excedente em suas atividades econômicas. Eles somam 38% do total. Por outro lado, cerca de 16% dos empreendimentos reconhecem que são deficitários e estão por agora “operando no vermelho”, por não haverem conseguido obter faturamento suficiente para pagar as suas despesas totais. Finalmente, cerca de 33% do total dos EES logrou saldar dívidas e equilibrar finanças, mesmo sem conseguir gerar excedentes de produtos ou recursos financeiros. 13% dos EES informantes não se destinam a obtenção de resultados financeiros, ou não informaram nada sobre este quesito.

Estamos diante não apenas de “empreendimentos”, mas de homens e de mulheres, em imensa maioria das classes populares, que buscam criar um novo modelo de trabalho, de reciprocidade em suas torças e de sustentabilidade para como o meio ambiente.

As experiências apresentadas nas entrevistas do mapeamento demonstram que a Economia Solidária tem desenvolvido práticas politizadoras e emancipatórias que impulsionam a transformação democrática, concretizando pequenas experiências que somadas possam impetrar um mundo melhor. A preocupação com a qualidade de vida e meio ambiente apontadas no Atlas foram expressas por 4.754 empreendimentos que realizam reaproveitamento de resíduos, e 4.280 EES que oferecem produtos orgânicos livres de agrotóxicos, representando respectivamente 31,8% e 28,6% do total pesquisado. Entre eles se inclui o EES Chico Fulô no município de Buritizeiro.



Fonte: Atlas de Economia solidária no Brasil – 2005 adaptada pela autora

Dentro da análise sobre o mapeamento nos foi possível perceber que a Economia Solidária segue novos caminhos, ou ao menos um caminho fora da lógica capitalista, sendo que 58,2 % dos EES têm compromisso social ou comunitário, 59,4% participam de movimentos sociais e populares, e 42,2% participam de redes e fóruns, ocasionando assim possibilidades de inclusão no mundo do trabalho e principalmente no espaço de politização com a construção e aprendizados coletivos. Lembrando ainda, como vimos antes, que “a possibilidade de trabalho e produção sob gestão coletiva” foi apontada por quase um terço dos EES como motivo para a criação de unidades solidárias, com 31% das indicações.

Esse novo espaço de organização, conta com 1.120 Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (AEFs), que vem construindo uma nova concepção de mundo: trabalho, mercado, relações como à construção de valores, respeito pelo próximo, bem estar coletivo, ajuda mútua, valorização do ser humano. Possibilitando o processo de empoderamento, pois o mesmo não trata apenas de um crescimento individual, mas também de uma consciência coletiva da dominação política e da dependência social.

Politizar acontece junto ao processo de empoderamento dos sujeitos, assim cresce a compreensão e percepção de que todos os espaços e dimensões da vida são políticos e inter-relacionados e que são os sujeitos que dão a vida ou sentido a esses espaços tecendo a democracia.

FIGURA I – O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA



Fonte: Atlas de Economia solidária no Brasil – 2005 (2006)

CAPÍTULO III

FAZER O SABER E O SABER FAZER: a integração de aspectos epistemológicos e da prática educativa e social na formação do agente solidário

Existe uma dimensão nem sempre levada em conta quando se estudam movimentos sociais ou experiências sociais de reinvenção de um modo de vida, de ocupação e resignificação de um espaço, de transformação de uma economia: a questão da formação de pessoas ou, como é dito com frequência em tais âmbitos: a formação de quadros. Arruda nos alerta que a educação pode ser “um dos fatores mais eficazes de desagregação, subordinação e alienação, quando usada para manipular as pessoas a fim de ajustá-las ao sistema dominante” (2003, p.243).

E basta observar a recente publicação de livros circulantes, mesmo nos mais modernos centros e mais “inovadoras” agências empresariais, para verificarmos como a formação de agentes produtivos “competentes-competitivos” é absolutamente central na inclusão x exclusão do trabalho formal (DEMO, 2001). Entretanto, por maior que seja a sua relevância, de um lado e do outro das “economias” que estamos aqui considerando, encontramos pouco ou apenas alguma atenção voltada à questão da formação de pessoas, agentes sociais e quadros profissionais.

Assim, neste terceiro capítulo, antes de chegarmos a uma proximidade geográfica maior dos nossos sujeitos e “objetos” de estudo, abordaremos algumas questões que envolvem o trabalho educativo e social, formal e não formal do agente solidário, enfocando as

principais sustentações epistemológicas do seu processo educacional, assim como as suas influências na prática sócio-solidária no interior da comunidade em que atua.

Para tanto, trataremos da formação do agente solidário considerando não apenas os cursos formais de que participa, mas os conhecimentos e valores adquiridos ao longo de sua vida. Assim, encaminharemos nossa reflexão buscando entender como, historicamente, as concepções de homem e de sociedade, associadas às políticas que fundamentaram o projeto educativo para as classes trabalhadoras, no Brasil, influenciaram a interação entre o fazer, o saber e o saber-fazer. Pedro Demo enumera entre os fatores que mais influem:

o reconhecimento da necessidade de integrar esforços e recursos, a longo prazo, ou seja, de modo estratégico, não nivela a tudo por baixo; ao contrário indigita um **eixo** que a tudo dinamiza e hierarquiza, visto na esfera da **educação** e do **conhecimento**, por serem estes os fatores que mais condicionam o desenvolvimento humano em todas suas facetas (DEMO, 2001, p. 22).

O que importa neste capítulo não é tanto o levantamento de questões significativas para a compreensão de certa ineficiência da educação brasileira. Mas não devemos passar por aqui sem pelo menos lembrar a história antiga e recente da educação e da escola brasileira; as estatísticas anuais a respeito da evasão e da repetência em nossas escolas; a seletividade/marginalidade social e a persistente exclusão de estudantes das faixas mais pobres da população rural e urbana; a precária formação do educador, tanto em termos de pura e simples competência pedagógica e profissional, quanto a nível crítico e político, teórico e reflexivo.

Nosso desafio aqui será o de refletirmos a ineficiência da educação formal e informal, com vistas a encontrar pistas que viabilizem um desenho da construção de ações transformadoras no campo da formação de mulheres e de homens, agentes de uma nova Economia Solidária. Assim, estaremos apresentando inicialmente alguns referenciais teóricos direcionados a fundamentar uma educação formadora do “sujeito solidário”, que lida com grupos e agrupamentos, principalmente os oriundos de áreas rurais e de periferia. Pensar a educação e o Educador da Práxis (ARRUDA, 2003).

Arroyo (2000) nos fala na apresentação de seu livro “Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens” sobre o quanto que é necessário recuperar os sujeitos da e através da ação educativa. Tomando de empréstimo suas palavras, pretendemos no presente capítulo, a partir de alguns enfoques teóricos, buscar responder à seguinte questão: Como visualizar a perspectiva da formação dos agentes solidários e suas conseqüências na prática cooperativa e solidária?

Lembremos que estamos defendendo a permanente e complexa construção de valores éticos ao que, em todo o processo da Economia Solidária, torna-se essencial a questão da formação de agentes e Arruda (2003) afirma que esta só pode se dar através de uma nova proposta de educação: que inclua a honestidade, o amor ao próximo, a co-responsabilidade e a solidariedade.

E não apenas desde um ponto de vista técnico e prático, mas sobre tudo desde um ponto de vista do acontecer e do desenvolvimento de uma nova consciência crítica e de abertura a novas opções de vida e de motivação para o trabalho. Expressões como: “formar um homem novo para criar um novo mundo possível” não são raras neste contexto.

3.1 Concepções Teóricas Referentes à Formação Humana e Processo Educacional Formador de Sujeitos de Cidadania

Levemos em consideração que existem várias correntes teóricas ligadas sobre a educação. Tomando por base as teorias da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, estaremos em breve introdução, enfocando aqui algumas concepções do ser humano e do modo como ele chega ao conhecimento e como constrói suas referências para práxis.

Para os teóricos de base empirista, todo conhecimento provém da experiência, e a aprendizagem resulta da ação do meio sobre o indivíduo. Os comportamentalistas como Skinner, Watson e Pavlov, são concordantes quanto à idéia de que o fator principal da aprendizagem do indivíduo é o ambiente (COUTINHO & MOREIRA, 1993). Skinner foi quem mais se aprofundou em questões radicais do comportamento e reconhece que Watson e Pavlov, ainda, abarcavam de muito poucos fatos relativos ao comportamento.

Eles foram também forçados a fazer interpretações apressadas do comportamento complexo; Watson afirmando que o pensamento era apenas uma fala subvocal e Pavlov, que a linguagem não passava de "um segundo sistema de sinais" (SKINNER, 1974, p.10).

Sinteticamente, podemos dizer que eles explicam o processo da aprendizagem através do condicionamento. Assim sendo, o ensino deve ser estruturado para modelar o comportamento dos alunos por meio de sistemas de reforçamentos. Nesta abordagem, o ser humano é fruto de uma modelagem resultante de associações entre estímulos e respostas. Considerando o processo ensino-aprendizagem desde este ponto de vista, cabe ao educador todo o controle do processo. Para isso, o planejamento deve propiciar ao educador o desempenho de suas atividades com economia de tempo, de esforços e de custo. Uma racionalidade pragmática permeia todo o processo.

Para os autores de base racionalista, a aprendizagem é um acontecimento identificado como a atualização de estruturas cognitivas pré-formadas. Existe aqui uma diferenciada crença na pré- formação do conhecimento. Visando superar uma Psicologia que fraciona os processos mentais, surge a Teoria da Forma (*Gestalt*), representada, principalmente, por psicólogos e psicopedagogos como Wertheimer, Koffka, Kohler e Lewin (COUTINHO & MOREIRA, 1993). Esses estudiosos enfatizaram as configurações perceptuais como sendo as legítimas unidades mentais geradoras de conhecimentos.

A aprendizagem, segundo esta visão, está fundada em progressivos avanços do sujeito aprendente em seu desenvolvimento emocional e mental, tomado como um todo. A resolução

de problemas (*insight*) caracteriza-se por uma reorganização repentina e total de todo um campo perceptual, movida por estruturas ou condições internas, de modo a conferir significado à experiência (KÖHLER, 1980). Assim sendo, a função do educador é fornecer subsídios que visam um desenvolvimento de aprendizagem de dentro para fora.

Coutinho & Moreira (1993) observam que tanto a Teoria do Condicionamento quanto a *Gestalt*, abordam de modo desigualmente reducionista as relações existentes entre sujeitos e os objetos do conhecimento.

Podemos retomar aqui uma terceira posição ainda, a interacionista. De acordo com seus fundamentos, aprendizagem é considerada como processo contínuo de construção. No início do século XX, surgiram os primeiros construtivistas, destacando-se, entre outros teóricos, Jean Piaget, Vygotsky, Leontiev e Wallon (COUTINHO & MOREIRA, 1993). De acordo com tais teóricos, os processos de aprendizagem são resultantes de estruturações e reestruturações progressivas, mediante a ação do sujeito sobre os objetos – que também podem ser um outro sujeito – e destes sobre o sujeito.

Para Vygotsky (1993) a visão de homem é a de um sujeito social e interativo, sendo que cada indivíduo, inserido num grupo, constrói seu conhecimento com a ajuda de seus pares. Considera que a aprendizagem ocorre a partir de um intenso processo de interação social, através do qual o indivíduo vai internalizando os instrumentos culturais, ou seja, as experiências vivenciadas com outras pessoas é que vão possibilitar a re-significação individual e o desenvolvimento da aprendizagem. A aprendizagem e o desenvolvimento são considerados como dois processos complementares, embora inerentemente diferentes, cada um exercendo influência sobre o outro.

A abordagem interacionista aqui preconiza que o ensino não deve se limitar à transmissão de conteúdos, mas mais do que isto, ele deve desenvolver a formação e o crescimento de uma capacidade pessoal; capacidade do exercício de pensamento lógico de

parte do educando. Essa abordagem contribui de maneira significativa para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem dentro de uma perspectiva dialética.

Dada esta breve noção de concepções teóricas do aprender, seguiremos agora com o livro “Ensino: as abordagens do processo”, onde Mizukami (1986) enfatiza uma questão que permeia as preocupações básicas dos educadores e, principalmente, dos profissionais que atuam em sua formação. Ela a introduz com a seguinte pergunta: O que fundamenta a ação de quem educa? Através dela, estaremos também diante de uma segunda questão: Em que direção esta ação nos conduz?

Nossa autora busca uma aproximação entre os elementos teórico-pedagógicos valorados pelo educador e tidos como importantes no processo ensino-aprendizagem para, a partir da sua ação, identificar as diferentes tendências de linhas pedagógicas ou abordagens pedagógicas no ensino brasileiro.

É importante ressaltar que não consideramos que a autora tenha contemplado em seu estudo todas as tendências de ensino então estudadas. Entretanto, mesmo reconhecendo as limitações, estaremos repassando aqui as suas contribuições para o que ela denomina de uma educação cidadã. Um projeto pedagógico que, em suas diferentes versões, deveria fundamentar a formação de praticantes de alguma modalidade de socioeconomia solidária. Nossa autora parte do pressuposto de que no Brasil, provavelmente, existam cinco abordagens que mais influenciaram no passado recente e mais seguem influenciando os nossos processos educacionais. Elas são: a abordagem tradicional; a comportamentalista ou tecnicista; a humanista; a cognitivista e, finalmente, a sócio-cultural.

As duas primeiras concepções citadas acima pertencem à categoria das pedagogias não-críticas. Restam as concepções humanistas de visão crítico-reprodutivistas e, finalmente, a pedagogia cultural (ou histórico-crítica). De acordo com o que interessa em nossa abordagem, daremos maior ênfase às tendências humanistas, interacionistas e sócio-culturais,

por acreditarmos que seriam elas as mais próximas dos processos de formação de sujeitos solidários.

A tendência humanista surgiu da psicologia existencialista e teve como grande referência Carl Rogers. A partir dos anos 60, a prática da psicoterapia deixa de ser um interesse central de Rogers, que passa a se dedicar mais às outras aplicações da Abordagem Centrada na Pessoa no contexto social, na educação, nas relações diplomáticas e nas tensões culturais.

Do ponto de vista de Rogers (1997), o "ensino é centrado no aluno" tem muita ênfase na percepção que o educando tem do mundo. Sendo assim, o melhor ângulo para a compreensão da conduta humana será o partir do próprio quadro interno de referência do sujeito educado. Num sistema coerente e integrado, todas as experiências viscerais e sensoriais do aluno favorecem a uma melhor compreensão do outro, como uma pessoa única e distinta. O educador deve atribuir ênfase ao crescimento resultante das relações interpessoais e ao desenvolvimento da personalidade do indivíduo, assim como à organização pessoal da realidade e à capacidade do aluno de atuar como pessoa integrada. O homem vive em processo constante de descoberta de seu ser. Ele goza de liberdade e é possuidor de capacidade de se auto-dirigir e reajustar-se.

Rogers (1997) coloca toda a ênfase no processo e, não, nos estados finais do ser humano-aprendente, enquanto um produto de uma educação. Ele se volta a uma proposta orientada para uma "sociedade aberta" e defende uma formação social em que uma das características básicas seria a de que os indivíduos aprendam dialogicamente para virem a assumir, livre e plenamente, as suas responsabilidades no que toca às decisões pessoais e sociais. O conhecimento humano está fundado sobre a experiência pessoal e subjetiva. Portanto, ao sujeito aprendente deve ser atribuído o papel central e primordial na elaboração e criação do conhecimento.

Mizukami (1986) reconhece na obra de Rogers que o mundo é um projeto humano em relação a outros homens; o homem constrói sua historicidade para uma temporalidade. A educação rogeriana é considerada democrática e formadora de sujeitos de vocação cidadã, por favorecer a responsabilidade pelas idéias e ações, fundamentalmente no próprio estudante. E, também, por facilitar-lhe a aprendizagem, no sentido de uma auto-aprendizagem que atinja o desenvolvimento tanto intelectual como emocional. O alvo da educação é trabalhar com um entusiasmo autônomo e crítico, e fomentar, assim, a autonomia ativa, a partir de um aprendizado que conduza a pessoa a realizar-se como um sujeito de construção de sua própria felicidade, a começar pelo estar profunda e crescentemente interessado na vida.

A proposta educacional centrada no educando implica um conjunto de técnicas as quais implementam a formação de uma atitude básica de confiança e respeito pelo aprendente de forma menos diretiva possível. Para Rogers (1997), a aprendizagem se origina de um envolvimento intra e interpessoal. Portanto, a própria aprendizagem é, sempre, uma auto-avaliação, centrada no respeito à individualidade.

A abordagem humanista no processo de ensino-aprendizagem defende o caráter individual também do professor, enfatizando a maneira como ele se inter-relaciona com seus alunos. A relação pessoal é o essencial, e os métodos ou técnicas para facilitar a aprendizagem não são enfatizados. O educador eficiente deve desenvolver um estilo próprio para "facilitar" a relação em que se dá a aprendizagem.

Assim, podemos vislumbrar que no quadro teórico dessa abordagem humanista, existem subsídios para a ação pedagógica apontando à valorização do subjetivo e das relações pessoais em uma pedagogia dirigida à formação de sujeitos solidários.

A abordagem cognitiva pretende ser franca e predominantemente interacionista. Nesta abordagem, a ênfase é colocada sobre a capacidade de integrarmos informações e processá-las. A aprendizagem é mais do que um simples produto do ambiente em que se processa.

Assim, o que molda este próprio ambiente de ensino-aprendizagem é a qualidade das relações interativas vividas no e através do processo pedagógico (MIZUKAMI, 1986).

O homem e o mundo têm peso equivalente na construção da aprendizagem, pois o conhecimento é o produto da interação entre eles. Em nosso desenvolvimento mental através da aprendizagem, reinventamos todo o processo racional da humanidade e, na medida em que alguém pessoalmente reinventa o mundo, desenvolve a sua inteligência e a sua compreensão da realidade social.

Segundo Jean Piaget, somos capazes de recriar, passo a passo, a “experiência histórica democrática” a partir de nossos próprios processos de aprendizagem. Isto se realiza em cada pessoa e em cada grupo de educandos, que emergem desde uma situação de anarquia, ou de tirania, ou até aos moldes da democracia de hoje. Para tanto, torna-se necessária uma crescente e gradual maturidade intelectual e afetiva, ao longo de um processo interativo de trocas, em que o conhecimento deve ser considerado como uma construção contínua e essencialmente ativa, deste modo a educação constitui um todo indissociável constituído de dois elementos fundamentais: o intelecto e o moral (PIAGET, 1996).

O autor em questão defende que o pleno desenvolvimento da personalidade, com foco nos seus aspectos intelectuais, é inseparável do conjunto de relacionamentos afetivos, sociais e morais que constituem a vida de cada pessoa e de cada grupo humano em relação. A educação tem o papel de provocar situações que sejam pedagogicamente "desequilibradoras" para o sujeito aprendente, na medida em que progressivamente ele viva intensamente a construção progressiva das noções e operações de cada etapa de seu desenvolvimento.

Para PIAGET (1996) o processo de colaboração entre diferentes sujeitos pode-se pautar em regulações comuns, base para cooperação, comenta em suas experiências:

[...] uma maneira de coordenar ações A e B segundo relações de encaixamento ou de ordem, etc., quer estas ações sejam de indivíduos distintos, um ou uns em favor de A, e outro ou outros em favor de B, ou sejam as do mesmo indivíduo (que, aliás, não inventou sozinho, pois participa da sociedade inteira). É neste sentido que as

regulações são as mesmas num único cérebro ou num sistema de cooperações (PIAGET, 1996, p.416).

A cooperação exige um empenho entre os sujeitos que atuam juntos em busca de um objetivo comum, como a apreensão de um novo elemento a sua rede de significados. Ao cooperar, o sujeito se desequilibra cognitivamente e busca novos equilíbrios, vivendo um processo de intensa operação mental ao coordenar ações sobre o objeto em estudo, os elementos já apreendidos e os objetos e ações do sujeito ou demais sujeitos que participam com ele na operação.

Assim sendo, sob a orientação desta perspectiva, o ensino consistiria numa organização dos dados da experiência de forma a promover a aprendizagem. Caberia ao agente organizador de aprendizagens criar situações interativas favoráveis (mesmo as que propiciem um “desmonte” do equilíbrio do aprendiz), propiciando condições no seio das quais seja possível estabelecer uma reciprocidade intelectual de cooperação ao mesmo tempo moral e racional, evitando a rotina, a repetição e a mera fixação de respostas. Piaget não criou uma metodologia pedagógica e, sim, uma teoria de conhecimento e do desenvolvimento humano.

Um método de ensino-aprendizagem elaborado a partir de tal abordagem implica em programas suficientemente flexíveis, respeitando o ritmo individual de trabalho, de assimilação do conhecimento (isto ao mesmo tempo em que se respeita a atividade grupal, através de tarefas e técnicas suficientemente ativas, criativas e diversificadas). No interior desta abordagem, tudo o que se aprende é assimilado por e dentro de uma estrutura de esquemas cognitivos, com o recurso de seguidas e interativas desequilibrações provocadas pelo próprio processo de aquisição de saberes em seus ambientes sociais. O seu propósito é o provocar reestruturações e transformações no processo de ensino-aprendizagem, nos e entre os participantes do processo – quem ensina e quem aprende – e no próprio ambiente em que ele se realiza.

Eis-nos finalmente diante da última tendência de teorias e práticas pedagógicas aqui consideradas, a sócio-cultural. E queremos apresentá-la através de Paulo Freire, o autor que mais contribuiu para esta abordagem no Brasil. Sua teoria preconiza uma radical democratização da cultura, partindo, sobretudo, do que é inerente ao povo. Sua pedagogia libertadora procura trazer os valores e saberes do povo, com vistas a criar condições para que os seus sujeitos se reconheçam e, pessoal e coletivamente, se assumam como agentes de transformação de culturas, de espaços sociais e da própria história.

Trata-se de uma abordagem também interacionista, em que o homem é visto em seu contexto histórico, isto é, situado no tempo e no espaço, e inserido num cenário geo-sócio-econômico-cultural-político. Ela considera o homem como sujeito de sua própria educação, e busca na ação educativa promover o próprio indivíduo e de sua progressiva participação em processos coletivos de transformação. A cultura – especialmente a cultura popular – é uma aquisição da experiência humana em que a participação de agentes culturais é realizada através de sujeitos ativos e criticamente transformadores da sociedade, da cultura, e da própria história.

Nessa abordagem, a elaboração e o desenvolvimento do conhecimento estão ligados ao processo de uma progressiva tomada de consciência crítica e criativa, realizada como um contínuo desvelamento da realidade, que se tornará objeto de uma nova reflexão crítica e, a partir dela, de uma nova motivação para a ação social transformadora.

Para uma ação educativa ser válida, devemos buscar construir tanto uma reflexão sobre o homem, quanto uma análise do meio de vida desse homem concreto. A educação tem como primeiro objetivo provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão e crítica, comprometida com a ação.

Uma situação educacional de fato, deverá procurar superação da relação / opressor-oprimido, resultando assim, pois, o engajamento do homem, na luta por sua libertação. Somos

todos, educadores-educandos e educandos-educadores, sujeitos de um mesmo processo em que nos co-ensinamos e co-aprendemos e, assim, crescemos juntos. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se liberam em comunhão” (FREIRE, 1978, p. 27).

Paulo Freire elaborou um método de alfabetização em que o aluno cria mais do que apenas recebe informações e, ao lado de outros, em um contínuo processo dialógico, pensa, reflete e analisa os aspectos de sua experiência existencial. Depois de um levantamento do universo de vocabulário com o qual trabalha, são escolhidas as palavras geradoras. Assim, em qualquer um dos seus níveis, e desde a alfabetização, a educação se constituirá num ato político.

Ora, na seqüência dos caminhos aqui apontados, evidencia-se um pluralismo na interpretação do processo de aprendizagem e formação humana, onde diversas linhas teóricas coexistem na educação formal e nos processos de formação dos movimentos sociais.

É também evidente que, dentre as linhas aqui apresentadas sumariamente, algumas opções predominantes podem ser detectadas como as mais apropriadas para a formação de sujeitos solidários e para a transformação das relações sociais, a partir de uma escolha de vida, produção e trabalho fundada em preceitos e princípios da Economia Solidária. Pois enquanto algumas dessas tendências buscam formar pessoas competentes e até competitivas, capacitadas para o mundo dos negócios da economia neoliberal, mas nunca críticas e questionadoras de seus modos de vida e de seus espaços-tempos de vida social, outras tendências colocam no desenvolvimento progressivo de um pensamento autônomo e crítico os seus fundamentos e as suas escolhas pedagógicas ou para a manutenção das desigualdades.

Ao buscarmos uma articulação entre o aprender “fazer saber” e o aprender “saber fazer”, uma questão que merece destaque, está presente em Freire (1978), no segundo capítulo do livro a “Pedagogia do Oprimido” sobre “Educação Bancária” como instrumento de

opressão e sobre a consciência da inconclusão do ser humano e sua permanente busca de “Ser Mais” – “Educação Libertadora”. Paulo Freire considera que a educação “bancária” é a educação do sistema capitalista. Ela preconiza a narração de conteúdos acrílicos e “já-feitos” estando completamente dissociados da experiência existencial (já sabidas) da maioria dos seres aprendentes (todos nós). Praticamente não há comunicação, não há trocas, e, como tal, ele compara este modelo de educação capacitadora de indivíduos (não formadora de pessoas) aos procedimentos de um banco, onde são depositados os conteúdos já pré-determinados.

Por que será que isso acontece?

Segundo Freire (1978), o que predomina na educação bancária é uma rigidez na ocupação dos papéis, seja no de quem faz saber ou o de quem recebe ou reproduz o saber, onde o primeiro ocupa o lugar daquele que sabe e o segundo o daquele que nada sabe. Essa disposição dos papéis é, por um lado, fruto da instrumentalização basicamente informativa e recebida por quem passa o saber, por acreditar que o conhecimento pode ser transmitido de forma direta. Tal fator impossibilita a troca entre as pessoas, reproduzindo assim o autoritarismo, sem que haja espaço para o exercício da reflexão crítica e ou da criatividade/curiosidade. Na perspectiva da educação “bancária”, o saber é uma doação, o doar é o que legitima, em seus instrumentais, a ideologia da opressão – a absolutização da ignorância.

É necessário lembrar que a análise da educação tradicional pode ser comparada à ação social de caráter paternalista. Assim, podemos deduzir que o termo oprimido está para a educação tal qual o termo assistido; desde um ponto de vista crítico de uma ação social-solidária transformadora. Assim também educação bancária está relacionada às altas taxas de evasão-repetência; da mesma forma, o paternalismo está relacionado à questão seletividade-marginalidade social.

Coutinho & Moreira (1993) lembram que todo tipo de aprendizagem, desde o mais concreto até o mais abstrato, depende de articulações e da problematização, das potencialidades do indivíduo frente ao que o mundo externo possibilita. Caso haja um descolamento destas articulações, certamente ocorrerão dificuldades e quebras no autêntico fazer-saber e saber-fazer. Daí a importância também pedagógica de se respeitar o indivíduo em seu processo de saber-fazer e de fazer-saber. Pois romper com o processo de uma aprendizagem dialógica e ativamente interativa equivale a romper com a possibilidade do desenvolvimento de um pensamento crítico e de sua conscientização. Além do que, romper com o processo de desenvolvimento do pensar autônomo não traz prejuízos somente ao aspecto "intelectual", mas a todas as dimensões do ser, isto significa romper com a possibilidade de expressar vivamente o que se pensa e ou sente.

3.2 A Educação para Setores Populares

Marcos Arruda, um dos mais ativos pensadores e praticantes da Economia Solidária, atualiza em boa medida as propostas inicialmente formuladas por Paulo Freire (com quem ele dividiu trabalhos durante períodos do exílio de ambos na Europa). Em seu livro “Humanizar o Infra-humano: a formação do ser humano integral: *homo* evolutivo, práxis e economia solidária”, ele trás a seguinte pergunta, não muito diversa das que nos têm acompanhado aqui:

Que educação é adequada para capacitar o *homo* para responder ao desafio ontológico de libertar-se das amarras que o alienam e tornar-se o sujeito consciente e ativo de seu próprio desenvolvimento, enquanto pessoa, comunidade, sociedade e espécie? (ARRUDA, 2003, p.241).

Em uma linha de pensamento herdeira das idéias e propostas da *educação libertadora* de Paulo Freire, Marcos Arruda centra mais uma vez o processo complexo (bem mais do que se imagina) do ensinar-aprender-ensinar, a uma prática que é em si mesma, fortemente

solidária. Uma prática em que a gestão do saber se dá através da partilha e do dom. Da entrega ao outro o que há de melhor em mim mesmo. Uma educação que ao destinar-se a formar sujeitos cooperantes (e não competitivos), solidários (e não solitários), conscientes (e não apenas competentes), e críticos e transformadores de suas vidas e da vida coletiva de seus contextos de existência e de destino (e não apenas eficientes e ajustados), torna-se ela própria uma experiência recíproca e solidária, pois o que ele está propondo é uma *educação da práxis*:

Todo trabalho educativo fundado na *práxis* aponta no sentido de um processo interativo educador-educando no qual ambos ensinam e ambos aprendem, mediante ações que envolvem intercâmbios verbais e intervenções na própria sociedade e na natureza, ou na ação e na relação educativa do educador e dos educandos com a sociedade e a natureza (ARRUDA, 2003, p. 246).

Uma educação que começa e cuida pelo princípio de que qualquer pessoa, quem quer que seja, é uma fonte única e original de experiências de vida, logo, de um saber próprio:

O saber do educador, supostamente maior e mais erudito do que o dos educandos é relativo ao seu universo cultural e situação social, reprodução por estes do saber absorvido do educador ou dos autores estudados, este é o grande desafio para o educador da *práxis*. Em termos mais concretos, seu objetivo é que os educandos desenvolvam sua própria capacidade de conhecer e atuar criativamente no seu respectivo campo e de saber, trabalho, vida a tal ponto que neles possam igualar e mesmo superar o próprio educador. Este seria talvez o critério mais acurado para se avaliar o sucesso ou o fracasso de uma ação, processo e agentes educativos (ARRUDA, 2003, p. 246).

Ora, assim como a capacitação de agentes da economia capitalista (de que o “executivo especialista em MBA” é o melhor exemplo) coloca a própria ênfase pedagógica na competição e na aspiração solitária e individualista ao sucesso e, se possível ao “primeiro lugar”, temos aqui a proposta de uma educação que, ao fazer-se um projeto de formação permanente de agentes solidários, torna-se ela própria uma prática inteiramente fundada neste valor. Uma educação que se lança ao desafio de tornar o saber não uma posse, mas um dom, e não algo que se dá ao outro (de quem sabe para quem não sabe), mas que se troca e se partilha solidariamente com o outro. Onde cada um recebe seu quinhão próprio de saber na mesma medida em que oferece aos outros as suas próprias experiências de saber e de valor.

Somente se aprende a ser solidário através de uma experiência de educação em que tudo se realiza dentro de marcos e pautas de trocas recíprocas e solidárias.

Temos um dilema para pensar. Quais as razões pelas quais, mesmo diante de um leque humanista aberto de alternativas críticas e conscientizadoras na educação, vemos por toda a parte um predomínio tão acentuado de propostas pedagógicas marcadas pelas contradições e deficiências da educação bancária, tal como a vimos criticadas aqui por Paulo Freire? Buscando uma compreensão do “porquê” da predominância da prática educativa tradicional, cremos ser útil uma breve síntese que envolva alguns pontos relativos à trajetória da educação no Brasil.

Segundo Arroyo (1986), os primeiros projetos educativos para as classes trabalhadoras são historicamente bem recentes, fazendo parte de um ideário mais amplo que culminou com o surgimento da República. A mudança de governo se dá num momento de crise do sistema monárquico e reflete as mudanças na ordem político-social europeia, bem como uma própria crise interna. Tornava-se urgente um governo firme e voltado para os interesses nacionais, devido às disparidades econômicas entre os diversos Estados, disparidades que se acentuam pelas diferenças regionais e pelo próprio federalismo.

As questões levantadas e amplamente discutidas pelos intelectuais da época exigiam uma tomada de posição coerente com as idéias defendidas. E é nelas que se situam o projeto liberal e o positivista, ambos gerados pela necessidade de romper com o poder centralizador da monarquia e com a dependência econômica da oligarquia rural.

Bresciani (1993) aponta que o ideário do Manifesto Republicano, datado de 1870, originou o Projeto Civilizador, cujo propósito era a construção de uma sociedade naturalizada com as seguintes características:

- Eliminação da criminalidade;
- Difusão da instrução para todos;

- Crescimento econômico apoiado no trabalho livre;
- Técnicas modernas com instrumentos agrícolas mecanizados;
- Implementação da indústria.

Nesse contexto, é importante situar o fluxo recente da imigração, pois ele reforça uma representação idealizada do trabalhador, respaldada em idéias eugenistas e pelo interesse centrado na valorização do capital, possibilitando, gradativamente, a substituição da mão-de-obra do escravo pelo tratado do imigrante.

O aspecto cientificista do Positivismo pressiona a jovem nação como corpo unificado, dentro da assertiva “ordem e progresso”. A marca do discurso pedagógico é a civilidade; propõe-se a criação de um sistema nacional de ensino, unificando a língua, o currículo e a organização por séries (PATTO, 1990).

A família passa a ser um espaço de humanização, e o trabalho da mulher começa a ser valorizado, com vistas a favorecer a continuidade lar-escola. Desde então, embora incentivada a cursar o Magistério e após haver sido encarregada da responsabilidade pela educação formal de crianças e adolescentes, sua atividade materna e docente não era vista como profissão.

Após a década de 30, houve uma crescente urbanização e industrialização gerando os movimentos operários. Sentiu-se a necessidade de adequar o sistema educativo e o próprio papel do Estado nesse processo. Há uma preocupação em controlar a opinião pública através de uma simbologia do saber.

O discurso liberal, marcado pelo lema “educação para todos” garantia à classe trabalhadora o acesso à escolarização básica, fato que, na realidade, nunca se realizou. O trabalho disciplinado exige uma educação específica. Esta é uma das razões do surgimento de uma nova pedagogia. Ela se pauta em métodos ativos, no atendimento às diferenças individuais e às aptidões inatas, o que veio gerar modificações consideráveis nos métodos de ensino e de aprendizagem com caráter científico-racionalista. Decorrem desta nova proposta,

ainda que nunca ampla e profundamente instaurada, segundo Patto (1990), as seguintes conseqüências:

- A criação de grupos escolares e manutenção de escolas isoladas;
- A organização do Sistema Nacional de Ensino (currículo mínimo, conteúdos específicos, formação profissional, hierarquização das classes, educação para o trabalho);
- Leis específicas para regulamentar o ensino.

O ideário liberal-positivista advoga agora uma escola “sob medida” para cada grupo social. Seu objetivo tende a ser a adaptação do sujeito-aprendente à sociedade, como cidadão (sempre ainda limitado), como produtor e como consumidor. A escola tende a tornar-se um espaço legitimador das diferenças e de desigualdades sociais. Apesar de suas promessas modernizadoras, próprias a uma nação em início de um processo de industrialização e de modernização, essa “nova educação” é ainda muito “mais excludente do que democratizante”.

Aproximamo-nos aqui de algumas pistas que nos possibilitarão uma maior compreensão do quadro atual da educação, e hoje mais do que em todos os tempos, podemos afirmar junto ao pensamento de Nicolescu (1999) que “A Educação está no centro do futuro.” Este autor destaca um relatório desenvolvido pela a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, ligado à UNESCO. Tal documento enfatiza os quatro pilares de um novo tipo de educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em conjunto e aprender a ser.

Assim, mesmo sem responder integralmente as questões iniciais, optamos pela modificação da pergunta original deste capítulo: Por que ainda hoje, em algumas, mesmo em várias iniciativas de ações sociais alternativas, a prática pedagógica tradicional e francamente “bancária” é ainda predominante no contexto sócio-educacional brasileiro? Uma outra pergunta poderia ser esta: Como deveria ser a educação formal e, no limite, outras

modalidades de prática pedagógica, como a educação não-formal para propiciar homens e mulheres como sujeitos e atores sócio-solidários a aprender a conhecer, a fazer, a viver em conjunto e a ser?

Ou ainda: Como trabalhar com pessoas em busca de autonomia e criatividade social, sem ouvir os agentes solidários sobre a maneira como eles aprendem e quais suas opções e modos de buscar saber fazer e fazer saber solidários e sustentáveis?

CAPÍTULO IV

APRENDER COM O BURITI: rever a lição do fruto do Cerrado

4.1 O Sudeste do Brasil e o Norte de Minas

O Norte de Minas Gerais é uma mesorregião do Estado que abrange uma área de 128.454,108 km² e é composta por sete microrregiões: Janaúria, Janaúba, Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol e Bocaiúva, totalizando 89 municípios (OLIVEIRA *et al.*, 2000).

A região tem população estimada para 2006 de 1,59 milhões de habitantes. O Norte e parte do Noroeste de Minas, embora pertencente à região Sudeste do Brasil, é reconhecidamente uma de suas áreas mais pobres, com a média de IDH igual a 0,691, tendo, inclusive, incentivo do poder público federal, via Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), como se da Região Nordeste fizesse parte.

Desde 1948, quando a região do Norte da Minas foi inserida na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste(SUDENE)⁹, foram implementados grandes projetos de agropecuária (monocultura), de industrialização e de reflorestamento (eucaliptos), associados a projetos de irrigação (OLIVEIRA, 2000).

Dentre as várias formas de explicar a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Sudene, uma das mais correntes é aquela que atribui ao fato da referida Região pertencer ao denominado Polígono das Secas. (OLIVEIRA, 2000, p.219)

⁹ Atualmente denominada ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste - criada pela Medida Provisória Nº 2.146-1, de 04 de maio de 2001, alterada pela Medida Provisória Nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 e instalada pelo Decreto Nº 4.126, de 13 de fevereiro de 2002.

Três décadas mais tarde, podemos afirmar que as propostas de base fortemente tecnológicas e supostamente progressistas mostraram-se muito distantes no responder aos sonhos de desenvolvimento econômico e social de fato significativo. Tais projetos de origem governamental, em plena vigência dos governos militares, ao lado de responderem em muito pouco por uma efetiva melhora dos indicadores de qualidade de vida da imensa maioria da população regional de baixa renda, aceleraram os danos sobre a frágil ecologia do ecossistema do Cerrado (PAULA, 2003).

As progressivas transformações ambientais e sociais nessa região, envolvendo a recente e crescente destruição de milhares de hectares de Cerrado através do carvoejamento para as fornalhas do fabrico do ferro-gusa industrial, das monoculturas, ao lado da expulsão de suas populações tradicionais, têm restringido de forma significativa as antigas práticas de uso e manejo desse sistema, pois há cada vez menos áreas com vegetação nativa e, conseqüentemente, menos gente permanece no meio rural para tirar proveito de tais recursos. A isto deve ser somado o fato de que uma pretensa modernização regional, fruto da “revolução verde” em sua atual versão, e que nada mais representa além da expansão do agronegócio através, sobretudo, das lavouras de soja e de cana, ao lado dos projetos de reflorestamento (os desertos verdes) e das pastagens de gado, a não ser em situações muito limitadas e discutíveis, em nada tem significado uma real melhora dos indicadores de qualidade de vida de populações rurais e urbanas em todo o Norte de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2000).

A degradação do ecossistema do Cerrado trouxe graves conseqüências sociais para as populações que tradicionalmente o habitavam, pois elas foram excluídas da participação dos seus benefícios econômicos (PAULA, 2003).

Como traços mais importantes desse processo de transformações vivenciadas pela Região, destacam-se: a expulsão da população rural preexistente, tanto para áreas mais isoladas como para centros urbanos, tornando-a mão-de-obra barata para o capital; manutenção de uma forte concentração fundiária e de uma mesma base produtiva; o crescimento da população dos centros urbanos infra-estruturalmente

ainda mal equipados; e a preocupação com a montagem de infra-estrutura básica e de serviços capaz de suportar a entrada de capitais extra-regionais. (OLIVEIRA, 2000, p. 259-260).

Consideremos, ainda, que o empobrecimento e desenraizamento dos moradores do campo e da periferia das cidades da região fazem com que se percam as “crônicas” culturais e individuais dos eventos tradicionais experimentados (PEREIRA, 2004). Em um mundo dominado pela presença da mídia de realidades distantes descaracterizando o dia a dia em todos os momentos e domínios da vida, até mesmo a memória do acontecer se perde no tempo compreendido entre duas gerações.

Em síntese, podemos observar que, sobretudo a partir dos anos 80, surgem por todos os lados e através das mais diferentes “vozes sociais” as mais variadas críticas a tais projetos e iniciativas que associam o poder público ao agronegócio. Projetos de expansão do capital no campo – de que todo o Norte de Minas é um exemplo visível – representaram e continuam representando uma expansão econômica notável. Algo que os seus defensores chamam de “modernização do campo” não representou uma contribuição ou mesmo uma solução para a questão agrária (nunca se realizou uma verdadeira transformação nem reformas para os interesses vitais da população do campo), associada à questão da justiça social (pelo menos em termos de uma razoável redistribuição da renda) e, menos ainda, um equilíbrio no que toca os dilemas ambientais de um sistema ecológico ao mesmo tempo tão resistente (ele tem muitos milhões de anos) e tão vulnerável, pois sob efeito das ações da moderna e agressiva tecnologia, ele pode ser irremediavelmente degradado.

4.2 Uma Experiência de Economia Solidária em Buritizeiro

4.2.1 Espaço, Tempo e Técnica em Buritizeiro: um imenso município mineiro

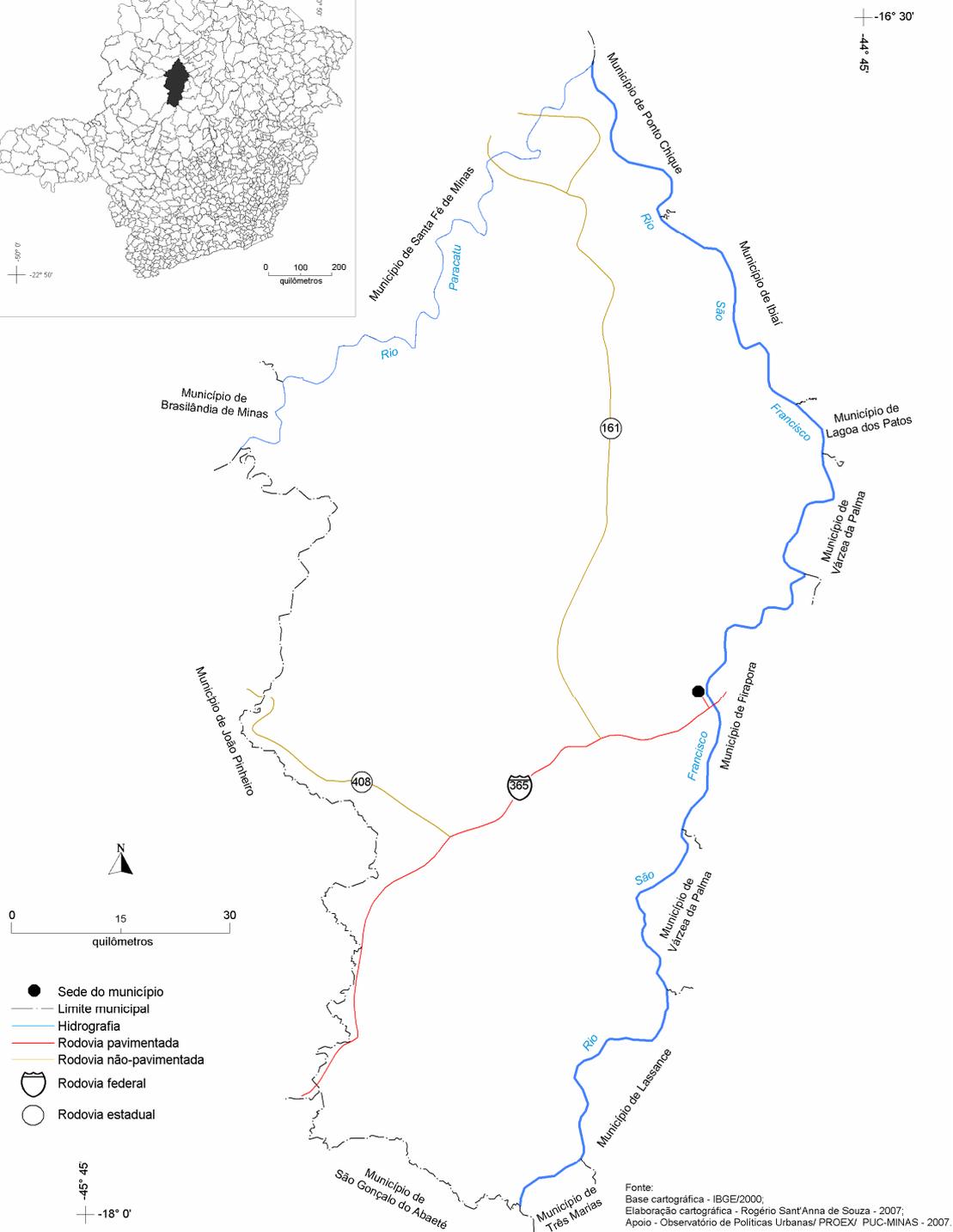
O município de Buritizeiro está localizado na mesorregião Norte de Minas Gerais a 293,8 km da capital do Estado, Belo Horizonte. Encontra-se à margem esquerda do Alto Médio São Francisco, e pertence a microregião de Pirapora. Tem uma área de 7.249,4 km², com 25.904 habitantes em 2000, o que representava 0,14% da população do Estado, e 0,02% da população do país. A altitude da sede é de 538 e o relevo do município mostra variações entre situações geológicas típicas do Cerrado e de Serras segundo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (1991-2000).

Buritizeiro pertence à área mineira de abrangência da ADENE, antiga SUDENE. As ações desta autarquia alcançaram o município a partir de 1972. Desde então, grandes produtores rurais possuidores de capital financeiro e experiência empresarial chegam a Buritizeiro.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Município de Buritizeiro



A partir da década de 1990, intensificam-se as transformações do espaço agrário do município. No período de 1991-2000, a população de Buritizeiro teve uma taxa média de crescimento anual de 0,66%, passando de 24.477 em 1991 para 25.904 habitantes em 2000. A taxa de urbanização cresceu 14,02%, passando de 73,82% em 1991 para 84,17% em 2000.

Tabela 3: População rural e urbana do Brasil, de Minas Gerais e de Buritizeiro.

	População Total, 2000	População Rural, 2000	%	População Urbana, 2000	%
Brasil	169.799.170	31.845.211	18,75	137.953.959	81,25
Minas Gerais	17.866.402	3.215.238	18,00	14.651.164	82,00
Buritizeiro	25.904	4.100	15,83	21.804	84,17

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000).

Através de um conjunto de inovações técnicas e científicas, houve modificação da lógica da natureza atingindo uma artificialização do espaço agrário. O espaço rural em Buritizeiro é artificialmente modificado para o benefício de grandes agroindústrias amparadas nas políticas públicas para a região. Outras condições descritas abaixo garantem as condições de implementação das monoculturas:

A partir da segunda metade da década de 1990, os baixos preços das terras e a riqueza hídrica do município propiciaram uma nova expansão da fronteira agrícola nos cerrados, por meio da implantação da agricultura comercial irrigada, principalmente lavouras de café e soja, nas cabeceiras do Rio Formoso (GAMA, 2006, p.2).

Desrespeitando as técnicas, tempo-e-espaço dos que habitavam ali, são cada vez mais comuns as atividades de monoculturas, reflorestamentos e carvoejamento, que impõem e determinam o reordenamento espacial marcado pela presença de capital e de técnica, procurando se adequar aos níveis de desenvolvimento exigidos pelo atual sistema econômico.

Por estas razões, a situação do Cerrado hoje em dia se assemelha ao fenômeno conhecido em Neurologia como *dor fantasma*. As pessoas que são vítimas deste mal sofrem um duplo infortúnio. Estas pessoas perderam uma extremidade ou parte dela. E sofrem dores às vezes muito intensas que sentem como provenientes do membro que já não tem mais. As discussões sobre o Cerrado se assemelham a esta situação, porque estamos sentindo as dores da perda de um ambiente, que não existe mais na plenitude de sua biodiversidade (BARBOSA, 2000).

Altair Sales Barbosa (2005) explicita em seu artigo “Quinze Gerações Mutilam O Ambiente que 550 Preservaram”, que a visão excessivamente economicista emprega as técnicas desde a utilização do calcário para a correção da acidez do solo e sistemas mecânicos de desmatamento, somados a facilidade de irrigação para transformar essas áreas de Cerrado, anteriormente impróprias para atividades agroindústria em áreas produtivas. O mesmo autor constata que este modo de chegada das técnicas também são produtoras da mutilação de valores locais:

Não só transformações das técnicas de produção, porém muito mais profundas, que tem afetado o próprio sistema de vida das populações, desestruturando os valores culturais e muitas vezes provocando um vazio, ou seja, não repondo algo que venha a preencher o espaço deixado, pelos elementos que foram ou estão sendo desestruturados (BARBOSA, 2005).

Tais transformações não se traduzem em melhoria de qualidade de vida da população, como se pode ver através dos baixos índices de desenvolvimento. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda do Brasil era 0,723. Dentre os municípios da microrregião Pirapora, o município com o melhor valor era Pirapora (MG), com um valor de 0,655 e o município de Buritizeiro tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,548, ambos abaixo da média nacional, o que demonstra, segundo GAMA (2006), a grande complexidade de problemas que a região apresenta, tais como: abandono do meio rural e situação de precariedade de vida, entre condições insalubres de trabalho e falta de condições básicas de vida na cidade.

Tabela 4: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Microregião de Pirapora, 2000

Municípios da microregião	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda
Buritizeiro	0,659	0,777	0,652	0,548
Ibiaí	0,687	0,757	0,78	0,523
Jequitaiá	0,705	0,783	0,78	0,553
Lagoa dos Patos	0,657	0,747	0,705	0,52
Lassance	0,681	0,766	0,725	0,553
Pirapora	0,758	0,879	0,741	0,655
Riachinho	0,7	0,773	0,78	0,546
Santa Fé de Minas	0,622	0,714	0,638	0,513
São Romão	0,649	0,764	0,638	0,546
Várzea da Palma	0,726	0,842	0,73	0,607

Fonte: Atlas IDH (1991-2000).

As famílias rurais estão sendo gradativamente rodeadas pelas grandes lavouras que se instalaram no município e que têm aumentado os desequilíbrios ambientais, ameaçando a sustentabilidade do trabalho comunitário de coleta de frutos do Cerrado para a produção dos alimentos. O movimento de pessoas entre o rural e o urbano é contínuo em Buritizeiro. As pessoas trabalham no campo e moram na cidade.

A agricultura familiar praticada pelas comunidades camponesas que habitavam a Bacia - hoje só existem as remanescentes -, a coleta de frutos do cerrado, as garrafadas preparadas para qualquer tipo de mal, a colheita em mutirões, as festas dos Santos Reis, o cerrado e as veredas eram os cenários dos *lugares* de vidas construídas através do tempo e do espaço (GAMA, 2006, p.40).

Alternativas de fixação das famílias no meio rural são cada vez menores, já que o meio técnico científico artificial promove a criação de espaços artificiais que incentivam a produção e produtividade em grandes escalas e expulsam as pessoas e as famílias dos seus lugares.

Assim, estamos testemunhando que os novos modos de produção não atendem as necessidades sócio-econômicas da maioria da população. Experiências da Economia Solidária vêm reconhecendo que saber tradicional torna-se uma alternativa na modernidade de reconstrução do pensar as relações solidárias entre pessoas, entre ambiente e sociedade, na contramão das forças hegemônicas da história do presente.

Abaixo apresentamos uma descrição sucinta das quatro comunidades envolvidas na experiência de Economia Solidária e junto às quais realizamos nossa pesquisa:

Comunidade Santa Helena

A Comunidade distancia-se 120 km da sede de Buritizeiro. Em uma área de 9.611 km, onde vivem 65 famílias assentadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e mais 10 famílias acampadas aguardando a posse legal da terra. Vivem de trabalhos em carvoarias próximas do assentamento e da agricultura de subsistência. Apresentam receitas tradicionais como: biju, pão de queijo e doce de pequi e de frutas nativas do Cerrado.

Comunidade São Francisco/ Comunidade de Jatobá (ou São Francisco II)

Residem nesta comunidade 29 famílias e está a 21 km da sede do município. Vivem da agricultura de subsistência, da fabricação de farinha e também da participação no Projeto Chico Fulô de extrativismo de frutos do cerrado, bem como, o beneficiamento dos frutos através de compotas, doces, geléias para a comercialização, projeto gerenciado pelo Graal. Nos relatos fica claro o respeito pelas tradições, tendo como exemplo a Folia duas vezes por ano na comunidade. As dificuldades apontadas pelos moradores foram o cultivo da terra. Com a transformação para assentamento tem como consequência a desmobilização dos moradores. Comunidade de Jatobá, área de preservação de Veredas, também área de assentamento, vivem 29 famílias e está a 20 km da sede do município, sendo que a proximidade com a sede do

município, dificulta a permanência dos assentados. Existe produção artesanal onde se utiliza palha de Buriti. Foi relatado também o atual conflito de terras entre assentados, posseiros e grileiros.

Comunidade Gerais do Calixto

Área de assentamento localiza-se ao pé da Serra dos Alemães e está a 18 km da sede do município, Também tem participação no Projeto Chico Fulô de extrativismo de frutos do cerrado e artesanatos.

Comunidade de Vila Maria

Esta comunidade possui uma população de 429 famílias e localiza-se na periferia urbana de Buritizeiro. Nesse bairro situa-se o CADCS- Centro de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Sustentável, gerenciado pelo Movimento Graal de Mulheres, onde são realizadas reuniões ampliadas do EES Chico Fulô, capacitações e produzidos grande parte dos bombons, licores, pães, doces e artesanatos do “Chico Fulô”. Nesta sede também é um Ponto de Cultura e Estação de Inclusão Digital.

4.2.2 O Graal

Este estudo tem proximidade direta com o Empreendimento Solidário denominado “Chico Fulô” de preparo de alimentos com base em produtos do Cerrado: bombons, licores, doces e bolos diversos feitos de pequi, jatobá, cagaita, buriti e outros voltados para a soberania alimentar. Desenvolvido em Buritizeiro com o apoio do Movimento Internacional

de Mulheres – Graal orienta-se pela sustentabilidade humana e ambiental ao desenvolver trabalhos com ênfase na questão do gênero e do Cerrado.

Como vimos acima o Graal é um movimento internacional, sua origem tem estreita relação com a religião Católica e se define como grupo "de mulheres empenhadas na procura espiritual e na criação de uma cultura de solidariedade e de paz"¹⁰. A denominação Graal refere-se, ainda, a uma teoria a respeito do renascimento da cultura matrilinear (ANJOS, 2002). O movimento nasceu na Holanda na segunda década do século passado e foi fundado pelo Padre Jacques Van Ginneken, em 1º de março de 1929.

É importante ressaltar que na época de seu nascimento o contexto era de redefinição da igreja Católica junto a setores marginalizados da sociedade e de ascensão dos movimentos feministas. Entretanto, é interessante observar que o movimento do Graal surgiu como um movimento de mulheres católicas que se distanciou do feminismo em suas principais bandeiras. Para o Padre Van Ginneken, as mulheres do Graal deviam assegurar, em suas vidas, qualidades, tais como: gentileza, servidão, abnegação, castidade e, ainda, a sabedoria e a inteligência, portanto as mulheres não deviam buscar por posições de poder ou mesmo igualitárias em relação aos homens na sociedade.

O Movimento do Graal cresceu e vem realizando trabalhos em diversos países por meio de concepção de núcleos, onde as mulheres que se tornaram participantes do movimento passam por um processo de formação. Mesmo se tratando de um movimento de mulheres leigas, guardava semelhança com os processos de formação católica de madres, a soma de tais características do movimento, sempre buscou romper com uma visão que qualificava os leigos de inferiores, pois dentre os ensinamentos destacava-se o de como renunciarem a si mesmas em nome do projeto de conversão visando “ganhar o mundo para Cristo” segundo o Padre Van Ginneken.

¹⁰ Tais informações procedem de comunicações pessoais com Arlete, integrante do Movimento Graal, e por meio de encontros nas sedes do Graal em Buritizeiro e em Belo Horizonte.

Embora, desde o século XIX, o surgimento de ordens religiosas femininas já viesse rompendo com um modelo de vida religiosa tradicional. Com a ajuda das primeiras iniciantes, o Pe. Van Ginneken vai, aos poucos, estruturando o universo desse grupo de mulheres leigas, serviço que lhe fora confiado pela Igreja a fim de inseri-la frente aos novos desafios colocados pelos tempos modernos (ANJOS, 2002).

Os desafios acima citados delimitaram o processo de construção do Graal no Brasil e em Belo Horizonte. No ano de 1948 foi iniciada a implantação de um núcleo de formação do Graal em Belo Horizonte com mulheres que vieram da Holanda. O trabalho inicial teve um cunho assistencialista em função da grave realidade social de pobreza nas favelas e periferias da grande Belo Horizonte.

Em Minas Gerais, a atuação das mulheres do Graal inicialmente foi caracterizada pela emergência de respostas extrema pobreza por suas parcerias em especial com os movimentos de ação católica. Sendo marcado por realizar ora atividades assistencialistas, ora atividades de cunho mais político e conscientizador (Anjos, 1998).

Em um outro momento, por volta da década de 1980, o Graal iniciou o trabalho no Norte e Noroeste de Minas Gerais, e posteriormente na Bahia. Neste período ocorreram mudanças do cenário interno e externo do Movimento de Mulheres. Como em outros núcleos estabelecidos, novas participantes se formavam, e neste período histórico de abertura política em suas ações já predominava o foco sobre a educação popular. Assim, a grande maioria das mulheres do Graal que estavam à frente desses projetos eram professoras, iniciando suas trajetórias acadêmicas na área de educação, ciências sociais e humanas.

As experiências de educação popular abraçavam a ala de autores sócio-históricos e construtivistas, especialmente a Paulo Freire, Jean Piaget e Emília Ferreiro, dado que as ações nas comunidades eram voltadas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos, além de atividades de reforço escolar e assessoria aos professores. A utilização de metodologias participativas e de cunho comunitário em frentes de trabalho, somadas aos princípios da teologia da libertação, nortearam organização de grupos de mães, a partir dos quais a equipe

viesses a conhecer as demandas da comunidade e direcionar novas ações e a busca de apoio para realizá-las.

Dentre as ações iniciais em Buritizeiro vale citar a criação de uma escolinha infantil na Vila da Palha pertencente ao bairro Novo Buritizeiro que funcionou até meados de da década de 1980 com atendimento das crianças e das mães. Em 1987, a sede do Graal passa atuar na Vila Maria com a denominação de Centro de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Sustentável (CADCS), onde permanece até hoje com ações de organização comunitária e intervindo com vários parceiros financiadores de capacitações, e projetos sociais¹¹.

Nesta toada, nas próximas seções descreveremos a atuação do Graal e dos quatro grupos atrelados ao empreendimento solidário “Chico Fulô” em Buritizeiro.

4.2.3. Caminhos e vistas de aproximação da experiência de socioeconomia solidária de Buritizeiro

Minayo (1993) na introdução de seu livro “O Desafio do Conhecimento” trata do caminho e do instrumental próprios da pesquisa social e adverte que estes se espelham no modelo da própria realidade que estuda, e resume: “É difícil a travessia do espelho!”

A rigor qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isso implica considerar sujeito de estudo: gente, *em determinada condição social*, pertence a *determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados*. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação (MINAYO, 1994, p.22)

Segundo Spink & Frezza (1999), as investigações que englobam as percepções e sentidos produzidos no cotidiano tendem a uma perspectiva construcionista, pois além de acatar o discurso do “outro” – entendido de acordo com as nossas percepções de diálogo entre

¹¹ Dentre as parcerias, Arlete cita Cáritas Brasileira, Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) e Centro Regionale d'Intervento per la Cooperazione (CRIC) / ONG Italiana, Fundação Banco do Brasil e Ministério da Cultura.

a pluralidade de saberes diversos entre seres humanos também plurais – levam a uma revalorização do estudo dos processos sociais e históricos pautados na construção social.

A partir de uma premissa qualitativa e construcionista, vemos-nos diante do desafio de nos aproximarmos da temática que abrange o sustento da vida cotidiana de populações rurais e urbanas de baixa renda, e as suas relações com a apropriação e o manejo social do território e de seu ambiente. A busca por espaços de vida e de trabalho permeia a disputa de poder que se coloca como uma das grandes prioridades da condição humana, a ser histórica e culturalmente realizada através do trabalho: a socialização da natureza e a construção de espaços de habitação humana sobre um território. Eis o que significa o habitar um lugar, construir uma moradia, edificar uma comunidade de vida solidária, vizinhança e trabalho coletivo.

Até esta etapa da dissertação, desenvolvemos uma revisão bibliográfica de conceitos geográficos espaço, tempo e técnica e das bases epistemológicas da aprendizagem solidária, além da descrição de relevantes informações e características da Economia Solidária, para chegar nesta etapa e dar um “*zoom*” em uma experiência de empreendimento solidário em Buritizeiro, para nos aproximarmos dos saberes populares de seus agentes e dos caminhos abertos por suas aprendizagens a respeito de práticas solidárias.

Boaventura de Souza Santos (2004), desde 1987 formulava uma crítica à análise positivista que, a seu ver, enquadrava o senso comum como conhecimento menor e superficial. Em uma posição oposta, ele afirma que este conhecimento é, justamente, a fonte de sentido de uma pesquisa social, pois é a partir dele que se pode captar as maneiras das pessoas e dos grupos sociais populares se relacionarem com outras pessoas, grupos sociais e com o meio ambiente que as cercam.

Ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional, só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e

prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida (SANTOS, 1994, p.88).

Vasconcelos (2002) elucida que a interdisciplinaridade possibilita uma recombinação de saberes e que não deve se restringir à interação entre diferentes disciplinas. Ela também está implicada em campos de saber-fazer e fazer-saber humanos que não se encaixam às categorias: “assim, as práticas de interação não se dão apenas entre dimensões e saberes com status acadêmico, mas também fortemente com o campo expressivo da arte e com os saberes populares, mesmo que de forma contraditória e paradoxal” (VASCONCELOS, 2002, p. 111).

Portanto adotamos uma abordagem interdisciplinar não somente entre as disciplinas/ciências com as quais dialogamos aqui, mas interdisciplinar também nas metodologias acima sucintamente anunciadas que, re combinadas, possibilitem um prisma plural das ações e saberes solidários.

Assim seguiremos nas próximas seções que findam este estudo nas trilhas metodológicas que ofereçam a aplicação do conhecimento vulgar, em torno dos conhecimentos e maneiras de conhecer processos de aprendizagem do agente solidário.

Os meios utilizados para construção desta etapa da pesquisa, foram questionários dirigidos, aplicados aos agentes do empreendimento solidário “Chico Fulô” em quatro comunidades, no mês de outubro de 2006. Através das respostas dos questionários, foi possível visualizar os espaços-tempos e técnicas solidárias do saber fazer e do fazer saber dos agentes. O material coletado pelos questionários foi organizado em categorias temáticas de análise. As categorias levantadas foram relacionadas ao conceito que os mesmos agentes solidários têm da sua prática em Economia Solidária. O trabalho de análise dos dados coletados foi dividido em quatro partes: Identificação dos Agentes; Conceituação de Economia Solidária; Trajetória e Participação; e a Formação em Economia Solidária¹².

¹² O modelo do questionário esta disponível em Apêndice I.

4.2.4. Aprender com o buriti: aprender como são, aprender como fazem, aprender como convivem e aprender como aprendem

Em uma região mineira que muito depressa está sendo degradada pela expansão vertiginosa de monoculturas – soja em especial – pela expansão dos eucaliptais e pela destruição do cerrado para a produção de carvão, chama a atenção o extremo cuidado com que as pessoas participantes dos projetos lidam com os recursos naturais do circundante.

Neste momento, apresentaremos os resultados obtidos após organização e a análise dos dados coletados em um “corpus” de 40 questionários. As pessoas que responderam o questionário representam aproximadamente 90% dos agentes solidários que atuam no Chico Fulô, hoje. Só não foram entrevistados os membros dos sub-grupos que se encontravam ausentes de sua comunidade no dia em que aplicamos o questionário.

Inicialmente, mostraremos os dados de identificação dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, coletados nos quatro sub-grupos do EES Chico Fulô: Comunidade Santa Helena(8), Comunidade São Francisco / Comunidade de Jatobá (7), Comunidade Gerais do Calixto (9) e Comunidade de Vila Maria (16). Aqui examinaremos os anos de escolaridade, gênero, tipos de renda, naturalidade, suas experiências em trabalho comunitário, assim como o tempo de atuação no Graal.

Apresentaremos na segunda etapa das análises as concepções que os agentes têm sobre a Economia Solidária.

Num Terceiro momento, faremos a apresentação dos pontos que se destacaram nas histórias da experiência com Economia Solidária dos agentes solidários. Mostraremos, ainda, os aspectos considerados como principais características do seu trabalho, bem como as maiores dificuldades encontradas para realizá-lo.

A seguir, serão apresentados os relatos que dizem respeito à formação dos agentes na participação do EES; mostraremos também a sua concepção no tocante à formação das pessoas que lidam com cerrado. Por fim, mostraremos como o agente sócio solidário estabelece a prioridade entre as modalidades de ensino e atividades para seu aprender.

Análise das entrevistas

Aqui estão alguns fragmentos de nossas entrevistas com pessoas participantes de unidades de EES. O trabalho que eles teriam a nos descrever, caso fôssemos entrar em maiores detalhes, é muito simples. Individualmente, aos pares ou em pequenas equipes, dependendo da época do ano e das “plantas da estação”; a primeira etapa do trabalho é a colheita dos frutos usados na fabricação de doces e outros alimentos, ou de materiais a serem usados em trabalhos artesanais.

Uma segunda etapa, esta realizada mais coletivamente, doces, licores e outros alimentos são preparados segundo preceitos culinários tradicionais na região. Os produtos Chico Fulô são depois embalados e organizados para a distribuição e venda. Como podemos ver abaixo a foto de exposição de produtos na sede do Graal em Belo Horizonte:



Fotografia 1 – Produtos Chico Fulô



Fotografia 2 – Cartaz de divulgação

Os depoimentos acentuam justamente o cuidado com o ambiente, como um procedimento a ser sempre observado, o trabalho e a destinação de seus rendimentos em forma tão coletiva, cooperativa e solidária quanto possível e, finalmente, a dimensão pedagógica do processo. Pois mesmo quando as pessoas entrevistadas reconhecem o valor dos cursos que fizeram, há um consenso de que a própria prática ensina e educa, não apenas maneiras operativas de proceder, na coleta de frutos ou na elaboração de produtos, mas principalmente em um novo saber sobre posturas que atualizam em termos de Economia Solidária práticas de mutua-ajuda que já são comuns na região.

Identificação do *EES Chico Fulô – Aprender como são*: neste primeiro momento o total de questionários respondidos (40) será nossa referência para as análises e efeito dos cálculos percentuais.

De modo seguro pudemos perceber que a maioria dos participantes são originários em Buritizeiro ou são de cidades bem perto da região, 25 agentes são nascidos no município e 15 nas proximidades da região. Temos entre elas 32 e entre eles 8, que representa 80% e 20% respectivamente da totalidade.

A escolaridade das pessoas participantes da experiência e de nossa pesquisa é baixa. 58% dos entrevistados declararam não possuírem o ensino fundamental completo. 10% alcançaram o ensino fundamental completo. Enquanto 10% são analfabetos enquanto, por outro lado, 22% possuem o ensino médio incompleto, completo ou superior. Somente uma pessoa tem o curso superior em Normal Superior. Vale grifar que mais de 90% declara que ainda gostaria de estudar mais e apenas três pessoas não gostariam.

Pudemos verificar que a idade média dos agentes é de 41,6 anos, distribuindo-se basicamente entre as idades de 14 a 66 anos.

Aproximadamente 96% dos agentes declaram possuir religião, sendo 80% são católicos; 16% que freqüentam igrejas evangélicas.

Com relação à participação em grupos sociais, pudemos perceber que, atualmente, 100% se consideram membros do Graal, Quanto ao tipo de participação ou função 37 declaram serem trabalhadores, 9 animadores e trabalhadores, 1 coordenador, 1 voluntário e 1, “outros” (agente do ponto de cultura). 62% também participam de outros grupos organizados (em alguns casos, concomitantemente com o próprio Graal), sejam eles: associações e sindicatos rurais, grupos de igreja e pastorais, de grupos de AA ou, ainda, de manifestações culturais como Folia de Reis. Quinze não participam de nenhum outro tipo de grupo.

Retomando algumas considerações feitas na análise do Atlas da Economia Solidária, podemos verificar, também aqui, que a renda destes participantes do EES é complementar a outras rendas. Em sua maioria recebem ajuda de programas de políticas públicas oferecidas pelo governo, como bolsa família, ou aposentadorias e pensões e, também na mesma proporção, participam de outros trabalhos de caráter informal onde não há carteira assinada nem contribuição para INSS. Não encontramos a constatação de pessoas sem renda, sendo que apenas um caso foi constatado com renda exclusiva do empreendimento.

Mesmo com poucos recursos somente 10% declaram não possuir uma propriedade rural ou urbana. São 17 casas em área urbana, sendo que, destas, 16 estão situadas na periferia de Buritizeiro - a Vila Maria, somando 42% dos entrevistados. Por outro lado, 47,5% das propriedades são rurais e elas estão situadas rurais em assentamentos da reforma agrária.

O tempo de participação nas atividades do Graal para 32,5% dos agentes, oscila entre 3 a 5 anos; para 25% e de 1 a 3 anos, e para 25% e de menos de um ano. Isto significa que o grupo cresceu bastante no ano de 2006. Porém, podemos considerar baixo o percentual de agentes com mais de 5 anos, pois ele soma apenas 17,5%, se pensarmos que o Graal atua na região há 25 anos.

Dessa maneira, algumas observações merecem ser registradas:

- somente um agente, dentre os quarenta entrevistados, tem formação superior,

- nenhum agente declara fazer parte da diretoria do Graal; é importante registrar esse dado, dado que, como vimos acima, todos se reconhecem como participando do Graal.
- 93,4% dos agentes aspiram estudar mais, sendo que apenas três agentes não manifestaram interesse em estudar, pois preferem aprender com a própria prática, sendo um deles analfabeto.

No 2º momento, - *aprender como convivem* – estamos na principal ênfase, pois sabemos que todos os pilares do “aprender”, tal como propostos no capítulo 3, realizam-se ao mesmo tempo. Buscaremos identificar as idéias que os agentes têm da sua participação e do seu empreendimento de economia solidária - EES Chico Fulô – e, neste sentido, apresentaremos algumas respostas (pelo menos 2 de cada subgrupo) dadas a seguinte pergunta: *O que você entende por Economia solidária?*

“Você tem que saber o que pode e o que não pode. E você tem que ver a qualidade e não a quantidade. Ver onde as coisas mais precisam de cuidado para ver onde tem que ser feito mutirão.” (Antônio Ribeiro –São Francisco)

“Eu acho o seguinte: - que as pessoas fazem economia é no cuidar de um objeto de forma que não destrói. Cuida com alegria e com todo amor. Por exemplo: eu cuido da trança da corda da arte na garrafa e comadre Fátima faz a outra parte. A coleta do fruto às veis a gente faz junto e em outras cada uma colhe e junta tudo depois.” (Gabriel Neves –São Francisco)

“O conceito esqueci, mais é ajudar o próximo de acordo com o que ele produz. Uma pessoa produz uma coisa e você a ajuda a vender, tirando da natureza sem prejudicar ela. Não visa o lucro só para gente, mas para a comunidade.” (Viviane São Francisco)

“A gente colhe os frutos e faz as coisas e o resto dos frutos os bichos comem. Todos no grupo são amigos e sendo unidos é melhor pois um ajuda o outro; um ensina para o outro.” (Geralda – Santa Helena)

“A economia solidária é para a gente conhecer mais, fortalecer a união, aprender e trocar experiências”. E a gente vender e consumir um alimento mais sadio, sem química e ter um produto que está ao alcance de todos. É a troca de produtos.” (Marilene -Santa Helena)

“A maneira de viver um ajudando o outro. Uma forma de trabalho em conjunto valorizando a família, o trabalho de cada um, a cultura do local e a natureza. A economia solidária nos dá uma expectativa de vida cada vez melhor, aumenta a auto-estima valorizando um modo de produção não industrializado que permite uma vida solidária entre as pessoas e com o meio. Cada um tem um papel importante, devemos valorizar o papel da mulher e abrir espaço para torças solidárias”. (Wellington - Gerais do Calixto)

Muito bom, ajudou muita gente poder chegar em uma comunidade e trocar um produto. Poder resgatar a tradição do passado de troca de produtos, que hoje em dia está o capitalismo. (Janda - Gerais do Calixto)

“É plantar e colher frutos em união em grupo. Colhe frutas, faz doce, faz horta em grupo, e pega aquela renda e divide.” (Antonio Vila Maria)

“Economia solidária é um grupo que junta para fazer um tipo de trabalho e aquele lucro é dividido em partes iguais, sem ter uma pessoa que vai pegar aquele dinheiro e determinar o que vai fazer com ele. A economia popular age como se fosse uma cooperativa, as pessoas trabalham para lucrar deles mesmos.” (Lorena Vila Maria).

Retomamos, assim, ao “conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida”. (SANTOS, 1994. p.88), para melhor conhecermos os conceitos e a compreensão da ES. E chegaremos então ao saber-pensar no que os agentes participantes fazem e vivenciam como o lugar da aprendizagem e de formação através das palavras com que eles realizam e traduzem a sua experiência como co-construtoras da proposta de ES.

E para dar tratamento a tais respostas a questão situada na 2ª parte do questionário, foram identificados pontos recorrentes, assim, categorizados em 9 blocos de respostas: Noções de Sustentabilidade, Solidariedade, Trabalho em grupo, Ajuda mútua, Troca de mercadorias, Desenvolvimento Pessoal/Comunitário, Geração de Renda, Aprendizagem/Troca de experiências e Outros.

Dessa maneira, em suas definições de Economia Solidária, pudemos verificar que as três categorias mais explicitadas são: *Noções de Sustentabilidade* com 16 apontamentos, também *Trabalho em grupo* com 16, *Solidariedade* citada em 15 respostas, e as menos suscitadas foram *Aprendizagem/Troca de experiências* e *Geração de renda*, ambas com 9 apontamentos, seguida de *Outros* com apenas 4.

Através da terceira parte do questionário - *aprender como fazem* - com todas implicações das outras aprendizagens, verificamos pó meio das questões¹³ 3.1, 3.2 e 3.3,

¹³ **3.1-** Conte a história de sua trajetória no trabalho/participação com seu grupo de economia solidária (Quando começou, quem apoiou, quantos participavam, o que se propõem, como foi o processo...).

3.2- O que você considera a principal característica de seu trabalho/participação no Chico Fulô?

identificamos as trajetórias desempenhadas pelo agente no grupo e as dificuldades que percebe para realizá-las. A seguir apresentaremos algumas respostas referentes ao tempo de participação, trazendo aqui a questão 3.1. Listamos então os aspectos da história através da qual o Trabalhador integra a sua participação atual no *Chico Fulô*:

(mais de 5 anos) Desde criança sempre ajudava minha mãe. Cresci coletando frutas no cerrado e tirando a polpa do buriti. Morava na roça, veio para Buritizeiro e lavava roupa para fora. Na época dos Buritis tirava polpa e vendia, quando fui convidada por Arlete a participar das reuniões do graal. Na época tinha em média 10 a 20 pessoas. Hoje são muitos. Antes de entrar no graal fazia também esteira de palha dos buritis, hoje já não faço mais, pois atrasa o desenvolvimento da planta. (Maria Alice - Gerais Calixto)

(de 3 a 5 anos) No início do trabalho foi uma correria danada agora está o normal. Uma hora sobe outra desce. Já deu muito dinheiro e agora é menos. Quando eu comecei foi a convite de Arlete, Shirlei e Gildásio. Teve uma reunião. Eu trabalhei com as tranças da garrafa. Fiz uma, duas até ser aprovado. Só que na hora de desinfetar as garrafas, o trabalho ia caindo. O projeto exige higiene e se é higiene tem que ser. O trabalho agora está mais seguro com o artesanato com a seda do buriti. Quanto a coleta eu e comadre Fátima vimos que um não pode ficar esperando pelo outro. Éramos nove famílias no início, agora somos quatro famílias e não vamos deixar cair. Vamos ver no que vai dar no final. (Gabriel Neves –São Francisco)

(de 1 a 3 anos) Começou já tem quase uns 3 anos, com a indicação de Arlete. Quando comecei acho que eram umas 10 pessoas, hoje eu acho que tem menos. Era um grupo a gente não tinha muita coisa, o dinheiro era pouco, início e trabalho mas a aprendizagem que a gente tem pode ajudar. O processo desses 3 anos apareceu maquinas já vendeu cestas para outras cidades e estados. (Adalberto – Vila Maria)

(menos de 1 ano) Companheiros motivaram a participar do grupo, porque fazer as coisas em grupo é melhor, e também é uma diversão, é melhor que ficar sozinho em casa. Espero organizar o que está faltando e ficar mais unido. (Edvânia - Santa Helena)

Algumas observações merecem ser feitas com relação ao participante iniciante no trabalho, assim como aos que possuem de 1 a 3 anos, 3 a 5 anos, e mais de 5 anos de participação. Nas atividades destacadas, sobressai o desejo do fazer junto e de contribuir de alguma forma para o trabalho e para a união do grupo.

Esta opção 'e, no entanto, bastante genérica. Já a mudança de atitude relacionada aos procedimentos de caráter sustentável (não atrasar o crescimento do Buriti), trabalhar com técnicas (higiene), e também a visão do processo, associando resultados (conquista de equipamentos, vendas) às aprendizagens, são bem mais freqüentes nos depoimentos dos que

3.3- Quais as maiores dificuldades que você encontra para realizar o seu trabalho/participação?

já participam há mais tempo. Tais diferenças seriam uma questão de tempo de participação e de amadurecimento no Projeto? Qual será o peso da experiência efetiva de participação em uma proposta em que o processo de trabalho e o seu produto são vividos de uma maneira que retoma valores tradicionais das comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que ela se apresenta como uma alternativa local, limitada e frágil, mas uma opção diferente das formas dominantes de produção, distribuição e consumo típicas da economia de mercado?

A seguir, apresentaremos uma síntese da questão 3.2 Enfatizamos os aspectos que o agente considera como principais características da especificidade seu trabalho:

1. *Produção de doces/biscoitos/licor/artesanato/bordado* citado em 16 respostas, como por ex: “*Fazer doce é uma satisfação enorme para mim a melhor coisa é bordar e fazer doce.*”
2. *Preservação do ambiente/Educação e Conservação ambiental* foram verificadas em 11 questionários. Em um deles com a seguinte fala: “*Alem de aprender a experiência e perceber a importância dos frutos do cerrado.*”
3. *Coleta de frutos do cerrado* foi a resposta mais citada constatada em 18; ela corresponde à maior média percentual encontrada - 28,49%¹⁴. Pode ser exemplificada na seguinte fala: “*Temos que aproveitar a época certas da safra dos fruto. É a natureza.*”
4. *Organização comunitária/coletiva* foi registrada 17 vezes: “*O principal é a convivência, a amizade e o estar junto, e o movimento de estar unido*”.
5. *Em Outras respostas* foram agrupadas as respostas com pequena frequência e sem semelhanças umas com as outras, tais como *ser útil, ajudar, participar de feira, ter conhecimento, etc.* Esta última opção aparece em 6 vezes. Eis um de seus exemplos: *vejamos uma delas: “a coisa mais importante é o conhecimento que a gente tem hoje e não tinha.”*

¹⁴ Nestas categorias contabilizamos as porcentagens relativas à frequência do número de respostas nos subgrupos e suas médias nos quatro subgrupos.

Em nosso entendimento, as categorias de respostas ao principal aspecto do trabalho indicado pelos agentes, apresentam uma pequena diferença para mais no item “*Coleta do fruto do cerrado*”, predominante nos três subgrupos localizados na área rural. Já a opção que predominou na Vila Maria foi - “*Organização comunitária/coletiva*”, totalizando 39,13%, vindo em segundo lugar a opção: e a segunda - *Produção de doces / biscoitos / licor / artesanato / bordado* - com 26,09%. Deste modo, podemos sugerir que há um equilíbrio na distribuição da realização das tarefas entre os subgrupos, diferenciando-se com maior nitidez apenas nas tarefas que dependem da infra-estrutura urbana ou das características rurais.

Finalmente, na questão 3.3 agrupamos as respostas referentes às *maiores dificuldades* encontradas pelos agentes para realizar o trabalho dentro dos padrões e dos valores solidários, e verificamos a seguinte distribuição:

1. Em 18 questionários, 45% dos entrevistados citam as dificuldades relativas à falta de transporte (ineficiência/insuficiência);
2. 25% consideram, de forma direta ou indireta, que as maiores dificuldades estão ligadas à deficiência da infra-estrutura (material e ou equipamento);
3. Encontramos o mesmo percentual de 20% de respostas que relacionam as suas principais dificuldades à Comunicação e “Necessidade/envolvimento com outras atividades de renda”;
4. Dificuldades com a “Não Preservação do ambiente/Não ter água limpa” foram recorrentes em 10% da amostragem;
5. Finalmente, encontramos aqui também “outras opções”, como o deixar casa sozinha, a estrada ruim e o não possuir energia elétrica. Juntas elas totalizam 7,5% das respostas.

Vale ressaltar aqui mais uma indagação, e ela tem a ver com nossa principal preocupação aqui. Trata-se do fato de que dentre as cinco opções sobre as principais dificuldades, não aparece nenhuma referência à de formação nas áreas social, humana e/ou

técnica. Poderíamos pensar que as pessoas que responderam ao questionário, consideram-se bem contempladas com relação a este quesito. Mas deixamos em aberto a pergunta: haveria outra motivação para a questão da formação na haver sido lembrada?

Verificamos agora justamente a quarta parte do questionário que aborda a formação dos agentes – o aprender como aprendem. (concomitante a todas outras dimensões dos “aprenderes”). Nesse momento, teceremos algumas considerações que dizem respeito à concepção que o agente tem de sua formação e de seu saber (atual e anterior ao ingresso no EES) voltados para a prática econômica solidária.

Os agentes em suas repostas à primeira questão¹⁵ desta parte do questionário apresentam informações sobre seus conhecimentos anteriores relacionados ao trabalho no EES que categorizamos assim:

- 1 - Coleta de frutos
- 2- Produção (extração de polpa/artesanato/doce, licor e medicamentos.)
- 3- Comercialização/ Trocas
- 4- Comunicação/articulação do grupo
- 5- Atividade agrícola (plantio e gado)
- 6- Outros (desejo de aprender e experiências similares solidárias a ES, etc.)

Obs: 10% consideram que não possuem formação anterior que tivesse relação com o seu trabalho com ES.

A partir destas categorias contabilizamos as porcentagens relativas à frequência do número de respostas nos subgrupos e não mais ao número de total absoluto de questionários (também como na análise da terceira parte do questionário). E verificamos o seguinte:

¹⁵ 4.1. Qual a relação que você faz entre sua vida, a formação anterior e seu trabalho com Economia Solidária?

1. As categorias “Coletas de frutos” e “Produção” apresentam as médias mais significativas entre os agentes; quando somadas, elas atingem um percentual de 46,25% entre as categorias acima citadas.
2. A relação que os agentes fazem entre a sua formação e o seu trabalho é de modo geral uma relação de proximidade. E pudemos distinguir dois pontos importantes:
 - O primeiro é que no trabalho pratico responde pela própria formação, opção que alcança 41,2%;
 - O segundo é que a formação técnica aparece como um “instrumento” que auxilia a execução de uma modalidade de trabalho que já faziam, mas que agora realizam melhor; opção que totaliza 47%.

O que podemos observar através destas respostas:

Mexia em roça mesmo, produtos rural. O que favoreceu meu trabalho hoje. Mas o que a gente aprendeu com o Graal foi muito importante. (Morador comunidade São Francisco)

Doces já sabia fazer, as esteiras, os biscoitos. No Graal aprendi a fazer as medidas certas. (Moradora comunidade São Francisco)

Eu já tinha conhecimento de zelar as frutas, não cortar, na queimar, não estragar. Já sabia também trabalhar, já plantava na roça, fazia produtos do que a gente tinha (farinha, rapadura, coisas de comer) cuidava das crianças. O Graal ajudou a aperfeiçoar. (Moradora da Comunidade Santa Helena)

Antes do trabalho com EPS, o trabalho não era valorizado, o desperdício era grande, faltava conhecimento e consciência ambiental. Hoje, com a EPS, há mais estrutura e assistência para o trabalho, uma valorização e diversos cursos de capacitação que ajudam nas atividades. (Moradora do Gerais do Calixto)

Queremos ressaltar algo inusitado nos depoimentos: a alegria e a felicidade (que não havíamos previsto como categoria mensurável), ao lado do contentamento de aprender e realizar esta outra alternativa de produção solidária:

Hoje eu tenho mais alegria. Enquanto estou tecendo uma garrafa, uma bolsa, mexendo com um fruto estou distraído. Antes só trabalhando com enxada eu não pensava em outras coisas. Hoje ao vir mais as idéias, cria mais animo. Sou mais feliz, mais alegre e mais paciente. Mas eu ainda quero mais e mais. Graal me ajudou a ver melhor. (morador da comunidade São Francisco)

Na questão seguinte: 4.2 - *Nesta trajetória, a partir do seu ingresso até hoje, como foi sua formação? Ou seja, como você se preparou para se tornar um agente EES, que cursos, leitura/outras você fez?*

Foi um pouco difícil. Mas a gente preparou. Todo conhecimento depende de boa vontade. Fizemos curso de capacitação de frutos, preservação do cerrado, preservação de águas. (Moradora da comunidade São Francisco)

Fiz cursos das frutas, doces, geléias, eu só não aprendo o que não vejo fazer. E participei de palestras sobre o meio ambiente. (Moradora da comunidade São Francisco)

Aprendi a ter mais segurança para subir no buritizeiro usando equipamento de segurança no caso de tonturas evitamos possíveis quedas. Aprendi através de palestras ministradas no Graal. (morador do Gerais do Calixto)

Antes de apresentarmos as opções das respostas dadas, ressaltamos que 64,2% dos que responderam participaram de cursos diversos (pelo menos 2 cursos ou outras modalidades de formação). Por outro lado, 47% ressaltam a sua participação em outras atividades tais como: seminários, encontros, palestras, Fóruns e feiras. Observamos que apenas um dos agentes cita leituras como parte de sua formação.

- 1- Capacitação em Produção (artesanato/agroind./doce,licor e medicamentos.)
- 2 – Capacitação em Comercialização Sustentável
- 3- Concepção Política /Princípios ES/ Fóruns/ Encontros/Reuniões
- 4- Técnicas (segurança, higiene, coleta frutos, manejo e conserv. Ambiental.)
- 5- Outros (atividades ligadas à cultura e arte, etc.)

Na seqüência integramos a análise das questões 4.3 - *Como você acha que deveria ter sido a sua formação e de outras pessoas para atuação em EES?* e 4.4 - *Como você acha que deveria ser a formação de pessoas do EES que lidam com o cerrado?* Por terem se integram nas respostas e categorias das mesmas:

- 1 - Alfabetização / Ampliação do Grau de Escolaridade/Cursos
- 2- Produção (artesanato/doce, licor, bombom e medicamentos)
- 3- Técnica (conservação ambiental, coleta de frutos, higiene)

4- Formação de agentes, multiplicadores e jovens em ES

5- Outros (Formação Interpessoal, Feiras, Fóruns, etc.)

Quanto aos retornos encontrados destacam-se os ligados às informações técnicas (conservação ambiental, coleta de frutos, higiene) e a como se produz (artesanato/doce, licor, bombom e medicamentos). Foi observado que a maioria dos entrevistados responde as duas de maneira diferenciada, tendo em vista, que subtraem o que já aprenderam, no momento em que falam de suas formações. Apenas uma pessoa sugere que haja treinamento antes do ingresso no trabalho.

Para rematar a derradeira questão demonstramos as respostas referentes aos tipos e atividades de formação que consideram mais adequados: Muito interessa aos agentes cursos específicos que ampliem suas informações técnicas representando 26,81% entre as prioridades. Em vinte e nove questionários são privilegiadas as “trocas”, ou seja, as maneiras de aprender, onde participam enquanto co-construtores do saber, através de: debates, visitas/encontros em outras entidades, reuniões de equipe e troca de experiências. Somente três pessoas citam a necessidade de participar de Fóruns na sua formação. Vide abaixo dados que compilamos referentes aos tipos e atividades de formação/prioridade.

	Curso específico	Prática orientada	Grupo de estudo	Encontro com entidades	Estágio	Fóruns	Seminário	Outras
Total %	26,81	21,80	10,02	24,56	7,76	1,75	7,51	0,50

Encerrando, consideramos importante pensar a “Formação” Prática e Educativa de uma maneira integrada, pois à medida que o agente da economia solidária apropria desse diferencial na sua prática e na ética com que a realiza (a formação solidária), o trabalho é reinventado, e, assim, se torna um “instrumento” calcado nas experiências, tornando-se, portanto, formador e formado pelo trabalho. E vamos aqui reafirmando, e agora com a base

em depoimentos de experiências de vidas, que solidariedade se constrói a cada dia na solidez das aprendizagens dos gestos e com a integridade de valores humanos bem distintos dos valores do capitalismo.

Igualmente com Guimarães Rosa (1986) concluímos este capítulo para que sempre haja ser-tão e para impedir que exista o grande sertão sem buritis e sem veredas:

"Digo ao senhor: tudo é pacto. Todo caminho da gente é resvaloso. Mas, também, cair não prejudica demais – a gente levanta, a gente sobe, a gente volta!"

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos neste estudo que hoje em dia pessoas, famílias, grupos sociais e sociedades inteiras estão estruturalmente impregnadas do ideário hegemônico que aparece claramente no que tem de individualista, competitivo e utilitário, cumprindo uma agenda na pós-modernidade de como ser, sentir, pensar e agir, alinhavada com as cores do projeto capitalista, entre as suas inúmeras variantes (HARVEI, 1992). Sob a aparência de que tudo são fragmentos de saberes e de valores, estamos na verdade diante de uma forte rede ideológica e histórica, presente em todas as instâncias de organização e fruição social da cultura. E também como vimos, tal modelo está presente no estilo de desenvolvimento escolhido para o cerrado, que tem sido predatório e fragmentário, perseguindo objetivos imediatistas contribuindo significativamente para um avançado estágio de degradação desse ecossistema tão brasileiro (BARBOSA, 2000).

Entretanto as rugosidades desta agenda manifestam-se nos tempos e nos espaços (SANTOS, 2006) podendo redefinir a inserção dos lugares geo-sociais em uma rede de relações humanas. Por meio da pesquisa no campo da Economia Solidária, aproximamo-nos de uma experiência que tem se mostrado como uma alternativa de redefinição de valores, através de um novo complexo de ações sociais-solidárias de base, ainda técnico-científicas, mas subordinando o todo de seus saberes e poderes à realização da vocação humana à felicidade: aprender a criarmos e a vivermos em um mundo mais solidário e, portanto, mais humano.

No documento de convocação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária¹⁶ durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o último realizado no Brasil, a proposta de “uma outra economia” para “um outro mundo possível” é enunciada assim:

¹⁶ Existe um “fórum permanente” de ES. Ele pode ser acessado em: www.fbes.org.br e em forum@fbes.org.br.

A Economia Solidária (ES) é um processo de organização e fortalecimento do trabalho associativo e sua emancipação social voltados para o desenvolvimento local e sustentável, no qual as trabalhadoras e os trabalhadores são protagonistas, através da constituição de empreendimentos econômicos solidários e da articulação de redes de cooperação. A ES integra um conjunto de iniciativas econômicas que envolvem a produção de bens, distribuição, consumo, prestação de serviços, finanças – poupança e crédito –, trocas, comércio e consumo organizados através da autogestão: a gestão e propriedades coletivas dos meios de produção de bens ou prestação de serviços com a participação democrática de decisões dos membros da organização ou do empreendimento. A Economia Solidária é, portanto, uma estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho, e tem como princípios a cooperação, a solidariedade, a participação e a valorização do ser humano e do meio ambiente¹⁷.

Nestas Considerações Finais quisemos transcrever a passagem acima para acentuar três elementos que nos acompanharam ao longo deste trabalho em que procuramos trazer alguns conhecimentos do que é a atualidade da Economia Solidária, de seu atual estado de artes no Brasil e, finalmente, de como no Norte de Minas Gerais, numa região de Cerrado ao longo do Rio São Francisco, que em poucos anos tem sido transformada através da chegada invasora de novas tecnologias e novas formas de produção de monoculturas típicas do agronegócio.

A primeira é a dimensão ou a vocação “local” da Economia Solidária. De fato, através da experiência aqui descrita, podemos uma vez mais atentar para o fato de que, ao contrário justamente dos empreendimentos do agronegócio, a dimensão essencial de qualquer iniciativa de Economia Solidária é sempre humana (pessoas e comunidades humanas como razão de ser de tudo, em lugar do poder, do lucro ou da acumulação de capital) e humanamente local.

Ao contrário do que se vê acontecer, mesmo com algumas cooperativas que, partindo de princípios e de propostas muito semelhantes aos da Economia Solidária, tomam com o correr de seu próprio desenvolvimento dimensões regionais ou mesmo nacionais, ao lado de uma feição que em muito pouco as distingue de qualquer empresa de economia de mercado, a dimensão das iniciativas de Economia Solidária é de origem local popular. Pequenas e múltiplas agências locais/comunitárias onde os princípios democráticos da partilha do poder e

¹⁷ “Economia Solidária – outra economia acontece”, documento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005.

de uma efetiva autogestão possam de fato ser exercidas e se aperfeiçoarem ao longo do processo.

A idéia de “rede” – que também aparece na definição transcrita acima como “redes de cooperação” – é o contraponto do “local” da vocação da Economia Solidária. Assim, cada iniciativa, cada empreendimento, cada unidade social de produção de bens, serviços, auxílios mútuos, crédito e alternativas de “vida solidária” é pequena, é comunitária, é autogestionável, é fortemente participativa e, assim sendo, abre-se a redes de empreendimentos de igual ou semelhante vocação. Redes que vão se constituindo e que se tornam e demarcam eixos e feixes de ajuda mútua e de envolvimento nos mesmos projetos mais amplos de revalorização do trabalho, da participação e do empoderamento popular e da possibilidade de criação, passo a passo, de “uma outra economia” para “um outro mundo possível”.

A segunda dimensão é a da sustentabilidade. Na mais evidente contracorrente da expansão do agronegócio em praticamente todo o país e, em nosso caso específico, no Norte de Minas Gerais, as iniciativas de Economia Solidária, sobretudo aquelas que operam em meio rural, ou que estão direta ou indiretamente associadas à produção solidária de alimentos ou de outros bens e produtos diretamente derivados da terra e da natureza, afirmam uma marcada vocação de sustentabilidade. Não seria um exagero dizer que cada unidade produtiva de Economia Solidária é também uma experiência local e “em rede” de ambientalismo de vocação fortemente sustentável. Na Economia Solidária, o foco sobre uma recriação de relações humanas e sociais centradas no trabalho e na produção, pautadas na cooperação (por oposição à competição), na solidariedade (por oposição à concorrência individualista), na participação equitativa e democrática (por oposição à hierarquização do poder de decisão) e na partilha de dons (por oposição à acumulação de bens), estende-se às próprias relações entre pessoas e o ambiente, e entre comunidades e a natureza.

Assim, vimos como uma das metas da “experiência de Buritizeiro” é, justamente, o produzir solidariamente bens de consumo a partir de “frutos do Cerrado”, com a intenção de preservar a vida, a integridade e a biodiversidade do meio ambiente em sua mais possível plenitude. De resto, em outras várias regiões de Minas Gerais e do Brasil, multiplicam-se pequenas unidades de produção solidária em que a preocupação com o “orgânico”, com o “natural”, com o “saudável”, com o “genuíno”, e, finalmente, com o “sustentável” é tão marcada quanto à própria vocação solidária.

A terceira dimensão tem a ver com o que ultimamente chamamos de “empoderamento popular”. E é bem aqui que a questão não apenas do *trabalho*, mas dele integrado ao *saber* e da *partilha do saber*, ganham um lugar central. E, de igual maneira, a dimensão da *formação humana* através de uma *educação solidária*, cujas idéias germinais podem ser ainda encontradas no pensamento do educador Paulo Freire.

De fato, um dos princípios da Economia Solidária é o de que em nada ela deve ser confundida com quaisquer iniciativas de teor caritativo. Muito embora seja reconhecido o valor de agências sociais que atuam neste sentido e muitos equívocos sejam cometidos. O valor maior da ES é o foco sobre a dignidade da pessoa humana através de uma nova “re-dignificação” do trabalho. Dentro desta idéia, a ES se pauta em processos de partilha de práticas produtivas através das quais pessoas, colocadas tanto quanto possível em um mesmo “pé de igualdade”, se ajudam mútua e concretamente através dos frutos de um trabalho coletivo e autogestionado.

Em seu limite mais amplo e audacioso a Economia Solidária pretende estender-se como uma realista e efetiva alternativa a Economia de Mercado. Sendo, portanto, uma experiência de raiz econômica, pois se trata de uma alternativa de produção, circulação, prestação de serviços, consumo e crédito, a Economia Solidária pretende retornar a própria “economia” à sua anterior vocação econômica. Recordamos que no começo de nosso trabalho

lembramos que em sua origem, “economia” queria significar: “gestão da casa”. Quisemos lembrar também que na antiguidade e mesmo em algumas variantes do presente, a economia tem a ver com a gestão dos bens de uma comunidade, de uma sociedade e, não, com a acumulação de capitais, de bens e de poder.

Como vimos no capítulo I, *tecnosfera* – termo lembrado magistralmente por Milton Santos – é "o meio técnico-científico-informacional que requalifica os espaços para atender aos interesses hegemônicos". Por outro lado, a *psicosfera* é "o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de sentido que também faz parte desse meio ambiente" (SANTOS, 2006, p.256). Assim, ao seu olhar, o consumo de “serviços, produtos e bens” deixa de ser apenas material e tende a se tornar também e essencialmente imaterial, ampliando o fluxo de informações transitando pelo espaço-tempo. E este “imaterial” pensamos que quer significar não apenas algo situado além do que é material (como a terra, os recursos da terra, ou como uma nota de 50 Reais ou a quantidade de bens ou de alimentos que ela pode comprar), mas situado além daquilo que sobrepõe a materialidade produzida e transformada em mercadoria. Em algum “bem de mercado” que a Economia de Mercado procura erigir em sumo bem da vida e da sociedade dominada pelo neoliberalismo econômico estendido a um neoliberalismo também social.

A Economia Solidária, ao mesmo tempo em que reconhece a sua fragilidade e as dificuldades imensas em sobreviver e ampliar espaços em um mundo globalizado e dominado pela Economia de Mercado sonha multiplicar-se e participar de um processo de transformação de pessoas, de interações entre pessoas, de relacionamentos entre instituições sociais e de relações entre a sociedade e a natureza, entre culturas e ambientes.

Em um tempo em que pode ser mesmo inadequado ou “fora do tempo e do espaço” (esperamos que ainda em tempo) pensarmos na alternativa de transformações sociais de ampla escala através de processos revolucionários como os que constituíram as nações e as

sociedades socialistas que hoje vimos e vemos ruírem diante de nós (como a URSS) ou se metamorfosearam em sociedades socialistas com economias capitalistas (como a China), a Economia Solidária acredita que a partir de um lento, democrático e crescente empoderamento popular, poderíamos criar as pautas sociais que também passo a passo erigissem, diante da sociedade regida pela Economia de Mercado, uma outra forma de viver, gestionar o poder e criar, reverdecer a natureza e recriar novas formas de pensar, produzir, viver e conviver.

Partilhamos com Milton Santos, Paulo Freire e tantos outros homens e mulheres de nossa atualidade a mesma crítica à sociedade globalizada e neoliberal. Experiências de Economia Solidária, frágeis, mas dotadas de um grande sentido de generosa esperança, aspiram ser frentes pioneiras alternativas a uma sociedade onde o homem não somente se perde muito em sua produção, mas perde também o seu próprio mundo.

Um mundo da vida que é ocultado, tornado opaco e incompreensível, banalizado e “ranquicizado” (cada qual vale pela posição múltipla que ocupa em vários domínios de desempenho regidos por princípios sempre utilitários). Um mundo onde a própria razão se torna pragmaticamente vazia e cínica. Pois para ela vale o que conta, e conta o que pode ser transformado em produto de compra e venda. Um mundo em que cada vez mais as mercadorias parecem valer como sujeitos, e os sujeitos – as pessoas humanas – como mercadorias. Um mundo que nos é dado a ver todas as noites no “Telejornal”, onde as bolsas de valores “ficam nervosas”, “sofrem oscilações”, são “sensíveis aos acontecimentos recentes”. Mas um mundo em que, dos moradores das favelas do Rio de Janeiro, às mulheres e aos homens atirados no desemprego por efeito de mais uma “grande empresa” que, como tantas, “não foi bem administrada e faliu”, as pessoas podem ser “descartadas” sempre que é preciso “enxugar as máquinas”, ou seja, enxugar os espaços e lugares sociais do exercício do

trabalho. Marx & Engels (2001, p.69) sintetizavam ainda no século XIX essa reprodução social do absurdo, na conhecida expressão: “*Disso eles não sabem, mas o fazem*”.

Morin (2000) pronuncia em suas obras que para desenvolvermos outros saberes e outros valores é preciso navegar em outros pensamentos e práticas de maneira complexa e evitarmos uma inteligência cega do fazer:

Mas uma inteligência cega invadiu todos os setores técnicos, políticos e sociais. Deste modo, a economia, que é a ciência social matematicamente mais avançada, e a ciência social e humana mais atrasada, porque ela se abstrai das condições sociais, históricas, políticas, psicológicas, ecológicas, inseparáveis das atividades econômicas, bem como das decisões, estratégias, inovações, invenções que aí intervêm (MORIN, 2000, p.91-92).

Nossos ritmos de desenvolvimento “cego” no urbano e no rural, mesmo que com suas características próprias e diferenciadas, estão impregnados de saberes e de valores originados e cultivados na agenda capitalista vigente. Os termos de tal agenda não existem como fatos e fatores isolados. Sua racionalidade proporciona pré-condicionamentos lógicos próprios e diferencia as esferas de valores na arte, na economia, na moral, no direito e na ciência, provocando a imposição de um mesmo modo de vida regido por padrões insustentáveis. (MORIN, 2000)

Nossa busca de aprender com o Buriti e de repente aprender: A arte de cuidar da casa para acudir a vida no planeta demanda novas posturas dos “saberfazer-fazersaber” e “fazersaber-saberfazer” conscientes, solidários e sustentáveis, agora mais juntos.

Se o cerne da tarefa educativa é a socialização de saberes e poderes, devemos estar convencidos de que, no fundo, o que nos importa, prioritariamente, é a qualidade das relações que se estabelecem entre os diversos sujeitos envolvidos nesse processo educativo (BEZERRA IN AGUIAR, 2007, p.25).

No bojo das mais diferentes dimensões e unidades sociais de tempo-espço de produção alienada e de lógicas da estruturação moderna da organização da vida social, a produção do capital não pode ser menos do que socialmente excludente e ambientalmente predatória. Pois, vemos por toda parte o manejo do ambiente ser baseado na quantificação de mercadorias, e apenas raramente na sustentabilidade.

Diante de tais dimensões, podemos recolocar a pergunta: “qual o sentido que pode existir no ato de pesquisar um pequeno grupo de produção participativa e solidária?”.

Frente a esta questão procuramos enfatizar a dimensão mais dialógica pedagógica da experiência. A sua frágil, mas persistente busca do diálogo entre as pessoas, com dimensões mais amplas de vida social e de sistemas de produção de bens, e de modos de vida, diante da pluralidade humana. Tendo em vista os princípios que norteiam a produção cooperativa e solidária – direito à liberdade individual e à propriedade associada do capital, podemos perceber que uma prática de educação bancária¹⁸, para recordarmos aqui um termo cunhado pelo educador Paulo Freire, hoje dominante na maior parte das políticas de educação, distancia-se muito daquilo que pensamos ser o processo de formação de *agentes solidários*.

E, insistimos se trazemos aqui a questão da *formação de agentes*, é porque não podemos esquecer a dimensão pedagógica no interior da própria economia. A educação constitui um domínio de práticas culturais relacionadas à transmissão de saberes, que é, sem dúvida alguma, fundamental para a formação e o desenvolvimento comunitário e de seus grupos de produção de bens, de serviços, de sentidos e de sociabilidades. Quando a *formação humana* fortalece o *auto* e o “*alterdesenvolvimento*” em suas dimensões individuais e interpessoais, ela pode tornar-se um caminho seguro e sustentável que possibilite a partilha do saber e a partilha de uma solidária satisfação das necessidades e desejos.

Tanto mais que hoje o contexto de todo conhecimento político, econômico, antropológico, ecológico constitui o próprio mundo. É o problema universal para todo cidadão: como adquirir a possibilidade de articular e organizar as informações sobre o mundo. Mas para articulá-las e organizá-las é preciso uma reforma do pensamento (MORIN, 2000, p.208).

Para formarmos, educarmos agentes solidários que se tornem sujeitos do seu próprio desenvolvimento e da sua própria educação devemos tomar a realidade da comunidade como

¹⁸ Lembremos que em Paulo Freire a pedagogia bancária perpassa um conhecimento de mão única, depositária e anti-dialógica, enquanto a pedagogia libertadora pretende ser a possibilidade do diálogo e a construção solidária nas relações entre o homem e o meio.

fonte desde onde extrair os elementos para um pensar transformador das relações sociais cada vez mais tão desiguais.

Temos que tecer nossa própria rede de apoio e depender de nossa capacidade de leitura e interpretação das condições em que nosso trabalho vai se desenvolver. Os espaços de intervenção se confundem: estamos, ao mesmo tempo, num campo de aprendizagem e de luta. Lidamos com forças em potencial e buscamos a suas alternativas de expressão. (BEZERRA *apud* AGUIAR, 2007, p. 24).

Acreditamos que a discussão sobre a educação formal e informal abrange aspectos das relações com o espaço, com o território e com as complexidades da técnica e da razão, na medida em que a entendemos como um meio de empoderamento de pessoas e comunidades.

Nesse sentido estamos mesmo, de fato, ajudando a descontinuar e a desconstruir as bases do que está posto. O que está posto é a exploração, a submissão, a expropriação de todas as esferas e, para que isso funcione, foi necessário separar o inseparável: economia e política, trabalho e gestão. Diríamos que pensar e concretizar uma pedagogia que priorize o fortalecimento da economia dos setores populares é, exatamente, garantir uma perspectiva de restabelecimento dessas conexões (BEZERRA *apud* AGUIAR, 2007, p. 24).

Eis o que procuramos aqui descrever e compreender.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Íris José dos. Ganhar o Mundo para Cristo: uma tarefa de mulheres. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.4, n.2, p.03-17, jul.dez. 2002.

ARROYO, Miguel G. Na carona da burguesia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 3, p. 17-23, jun. 1986.

_____. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 251 p.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-Humano: a formação do ser integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 263 p.

_____. **Tornar real o possível: a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 365 p.

_____. **Economia solidária e o renascimento de uma sociedade humana matrística**. IV Fórum Mundial Social. Mumbai, Índia, 2004. Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/artigospublicacao/TextoMAPANELFSM04.rtf>> Acesso em: 25 maio 2006.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp> Acesso em 15 novembro 2007.

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (1991-2000).

BARBOSA, Altair Sales. **Cerrado: a dor fantasma**. 2000. Disponível em <<http://www2.ucg.br/flash/artigos/050705cerrado.html>> Acesso em: 10 novembro 2007.

BARBOSA, Altair Sales. **Quinze Gerações Mutilam o Ambiente que 550 Preservaram**. Disponível em <<http://www.altiplano.com.br/AltairDestruirAmbiente.html>> Acesso em: 10 maio 2007.

BEZERRA, Aída. IN: AGUIAR, Kátia e KRAYCHETE (org), Gabriel. Educação Popular e Economia dos setores populares: preocupações e indagações. **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo, RS. Oikos, p. 19-25, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. O cidadão e a república. **Revista USP**, São Paulo, n. 17, p. 128-135, mar. abr. mai. 1993.

CAMARGOS, Suzana M. B; ALBUQUERQUE, Lucimar M. Psicologia Comunitária: a psicologia cria pernas. **Revista Cadernos de Psicologia PUC-MG**, Belo Horizonte, v.1, n. 2, p.83-91, dez. 1993.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; MOREIRA, Mércia. **Psicologia da educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltados para a educação: ênfase na abordagem construtivista**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Lê,

1993. 151 p.

DEMO, Pedro. Exclusão Social: novas e velhas formas. **Revista Debates Sociais**, Rio de Janeiro, n. 58, 171 p. CBCISS, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção O Mundo, Hoje, v.21)

_____. **Educação e mudança**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Política e educação: ensaios**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GAMA, Maria das Graças Campolina Cunha. **Água, vereda, veredeiro**: um estudo sobre as agriculturas camponesas e comercial, nas cabeceiras do Rio Formoso, em Buritizeiro-MG. 2006. 115 f. (Dissertação) – Universidade Federal de Uberlândia.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 14^a ed. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE, 2000). **Censo Demográfico 2000: Características da População e dos Domicílios: Resultados do universo**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/> Acesso em 10 de outubro 2007.

KÖHLER, Wolfgang. **Psicologia da Gestalt**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 207p.

LISBOA, Armando de Melo. Solidariedade. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. São Paulo: Veraz, 2000. p. 242-250.

MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 364 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista (1848). In: IANNI, Octávio. **A sociedade global**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 69.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. Campinas, SP: Editorial Psy II, 2002.

MIZUKAMI, Maria da Graça N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série Nova Consciência). 263 p.

MINAYO, Maria C. S. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993.p.22

NICOLESCU, B. **O Manifesto da Transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene; CARDOSO, José M Alves; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

PATTO, Maria Helena S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos Migrantes Rurais no Mercado de Trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais:** a esperança de melhoria de vida. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

PEREIRA, William César Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social:** teoria, método e prática. Belo Horizonte: Vozes: PUC Minas, 2001. 336 p.

_____. **O adoecer psíquico do subproletariado:** projeto saúde mental na comunidade. Rio de Janeiro: Imago, 2004. 368 p.

PIAGET, Jean. A Epistemologia Genética; Sabedoria e Ilusões da Filosofia; Problemas de Psicologia Genética. In: **Piaget**. Traduções de Nathanael C. Caixeiro, Zilda A. Daeir, Celia E. A. Di Pietro. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 426p. (Os Pensadores).

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento**. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1996.

PONTES JÚNIOR, Osmar de Sá; OSTERNE, Francisco José Wanderley. **Plano de negócio para empreendimentos econômicos solidários de autogestão: EES cooperativas**. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/imagens/arquivos/arquivos/economia_solidaria> Acessado em 20 de julho de 2006.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 5. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1997. 342p.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão:** veredas. 33. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. 127 p.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 392 p.

SANTOS, Milton. 1999. **A Revolução Tecnológica, a experiência da escassez e os limites da globalização atual**. Disponível em <http://www.unb.br/unb/titulos/milton_santos.php> Acesso em 20/07/2006.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. São Paulo: Veraz, 2000. p. 116-125.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SPINK, Mary Jane; FREZZA, Rose Mary. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. 293 p. p. 17-39.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos caminhos do cooperativismo:** com destino ao crédito mútuo. Comemoração aos cem anos do cooperativismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: CCCESP, 2002.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar:** epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA A FORMAÇÃO DE AGENTES SOLIDÁRIOS

ENTREVISTADOR _____

LOCAL: _____ **DATA** ____/____/____

1ª PARTE - INFORMAÇÕES PESSOAIS E COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1) NOME _____ **2) IDADE** _____

3) NÍVEL DE ESCOLARIDADE ATUAL ___ **4) GOSTARIA DE ESTUDAR?** S N

5) NÍVEL DE ESCOLARIDADE OU CURSO QUE GOSTARIA DE TER? _____

6) ESTADO CIVIL _____ **7) RELIGIÃO** _____

8) NUMERO DE DEPENDENTES? _____ **9) QUANTOS RESIDENTES** _____

Pai, Mãe, Filhos, Outros _____ Pai, Mãe, Filhos, Outros _____

10) POSSUI CASA PRÓPRIA OU PROPRIEDADE RURAL? S N **ONDE** _____

11) QUE TIPOS DE TRABALHOS/RENDA A FAMÍLIA POSSUI? (grife a principal)

12) VC PERTENCE ou PARTICIPA DE ALGUM GRUPO ALÉM DO GRAAL? S N
DÊ EXEMPLOS E CITE HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ TRABALHANDO /PARTICIPANDO NO(S) GRUPO(S)?

13) HÁ QUANTO TEMPO PARTICIPA NO GRAAL? menos de 1 ano

de 1 até 3 anos de 3 até 5 anos mais de 5 anos

14) ASSINALE QUE TIPO DE PARTICIPAÇÃO VOCÊ TEM HOJE NO GRAAL.

COORDENADOR MEMBRO DE DIRETORIA ANIMADOR TRABALHADOR

OUTROS (DESCREVA) _____

15) VC NASCEU EM BURITIZEIRO? S N **SE NEGATIVO, QUANDO VEIO?** _____

16) POR QUE VEIO? _____

2ª PARTE – TRAJETÓRIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 - O QUE VOCÊ ENTENDE POR ECONOMIA SOLIDÁRIA?

3ª PARTE - - TRAJETÓRIA E PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES/GRUPOS

3.1- CONTE A HISTÓRIA DE SUA TRAJETÓRIA NO TRABALHO/PARTICIPAÇÃO COM SEU GRUPO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Quando começou, quem apoiou, quantos participavam, o que se propõem, como foi o processo...)

3.2- O QUE VOCÊ CONSIDERA A PRINCIPAL CARACTERÍSTICA DE SEU TRABALHO/PARTICIPAÇÃO NO CHICO FULÔ?

3.3- QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES QUE VOCÊ ENCONTRA PARA REALIZAR O SEU TRABALHO/PARTICIPAÇÃO?

4ª PARTE – FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.1 - QUAL A RELAÇÃO QUE VOCÊ FAZ ENTRE SUA VIDA e FORMAÇÃO ANTERIOR E SEU TRABALHO COM ECONOMIA SOLIDÁRIA?

4.2 - NESTA TRAJETÓRIA, A PARTIR DO SEU INGRESSO ATÉ HOJE, COMO FOI SUA FORMAÇÃO? OU SEJA, COMO VOCÊ SE PREPAROU P/ SE TORNAR UM AGENTE EPS, QUE CURSOS, LEITURA/OUTROS VOCÊ FEZ?

4.3 - COMO VOCÊ ACHA QUE DEVERIA TER SIDO A SUA FORMAÇÃO E DE OUTRAS PESSOAS PARA ATUAÇÃO em EPS?

4.4 - COMO VOCÊ ACHA QUE DEVERIA SER A FORMAÇÃO DE PESSOAS do EPS QUE LIDAM COM O CERRADO?

5 - ASSINALE ABAIXO, QUAIS ATIVIDADES QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS VÁLIDAS E IMPORTANTES PARA A FORMAÇÃO DE PESSOAS QUE LIDAM COM ECONOMIA SOLIDÁRIA: (enumere em ordem crescente 3 modalidades)

CURSOS ESPECÍFICOS

PRÁTICAS DE TRABALHO ORIENTADAS (fazendo com orientação)

GRUPOS DE ESTUDO

ENCONTRO COM OUTRAS ENTIDADES SOCIAIS

ESTÁGIO **SEMINÁRIOS**

FÓRUNS **OUTRAS (cite abaixo)**

ANEXOS

ANEXO I

CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- A valorização social do trabalho humano;
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e;
- Os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas;
- A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular;
- A Economia Solidária busca a unidade entre a produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios;
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial;
- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer a solidariedade entre os povos do Hemisfério Norte e do Sul;
- Para a Economia Solidária a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função a qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema;
- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para geração de trabalho e renda e para satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios Específicos

Por um sistema de finanças solidárias

- Para a economia solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local e nacional;

- **A nível local, micro, territorial:** os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de micro crédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças;
- **A nível nacional, macro, estrutural:** a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o conseqüente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seus papéis de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de cambio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

- Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e de nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercambio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos;
- Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos;
- A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social;
- A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a **territorialidade e o desenvolvimento local** como marcos de referencia, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis;
- A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comercio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países;
- A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais e sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

- A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa;
- A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa;

- A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores;
- A Economia Solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar;
- Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos;
- O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fornecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento;
- Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

A Economia Solidária não é:

- A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal;
- A economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual;
- A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reservas no Sul;
- A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais;
- A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital;
- A economia solidária é uma alternativa ao mundo do desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista;
- A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto;
- A economia solidária busca reverter a lógica da espiral capitalista em que o número dos que ganham à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança;
- A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

ANEXO II

Plataforma da Economia Solidária

Finanças Solidárias

1. O Estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária, com uma gestão descentralizada, participação popular, respeito às diferenças regionais e sobre controle social. O Fundo deve ser constituído por fontes diversas: local, regional, nacional, internacional com recursos públicos e privados.
2. Destacar linhas que apoiem as comunidades de baixa renda, negras, indígenas, mulheres em risco social e portadores de necessidades especiais. Fortalecer ainda linhas especiais para empreendimentos de autogestão em sua fase inicial ou já estruturada, bem como para comercialização de produtos.
3. Consolidar e ampliar as experiências dos fundos rotativos no Brasil, tendo o crédito solidário como um dos modelos incentivadores dos empreendimentos solidários com base na devolução de pagamentos não financeiros (banco de horas, equivalência produto/serviços etc.).
4. Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais como cooperativas de créditos, Bancos Cooperativos, ONGs, OSCIPs, Banco do Povo e programas governamentais com base em serviços financeiros adequados as realidades dos empreendimentos de caráter popular e solidário, destacando as moedas sociais, clubes de trocas, modalidades de aval comunitário e solidário.
5. Revogar as limitações legais impostas às instituições operadoras de crédito popular, como ONGs e OSCIPs, para que possam oferecer outros serviços financeiros além do crédito, tais como seguros, poupança, títulos de capitalização, entre outros.
6. Possibilitar o recolhimento de poupança por parte das ONGs de crédito, potencializando as atividades de microfinanças solidárias e viabilizando que as comunidades utilizem seus próprios recursos para promover seu desenvolvimento.
7. Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias/microfinanças, inclusive de crédito popular solidário, visando fomentar o desenvolvimento local com um sistema que assegure autonomia para os empreendimentos.
8. Alterar a política de concessão de créditos para empresas em situação pré-falimentar condicionando mudanças na gestão, facilitando assim, a participação de trabalhadores e trabalhadoras no controle do passivo dessas empresas.
9. Criar linhas de crédito adequado e ajustado culturalmente para empreendimentos de Economia Solidária, facilitar aos empreendimentos populares o acesso ao crédito e, particularmente, a empreendimentos autogeridos que surgem de processos falimentares, abolindo exigências que são impraticáveis para a Economia Solidária.
10. Assegurar que partes dos recursos dos bancos públicos e privados sejam destinadas à Economia Solidária.
11. Possibilitar a organização aberta e o fomento de cooperativas de crédito, revendo restrições legais sobre a mesma e ampliando sua articulação em complexos e redes.
12. Modificar as regras de acesso ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e do Proger (Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda), reduzindo os valores que são consumidos pelas taxas de transação bancárias.
13. Criar programa de fomento à constituição e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, assegurar maior volume de recursos para os bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias.
14. Que o crédito solidário seja articulado de maneira transversal nas diversas políticas, disponibilizando mais recursos do sistema financeiro "oficial" as microfinanças solidárias.

15. Apoio do poder público para iniciativas de empreendimento solidário, sob a forma de uma renda mínima para grupos que estão começando suas atividades de produção, comércio ou serviço.

16. A dimensão das finanças solidárias deve ser incorporada ao Projeto Fome Zero como um elemento fundamental a permitir a necessária vinculação entre as imprescindíveis políticas compensatórias e políticas estruturais, por trazer em sua concepção, além do acesso ao crédito, elementos decisivos a democratização da pequena produção, à consolidação do trabalho cooperativo, ao estímulo à autogestão e às formas diferenciadas de produção de riquezas voltadas ao interesse comum.

17. Constituir um sistema nacional de Finanças Solidárias, relacionando-o com uma política voltada ao desenvolvimento territorial local.

18. Construir programas que fortaleçam e ampliem a rede nacional de trocas solidárias com critérios definidos de paridades e lastros baseado nas moedas sociais.

19. Garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução, adequando as condições socioeconômicas e culturais dos empreendimentos de caráter popular e solidário, ampliando os critérios por limites de créditos estabelecidos em cálculo per capita por posto de trabalho gerado e não por empreendimento.

Marco Legal

1. Que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária articule, junto ao governo e a sociedade civil, políticas de interesse do movimento da Economia Solidária nas diversas reformas que se seguirão, a Tributária, Previdenciária, Trabalhista, Fiscal etc, criando e/ou atualizando leis específicas nestas áreas.

2. Reconhecer legalmente e promover a difusão das diversas formas de Economia Solidária, tais como compras coletivas, lojas solidárias, cartões de crédito solidários, feiras, sistemas de trocas com moeda social, agricultura familiar orgânica, comércio justo etc.

3. Tributação específica para os empreendimentos de Economia Solidária, considerando a escala de produção, número de trabalhadores envolvidos, tipos de produtos e bens, classificando-os como essenciais, semi essenciais e não essenciais.

4. Isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, equipamentos, máquinas, veículos etc.

5. Rediscutir a legislação em vigor que incide sobre algumas iniciativas solidárias, criando condições especiais de sustentação e apoio para esses empreendimentos, através de ações como a alteração da Lei das Licitações, 8.666, que impossibilita a compra e venda de produtos da Economia Solidária e estabelecer critérios diferenciados para os empreendimentos de Economia Solidária.

6. Estabelecer um marco jurídico adequado para a Economia Solidária, pensando-a como um sistema próprio, reconhecendo legalmente suas diferenças frente o setor estatal e o setor privado mercantil.

7. Conceituar normativamente empresas de autogestão, cooperativas populares, bem como aquelas organizações de economia familiar.

8. Elaboração de uma nova legislação para o cooperativismo (lei 5.764) e empresas autogestionadas, considerando aspectos como o número de participantes, não obrigatoriedade da unicidade da representação, acesso ao crédito, diferenciação tributária, mudança no caráter do benefício do INSS para quem é cooperado e ao mesmo tempo respeitando as diferentes concepções de cooperativismo.

9. Que o Estado reconheça formalmente as outras formas de organização para o trabalho, fundadas em princípios populares e solidários, elaborando Projeto de Lei que facilite a o apoio e desenvolvimento de experiências no campo da Economia Solidária.

10. Aperfeiçoamento da fiscalização dos empreendimentos autogestionários, buscando evitar fraudes que visam terceirização de mão-de-obra e redução de encargos legais.

11. Assegurar o cumprimento efetivo no Brasil das Convenções No. 100 e No. 111 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a ratificação da Convenção No. 156 (Trabalhadores com responsabilidades familiares) pelo governo brasileiro.
12. Definir zonas especiais de interesse e de implantação de projetos de Economia Solidária a serem definidos no Plano Diretor Urbano – PDU e Estatuto das Cidades.
13. Que o Estado garanta a contratação de cooperativas para prestação de serviços nas esferas municipais, estaduais e nacional.
14. Regularização das atividades dos empreendedores populares com a emissão de um CNPJ e nota de venda especial para viabilizar a participação em licitações.
15. Pressionar os poderes competentes para que a Lei de Falências favoreça a aquisição das empresas por parte dos trabalhadores sem obter as dívidas da empresa (passivo da massa falimentar).
16. Criar legislação sobre políticas de cotas para o acesso ao mercado de trabalho, visando combater as discriminações de gênero, raça, etnia e promover a igualdade no acesso e na permanência no emprego.

Educação

1. Promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade.
2. Financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma.
3. Estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da Economia Solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da Economia Solidária.
4. Formação e capacitação de profissionais membros ou não de iniciativas solidárias para a sua atuação na Economia Solidária, com financiamento público (convênios) destinadas àquelas entidades que possuem proficiência na área de Economia Solidária.
5. Subordinar o Sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da Economia Solidária.
6. Adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres.
7. Elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade.
8. Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária.
9. Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da Economia Solidária, bem como obter apoio do SEBRAE como agente formador.

10. Estimular os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal.
11. Criação de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade.
12. O ensino da Economia Solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de Ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.
13. Adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades da Economia Solidária, com estrutura metodológica que leva em consideração as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias.
14. Criação de uma Escola Nacional de Cooperativismo.

Comunicação

1. Utilização dos meios de comunicação já existentes ou a criação de um sistema de comunicação que cubra, divulgue e sensibilize a sociedade para os valores da Economia Solidária, utilizando linguagem apropriada através de recursos como o ensino à distância, vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, criação de *sites* na internet, a criação de um disque Economia Solidária etc., garantindo a horizontalidade da informação.
2. Criar um banco nacional de políticas públicas e experiências bem sucedidas na área da Economia Solidária, de fácil acesso na internet, a ser alimentado por administradores que desenvolvem programas de Economia Solidária, facilitando a organização e extensão dessas políticas.
3. Difusão das experiências e intercâmbio de informações entre os agentes da Economia Solidária e a sociedade, mostrando as experiências que obtiveram êxito nas diversas áreas de atuação.
4. Facilitar a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais, revistas etc., melhorando o acesso da população às informações sobre a Economia Solidária, bem como o estímulo à produção de programas, pelas TVs e rádios comunitárias com o tema da Economia Solidária.
5. Divulgar continuamente a cultura, as idéias e práticas da Economia Solidária junto à população, particularmente no que se refere ao consumo solidário (como modelo de educação), das vantagens sociais e éticas deste consumo quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários.

Redes de Produção, Comercialização e Consumo

1. Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da Economia Solidária, propiciando auto-sustentabilidade as mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da Economia Solidária.
2. Na implementação do programa Fome Zero, priorizar ações regionalizadas de Economia Solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com recursos disponibilizados pelo programa, projetando a produção para atender ao conjunto das demandas reais de consumo popular, entre as quais se incluem alimentação, higiene, limpeza e vestuário.
3. Criar o portal brasileiro de Economia Solidária, apoiando a estruturação de redes nacionais de comercialização e de intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias,

negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos de Economia Solidária, dando-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional, facilitando a elaboração de catálogos e o contato mais direto entre produtores e consumidores e a integração entre cidade/campo.

4. Garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de Economia Solidária, viabilizando assim, sua integração, inclusive entre cidade e campo.

5. Aprofundar o debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do país, facilitando o processo de identificação dos produtos e serviços da Economia Solidária para consumidores e consumidoras em seu ato de compra alavancando a comercialização desses produtos no mercado nacional e internacional.

6. Criar mecanismos que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, com preferência em licitações e estabelecendo cotas para compras governamentais de produtos da Economia Solidária, como forma de incentivo a Economia Solidária e possibilitando maior distribuição de renda.

7. Defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária.

8. Organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas.

9. Investir na formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas, como exemplo, central de cooperativas coletivas.

10. Utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

Democratização do Conhecimento e Tecnologia

1. Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, e a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos.

2. Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas e saberes, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

3. Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária.

4. Descentralização da tecnologia e da informação resgatando e valorizando o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento.

5. Criar programas de financiamentos voltados as ONGs, ITCs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de Economia Solidária.

6. Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficientes, terem viabilidade e sustentabilidade.

7. Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão.

8. Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores da área urbana e da área rural.
9. Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc.
10. Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada a sua função econômica.
11. Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária.
12. Difundir e ampliar a troca de experiências entre os grupos participantes da Economia Solidária, garantindo a transversalidade dessas ações, através de uma rede de articulação utilizando, por exemplo: materiais didáticos de apoio, conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo, como noções na área de comercialização, contábil, jurídica, administrativa etc.

Organização Social de Economia Solidária

1. Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, responsável por – em diálogo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal, intersetorial, adequadas à expansão e fortalecimento da Economia Solidária no país e executá-las de maneira estratégica, particularmente no que se refere ao marco legal, finanças solidárias, redes de produção, comercialização e consumo, democratização do conhecimento e tecnologia, educação e comunicação.
2. Assegurar a representação da Economia Solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos estaduais e municipais que vierem a serem organizados.
3. Sistematizar os mecanismos institucionais já implementados em diversos âmbitos que possuem interface com a Economia Solidária, visando divulgá-los e aprimorá-los.
4. Fortalecer as bases através de redes por segmentos e por territórios.
5. Organizar fóruns por unidades federativas como formas de mobilização social para criar as condições socioeconômicas e jurídicas que venham a fortalecer a Economia Solidária.

ANEXO III

AS ORGANIZAÇÕES E REDES QUE COMPÕEM O FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

1. Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - RBSES
2. Projetos Alternativos para o Cone Sul - PACS
3. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE
4. Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão – ANTEAG
5. Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE
6. Cáritas Brasileira
7. Movimento dos Sem Terra – MST
8. Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
9. Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS/CUT
10. Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO
11. Associação Brasileiro de Instituições de Micro-Crédito – ABICRED
12. Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária